

Parecer			
Assunto:	PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional		
Data:	12/04/2023	Origem:	Cesu – Gestão Educacional cesu.gestaoeducacional@cps.sp.gov.br

Referência: Parecer sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – **Fatec 105 Indaiatuba**

Interessados: Cesu e Fatec (emitente do PDI)

Considerações sobre Diretrizes e Normativas:

- i. Lei Federal nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- ii. Lei nº 10.861/2004, artigo 3º, parágrafo I, que institui como dimensões institucionais obrigatórias o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e seus elementos de organização e gestão;
- iii. Deliberação CEETEPS nº 03/2008, que dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS e suas alterações, e às demais legislações vigentes para o ensino superior;
- iv. Decreto Federal nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017, que determina a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

Apontamentos sobre o conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Tópico do Plano	Análise	Recomendação/Parecer para o tópico
Dados da Unidade Preenchimento das informações	De acordo	xx
Anexo A – Perfil da Unidade de Ensino Preenchimento das informações	De acordo	xx
Anexo B – Cronogramas de evolução Preenchimento das informações	De acordo	xx
Anexo C – Organização didático-pedagógica Preenchimento das informações	De acordo	xx
Anexo D – Corpo docente Preenchimento das informações	De acordo	xx
Anexo E – Infraestrutura / Instalações acadêmicas Preenchimento das informações	De acordo	xx
Anexo F – Informações complementares Preenchimento das informações	De acordo	xx

Mediante as considerações e apontamentos, o parecer do Gestor Pedagógico Regional em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional/2022-2026 da Fatec **105 Indaiatuba** é **favorável para homologação sem necessidade de ajustes**.

Observações/Recomendações adicionais: **nn**.

Parecerista: prof(a) Carlos A Bucheroni / GPR R03

<fim>



Unidade do Ensino Superior
de Graduação

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2022-2026



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



Unidade do Ensino Superior
de Graduação

2022

Versão 1.0.1 – Lançado em 22/11/2022

Recomendamos que este material seja utilizado em seu formato digital,
sem a necessidade de impressão

Expediente CPS

Diretora-Superintendente

Laura Laganá

Vice-Diretora-Superintendente

Emilena Lorenzon Bianco

Chefe de Gabinete

Armando Natal Maurício

Expediente Cesu

Coordenador Técnico

Rafael Ferreira Alves

Diretor Acadêmico-

Pedagógico

André Luiz Braun Galvão

Departamento

Administrativo

Elisete Aparecida Buttignon

EDI – Equipe de Desenvolvimento

Instrucional

Thaís Lari Braga Cilli

Fábio Gomes da Silva

Mauro Yuji Ohara

Equipe de Preparação e Revisão Textual

Mariane Teixeira

Fernanda Mello Demai

Maria do Carmo Moreira Jacom

Michelle de Carvalho Santos

Responsáveis pelo documento

Comitê Gestor

André Luiz Braun Galvão

Elisete Aparecida Buttignon

Esmeralda Aparecida de Oliveira

Rafael Ferreira Alves

Coordenação do Grupo de

Trabalho

William Marcos Muniz Menezes

Orientação das Frentes de Trabalho

Leandro Zeidan Toquetti

Revisão de Conteúdo e

Consolidação Documental

Leandro Zeidan Toquetti

Luciana dos Santos

Márcio Magalhães Fontoura



Tânia Leme de Almeida
William Marcos Muniz Menezes

**Comissão de Estruturação
Documental**

Leandro Zeidan Toqueti
Márcio Magalhães Fontoura
Paulo Roberto da Silva
Ricardo Zerinto Martins
Tânia Leme de Almeida
William Marcos Muniz Menezes

**PDI – Liderança das Frentes de
Trabalho**

Diógenes Bosquetti
Douglas Hamilton de Oliveira
Fernando Santos de Oliveira
Luciana dos Santos
Márcio Magalhães Fontoura
Paulo Roberto da Silva
Ricardo Zerinto Martins
Thaís Yuri Matsumoto
William Marcos Muniz Menezes

**PDI – Colaboração para as Frentes
de Trabalho**

André Luis Paschoal
Camila Torres da Silva
Hilton da Silva

PDI – Colaboração Especial

Bianca de Sousa Rocha
Camila Maria Bueno Souza
Cristina de Carvalho Ares Elisei
Gláucia Regina Manzano Martins
Marta Iglesias Farrero
Simoni Maria Gheno
Sônia Mardelei Rodrigues
Charpentier
Sônia Regina Corrêa Fernandes



Lista de abreviações e siglas

AAI – Área de Avaliação Institucional	ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
AVA – Ambiente virtual de aprendizagem	ICT – Instituição de Ciência e Tecnologia
CEET– Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo	IT – Iniciação tecnológica
CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Cesu – Unidade do Ensino Superior de Graduação	LDB – Lei de diretrizes e bases da Educação
Cetec – Unidade do Ensino Médio e Técnico	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
CGD – Centro de Gestão Documental	MBA – Master of Business Administration
CNE – Conselho Nacional de Educação	MBE – MBA em Engenharia e Negócio
CNCST – Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia	MBT– MBA em Tecnologia e Inovação
COMUT – Programa brasileiro de comutação bibliográfica	NB – Núcleo de Biblioteca
CPA – Comissão Própria de Avaliação	NDE – Núcleo docente estruturante
CPS – Centro Paula Souza	NRA – Núcleo Regional de Administração
EaD – Ensino a Distância	PA – Plano de aula
EEB – Empréstimo entre bibliotecas	PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
EJA – Educação de Jovens e Adultos	P,D&I – Pesquisa & Desenvolvimento e Inovação
Etec – Escola Técnica Estadual	PE – Plano de Ensino da disciplina
Fatec – Faculdade de Tecnologia	PGA – Plano de Gestão Anual
GAA – Grupo Acadêmico–Administrativo	PNE – Plano Estadual de Educação
GAP – Grupo Acadêmico–Pedagógico	PPC –Projeto Pedagógico de Curso
GDS – Gabinete do Diretor Superintendente	PPI – Projeto Pedagógico Institucional
GT – Grupo de Trabalho	RAA – Relatório Anual de Atividades
IC – Iniciação científica	RJI – Regime de Jornada Integral
	SAI – Sistema de Avaliação Institucional
	Sig – Sistema Integrado de Gestão





Siga – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

TCC – Trabalho de conclusão de curso

TG – Trabalho de graduação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UE – Unidade de Ensino

Ueep – Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa

Ugaf – Unidade de Gestão Administrativa Financeira

UIE – Unidade de Infraestrutura

URH – Unidade de Recursos Humanos

WebSAI – Sistema de Avaliação Institucional via web





Sumário

1. Carta à comunidade acadêmica das Fatecs	10
2. Apresentação.....	11
2.1 Estrutura documental do PDI destinada ao uso norteador para gestão da Fatec	12
2.2 Estrutura processual do PDI	14
3. Perfil Institucional	15
3.1 Administração Central do Centro Paula Souza	16
3.2 Gabinete do Diretor Superintendente (GDS)	19
3.3 Unidade do Ensino Superior de Graduação – Cesu.....	20
3.4 Diretrizes institucionais	22
3.5 Diretrizes estratégicas	23
3.5.1 Objetivos Estratégicos	24
3.6 Histórico de implantação e desenvolvimento da Fatec	25
4. Projeto Pedagógico Institucional (PPI).....	26
4.1 Histórico do CPS na inserção regional.....	26
4.2 Missão e âmbitos de atuação	28
4.3 Princípios filosóficos das políticas institucionais	28
4.4 Princípios filosóficos e técnico metodológicos.....	30
4.5 Política de gestão	34
4.6 Política de ensino	36
4.7 Política de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.....	41
4.8 Política de inovação tecnológica	43
4.9 Política de extensão	44
4.10 Perfil do aluno.....	45
4.11 Perfil do professor	47





4.12 Avaliação de ensino	48
4.13 Programa de Internacionalização do CEETEPS voltado às Fatecs	53
4.14 Planejamento do Curso Superior de Tecnologia.....	55
4.14.1 Diretrizes do Planejamento Pedagógico de Curso (PPC)	56
4.14.2 Diretrizes do Plano de Ensino da disciplina (PE)	58
5. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento.....	61
5.1 Ensino da Graduação	62
5.2 Extensão e Pós-graduação.....	62
5.3 Projetos de Pesquisa	62
6. Organização Didático-Pedagógica da Instituição	63
7. Oferta de Cursos e Programas de Pós-Graduação	64
8. Perfil do Corpo Docente.....	66
8.1 Composição do corpo docente.....	66
8.2 Plano de carreira docente.....	66
8.3 Regime de trabalho.....	67
8.4 Formação Continuada	68
8.5 Critérios de seleção e contratação	68
8.6 Procedimentos para substituição dos professores	70
9. Organização Administrativa	72
10. Política de Atendimento aos Discentes.....	77
10.1 Acesso	77
10.2 Permanência	77
11. Acervo Acadêmico	79



11.1 Módulo de frequência de usuários	79
11.2 Módulo de empréstimo de materiais.....	79
11.3 Módulo de serviços prestados.....	79
11.4 Módulo de circulação	82
12. Infraestrutura e Instalações Acadêmicas	83
13. Capacidade e Sustentabilidade Financeira.....	84
14. Oferta da Educação a Distância.....	87
15. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional	96
15.1 Breve histórico da avaliação institucional do CPS.....	96
15.2 Estrutura de funcionamento da Avaliação Institucional.....	98
15.2.1 Avaliação Institucional Interna.....	98
15.2.2 Avaliação Externa	102
15.3 Cronograma da Avaliação Institucional	103
16. Referências Analíticas e Construtivas	104
17. Anexos – Dados gerais da Unidade	125
18. Anexo A – Perfil da Unidade de Ensino (capítulo 4.6)	126
19. Anexo B – Cronogramas de evolução (capítulo 6).....	157
20. Anexo C – Organização didático–pedagógica (capítulo 7)	159
21. Anexo D – Corpo docente (capítulo 9.1).....	160





22. Anexo E – Infraestrutura / Instalações acadêmicas (capítulo 13)
..... 164

23. Anexo F – Informações Complementares 173





1. Carta à comunidade acadêmica das Fatecs

Nono nonono nono ononononno nononono nononon (...)

Rafael Ferreira Alves





2. Apresentação

Uma leitura essencial para compreensão do PDI

Dada à natureza e organização do Centro Paula Souza, a gestão da Fatec é efetuada de forma coordenada no âmbito estadual pela Cesu e, complementarmente, em seus aspectos específicos locais, pela equipe gestora da Unidade de Ensino. Atualmente são 74 Fatecs no Estado de São Paulo, pertencentes ao Centro Paula Souza e, portanto, o Plano de Desenvolvimento Institucional de cada Fatec cabe, em parte, à Administração Central do Centro Paula Souza, mais especificamente à Unidade do Ensino Superior de Graduação – Cesu, e sinergicamente também à Unidade de Ensino. Uma vez esclarecida esta característica administrativa, o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, ora apresentado, será denominado simplesmente como PDI da Fatec.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Fatec consiste em dois elementos para sua devida estruturação e ações para sua efetiva aplicação, a saber:

- (1) Documentação PDI: apresenta, para os próximos cinco anos, a identidade da instituição e constitui o planejamento estratégico da Fatec e respectivos cursos superiores de graduação; (2)
- (2) Processo construtivo e operacional do PDI – apresenta sua constituição plural, e a sistemática que lhe assegure exequibilidade. Pode-se dizer que o PDI da Fatec contempla os fundamentos que orientam a gestão da instituição por meio de suas diretrizes estratégicas e das ações para o cumprimento de metas do Plano Estadual de Educação, em atendimento ao Decreto Federal nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em seu artigo 20, inciso II-b, e artigo 21, caput, e considerando-se o caráter educacional público do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

Cabe ressaltar a relevância do PDI para o Centro de Educação Estadual Tecnológica Paula Souza, visto que a Instituição, além de ser referência em educação profissional, constitui-se numa das maiores redes públicas de ensino técnico e tecnológico. No difícil processo de redução das desigualdades que marcam a sociedade brasileira, a educação profissional assume papel decisivo, à medida que deve prover formação geral: científica e humanística; e formação específica: técnica ou tecnológica, que, ao empoderar trabalhadores e filhos de trabalhadores, resultam em cidadãos e profissionais competentes, críticos, emancipados, éticos e solidários.

O atual PDI é resultado dos esforços em promover a participação da comunidade interna, representada por gestores da faculdade, coordenadores de curso, servidores administrativos, docentes, auxiliares de docentes, alunos, órgãos colegiados; e da comunidade externa como representantes de empresas parceiras da educação, autoridades locais e demais colaboradores que contribuem com a construção do planejamento





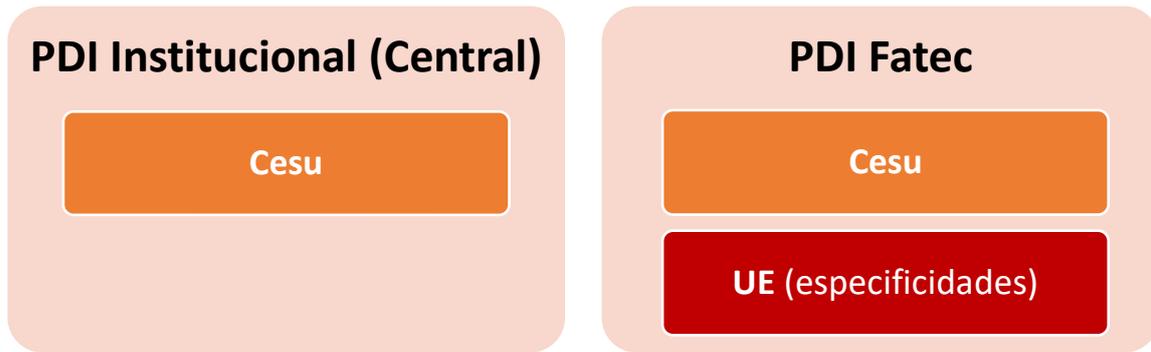
institucional de forma atender os arranjos produtivos locais e a fortalecer o ecossistema regional.

A documentação do PDI é estruturada em doze partes (tópicos principais) que constituem os eixos temáticos essenciais sugeridos pelo MEC, de acordo com o Decreto 9.235/2017. Essa construção descreve o perfil da Instituição, a partir do histórico, da missão e visão de futuro, bem como os objetivos e metas institucionais, diretrizes estratégicas e áreas de atuação acadêmica; segue-se com a descrição dos princípios filosóficos e técnico-metodológicos das diversas dimensões de ensino a que a instituição se dedica. A estrutura documental do PDI também contempla as políticas e os cronogramas de oferecimento de cursos e programas, assim como o perfil do corpo docente, sua composição, o plano de carreira, as formas de seleção, contratação, e procedimentos para substituição de professores do quadro. Dada à complexidade e envergadura do Centro Paula Souza, também é tratada sua organização administrativa, descrevendo-se sua estrutura organizacional, seu organograma administrativo e acadêmico e a composição e competências de seus órgãos colegiados. A política de atendimento aos discentes é apresentada na forma de acesso, nas ações de estímulo à permanência e na organização estudantil. Quanto aos recursos físicos, o PDI apresenta a organização do acervo bibliográfico e sua infraestrutura física. Ainda como tratativa da disponibilidade de recursos, é apresentada a descrição dos aspectos financeiros e orçamentários referentes à sua capacidade de sustentação financeira. A estrutura documental do PDI é integralizada com a descrição da oferta de formação à distância pela instituição. Elementos referenciais e fontes de informações complementares estão dispostos na parte final deste documento, nas seções de Apêndice e Referências Construtivas.

2.1 Estrutura documental do PDI destinada ao uso norteador para gestão da Fatec

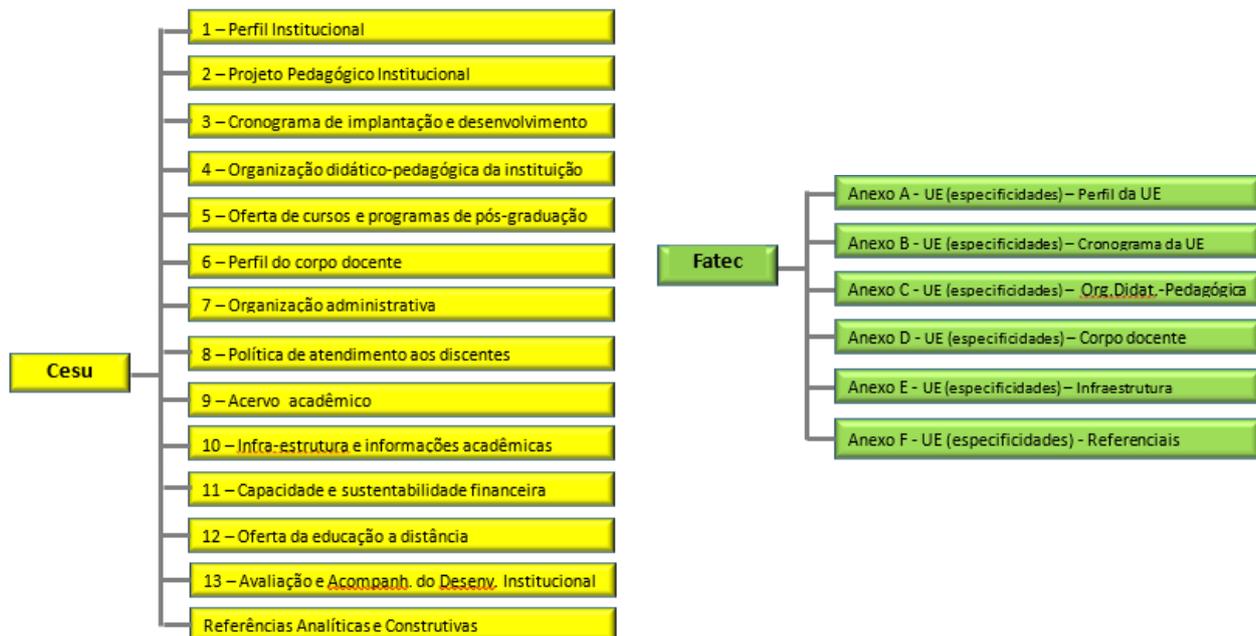
A estrutura do PDI compreende uma linha mestre elaborada e gerenciada pela Coordenadoria do Ensino Superior de Graduação e elementos complementares elaborados pela Fatec. O desenho esquemático da estrutura documental do PDI é apresentado a seguir, ele compreende as versões PDI Institucional pela Administração Central/Cesu e a versão PDI Local que acrescenta especificidades de cada Fatec ao documento. A figura apresenta elementos na cor amarela que representam o conteúdo desenvolvido pela Cesu e elementos na cor verde que representam o conteúdo desenvolvido por cada Fatec.





Fonte: Elaborado pelos autores.

O detalhamento em tópicos da Versão Institucional e Local do PDI é apresentado na figura a seguir.

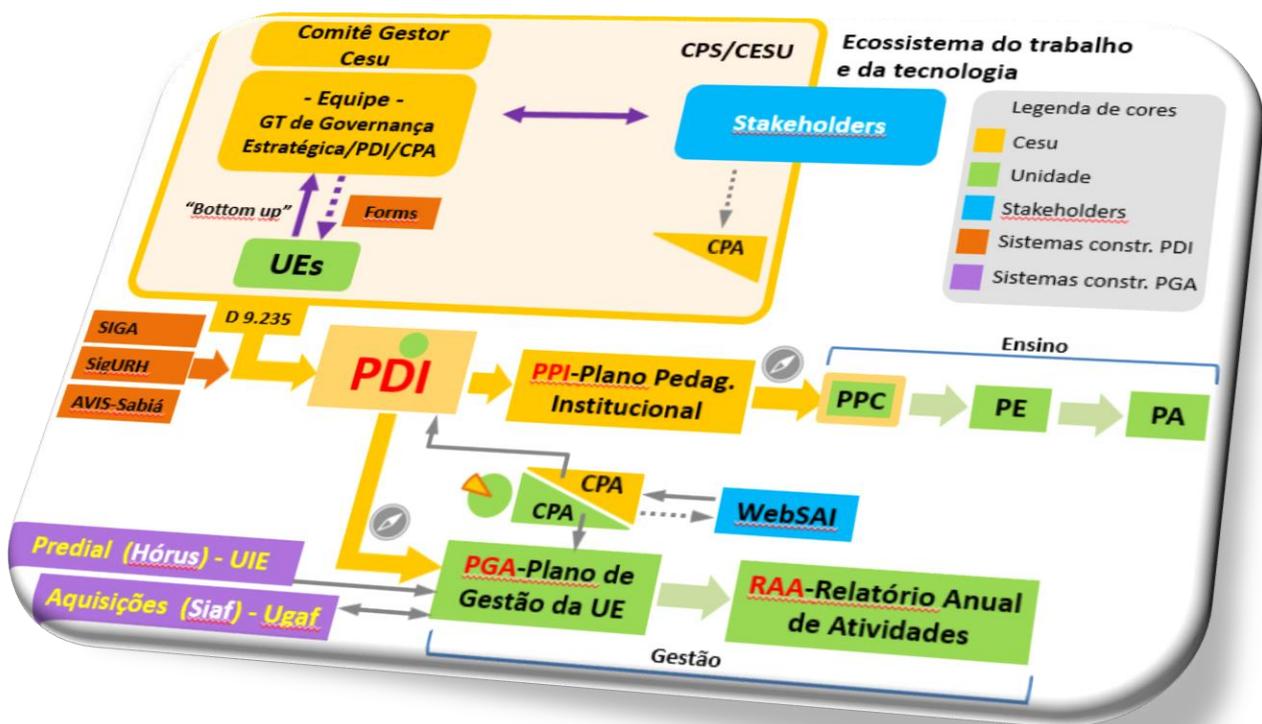


Fonte: Elaborado pelos autores.

O PDI é estruturado para ser utilizado como um manual estratégico do gestor da Fatec, ao passo que também se constitui num documento para atendimento à legislação educacional federal, sendo assim, é compreendido como manual por ser um material para constante consulta pela equipe gestora da Fatec. Dada à capilaridade do Centro Paula Souza, é de extrema importância haver diretrizes muito bem esculpidas pelo PDI para concentrar esforços administrativos voltados à condução de questões comuns às Unidades de Ensino. Isso seguramente abre espaço para o desenvolvimento da Fatec em suas especificidades, fortalecendo-a no atendimento às necessidades formativas profissionais da sociedade de seu entorno e de sua região.

2.2 Estrutura processual do PDI

A estrutura processual do PDI compreende os elementos construtores e construtivos do planejamento, assim como a sistematização do planejamento com vistas à sua execução, capaz de transformar estratégia em ações tático-operacionais para o desenvolvimento institucional. O diagrama a seguir apresenta o ordenamento desses elementos:



Fonte: Elaborado pelos autores.



3. Perfil Institucional

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, reconhecido em setembro de 2021 como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), é a maior rede estadual de ensino profissional da América Latina, oferecendo ensino de qualidade para mais de 322 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológico.

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, órgão do governo estadual que tem por objetivo intensificar o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, estimular as vantagens competitivas das empresas e dos empreendedores paulistas, incorporar tecnologia aos produtos da região e fortalecer as condições para atração de investimentos no Estado. (CPS, 2021)

A Instituição foi criada pelo Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969, com a missão de organizar os primeiros cursos superiores de tecnologia, mas no decorrer das décadas, acabou englobando também a educação profissional.

Em 1970, começou a operar com o nome de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET), com três cursos na área de Construção Civil (Movimento de Terra e Pavimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de Mecânica (Desenhista Projetista e Oficinas). Em 1973, passou a se chamar Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), em homenagem ao engenheiro e professor Antônio Francisco de Paula Souza, mais conhecido por Centro Paula Souza (CPS).

Com a missão de “promover a educação pública profissional e tecnológica dentro de referenciais de excelência, visando o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado de São Paulo” (CPS, 2021), o CPS administra atualmente 223 (duzentas e vinte e três) Escolas Técnicas de Ensino Médio (Etecs) e 74 (setenta e quatro) Faculdades de Tecnologia de Ensino Superior (Fatecs), sediadas em 369 (trezentos e sessenta e nove) diferentes municípios distribuídos nas regiões do Estado de São Paulo.

Nas Etecs, mais de 228 mil estudantes estão matriculados nos Ensinos Médio, Técnico integrado ao Médio e no Ensino Técnico, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, on-line, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica. As Etecs oferecem 212 (duzentos e doze) cursos, voltados a todos os setores produtivos públicos e privados.

As Fatecs atendem mais de 94 mil alunos matriculados em 86 (oitenta e seis) cursos de graduação tecnológica, nas mais diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, Saúde, entre outras.





Além da graduação, o CPS oferece cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão.

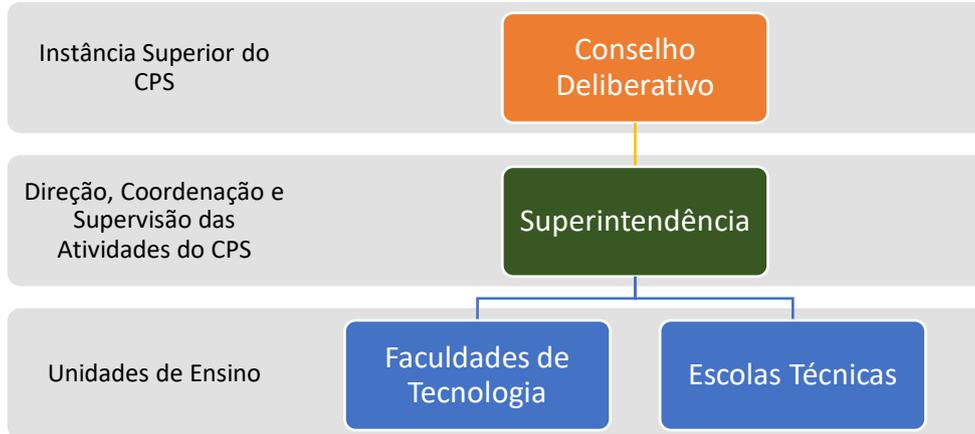
Este PDI limitar-se-á às Fatecs, em atendimento ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

3.1 Administração Central do Centro Paula Souza

A estrutura organizacional do Centro Paula Souza, composta por departamentos, divisões, seções, núcleos, e grupos de trabalho é detalhada na Deliberação CEETEPS no 3, de 30 de maio de 2008 (CPS, 2008). Tal regulação discrimina seus principais órgãos, suas respectivas atribuições e relações de hierarquia. Em uma divisão simplificada, o Centro Paula Souza é constituído por três estruturas organizacionais principais (SÃO PAULO, 2012): o Conselho Deliberativo, a Superintendência e as Unidades de Ensino. Cada uma dessas partes desempenha um papel específico dentro da estrutura organizacional do CPS, seguindo uma escala hierárquica apresentada na Figura 1.



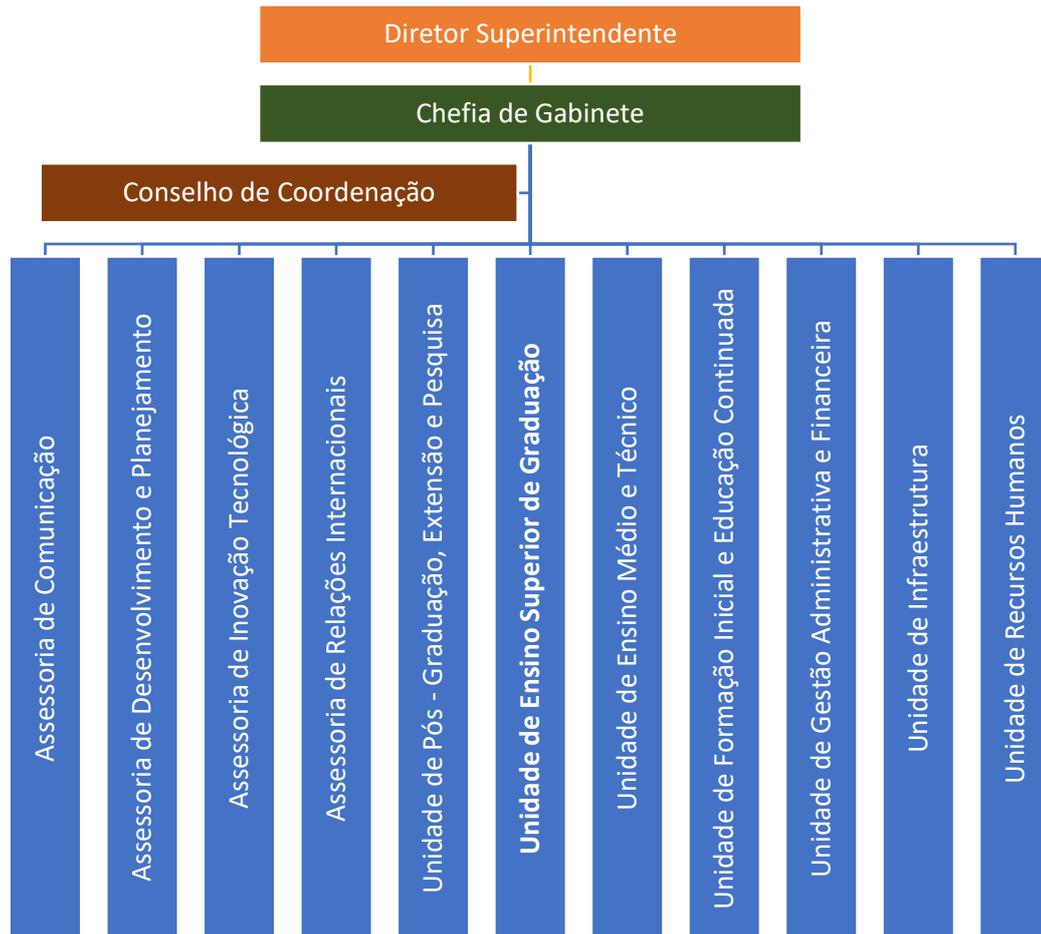
Figura 1 – Estrutura Organizacional Geral do CPS, de acordo com o Artigo 5º do Decreto Estadual nº 58.385, de 13 de setembro de 2012. Aprova o Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS.



Em síntese, o Conselho Deliberativo é responsável por exercer, como órgão normativo e deliberativo, a jurisdição superior do Centro Paula Souza, sendo aquele que toma todas as principais decisões relativas à Instituição. A Superintendência é o órgão que coordena, supervisiona e dirige todas as atividades do CPS. As Unidades de Ensino são as unidades locais destinadas à implementação das políticas educacionais do CPS, constituídas pelas Escolas Técnicas Estaduais — Etecs e pelas Faculdades de Tecnologia — Fatecs (URH, 2016). Evidentemente, para que a Autarquia funcione corretamente, é necessário que as relações entre os órgãos respeitem os valores humanos e que o relacionamento entre todos estejam pautados em competências socioemocionais cognitivas associadas às relações interpessoais, à cordialidade, ao respeito entre as partes, à empatia, tornando o ambiente corporativo agradável e produtivo.

A estrutura organizacional geral da Administração Central do CPS compreende a Superintendência do CPS que é subordinada ao Conselho Deliberativo da Autarquia sendo exercida pelo Diretor Superintendente, e, na falta deste pelo Vice-Diretor Superintendente. Sua estrutura organizacional compreende funções, assessorias e áreas da intendência que são: Chefia de Gabinete, Conselho de Coordenação, Assessoria de Comunicação, Assessoria de Desenvolvimento e Planejamento, Assessoria de Inovação Tecnológica (CPS, 2010), Assessoria de Relações Internacionais (GDS, 2015), Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa, Unidade de Ensino Superior de Graduação, Unidade de Ensino Médio e Técnico, Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada, Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, Unidade de Infraestrutura e Unidade de Recursos Humanos, conforme é apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Estrutura Organizacional Geral da Superintendência do CPS, de acordo com o Artigo 2º da Deliberação CEETEPS no 3, de 30 de maio de 2008 e alterações (CPS, 2008; CPS, 2010; CPS, 2015a).



O Diretor Superintendente do CPS é o dirigente máximo da Autarquia e, no exercício de suas funções na administração superior, a ele compete, resumidamente, representar o CPS, assegurar a execução de diretrizes do Conselho Deliberativo do CPS, organizar o planejamento orçamentário e efetuar sua execução, dar encaminhamento aos projetos de regimentos educacionais, propor a criação de unidades de ensino e cursos, gerenciar o pessoal do CPS e decidir sobre a aquisição e disponibilização de bens móveis da Autarquia. (SÃO PAULO, 2012)

No exercício de suas atribuições, o Diretor Superintendente do CPS é auxiliado por um Gabinete, que lhe presta apoio administrativo na direção, coordenação, supervisão e controle das atividades do CPS. Integram o Gabinete do Diretor Superintendente: Vice Superintendência; Procuradoria Jurídica; Chefia de Gabinete; Assessoria Técnica, conta também com o Conselho de Coordenação, que é um órgão consultivo que o auxilia em suas decisões (CPS, 2008; SÃO PAULO, 2010). Os propósitos das Assessorias e Unidades associadas à Superintendência do CPS são bastante diversificados e complementares entre si, responsabilizando-se por distintos serviços, trabalhos, obras, convênios, parcerias, procedimentos e ações realizadas pela Autarquia. Assim, as Assessorias e Unidades realizam a orientação, planejamento, coordenação, avaliação e acompanhamento de suas áreas de competência, seja ela administrativa: Recursos Humanos, Finanças e Orçamentos,



Obras e Licitações, Comunicação Institucional; Pedagógica: Formação Inicial e Continuada, Ensino Médio, Técnico e suas variantes; Ensino Superior de Graduação, Pós-Graduação e Extensão Universitária ou de Desenvolvimento Científico: Pesquisas e Inovação Tecnológica.

A gestão democrática, a integração interdepartamental, a transparência, a honestidade e dedicação nos processos administrativos e o trabalho em equipe deve ser a base para a emergência, consolidação e aperfeiçoamento das relações de trabalho e de gestão entre os distintos organismos da administração central do CPS. Tais filosofias estimulam a articulação entre os setores e as atividades presentes, bem como abre espaço ao companheirismo, ao desenvolvimento de projetos internos e externos à Instituição, a democraticamente estabelecer rumos que afetem positivamente as relações de trabalho e consequentemente o desempenho institucional.

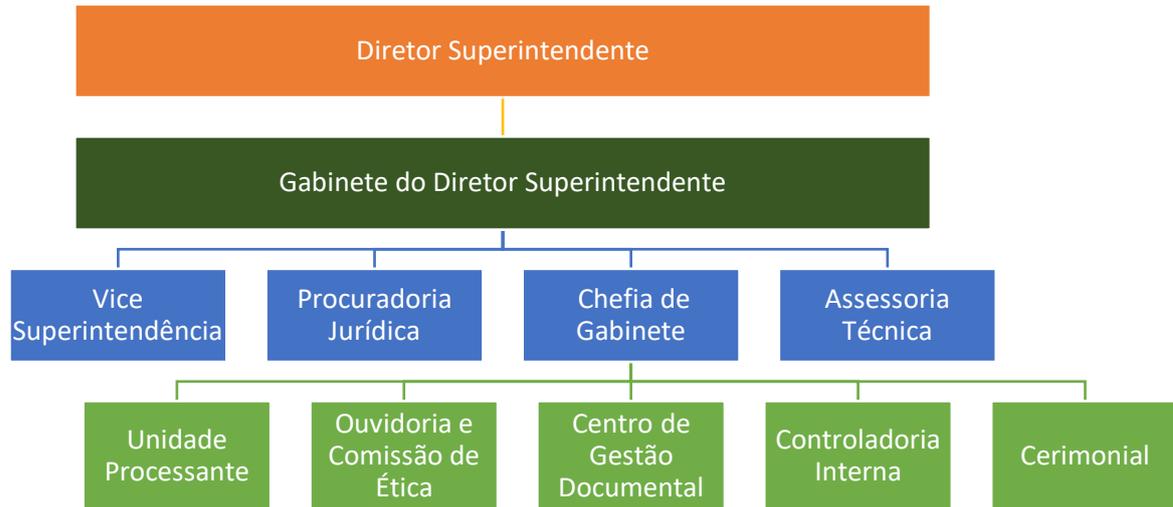
3.2 Gabinete do Diretor Superintendente (GDS)

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza apresenta uma estrutura organizacional complexa e diversificada. Tal complexidade se justifica pelo tamanho da Autarquia: atualmente ela se encontra presente em 369 municípios paulistas (CPS, 2021) e administrando 74 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e 223 Escolas Técnicas (Etecs), com mais de 322 mil alunos regularmente matriculados em Cursos Superiores de Tecnologia, Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu e Cursos Técnicos de Nível Médio. Sendo uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), a instituição pode atuar na área de pesquisa, buscar oportunidades de novas parcerias com setor privado e, sobretudo, apoiar o Estado de São Paulo na geração de novos negócios com base tecnológica, contribuindo para a ampliar sua competitividade.

Na busca por proporcionar serviços de qualidade e excelência, o Diretor Superintendente é assessorado e assistido por um Gabinete em suas ações e atribuições. Regimentalmente tal estrutura administrativa é composta de outras quatro: Vice Superintendência; Procuradoria Jurídica; Assessoria Técnica, e; Chefia de Gabinete. Esta última, por sua vez, apresenta outras estruturas a ela subordinadas: Unidade Processante; Ouvidoria e Comissão de Ética; Controladoria Interna; Cerimonial; Centro de Gestão Documental, com dois núcleos: O Núcleo de Biblioteca e o de Documentação Técnico-Científica. Dada a importância dos órgãos que integram o Gabinete do Diretor Superintendente, apresenta-se na Figura 3 o detalhamento de sua Estrutura Organizacional acima exposta em um organograma.

Figura 3 – Estrutura Organizacional do Gabinete do Diretor Superintendente do CPS, de acordo com o Artigos 2º e 3º da Deliberação CEETEPS no 3, de 30 de maio de 2008, e alterações.





Através dessa Estrutura Organizacional Geral da Superintendência que a Autarquia realiza o trabalho de coordenação, supervisão, articulação e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica em seus diferentes níveis e modalidades, que atendam às necessidades e características dos mercados de trabalho nacional e regional, promovendo experiências e novas modalidades educacionais, pedagógicas e didáticas programas, que possibilitem o contínuo aperfeiçoamento profissional da população do Estado de São Paulo.

3.3 Unidade do Ensino Superior de Graduação – Cesu

A Unidade do Ensino Superior de Graduação (Cesu), dentro da estrutura organizacional do Centro Paula Souza, responde pelos cursos de ensino superior tecnológicos oferecidos nas diferentes modalidades presenciais e à distância. Segundo o artigo 9º do Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS (Decreto n. 58.385, de 13 de setembro de 2012), a Unidade Ensino Superior de Graduação tem a atribuição de “orientar e coordenar o planejamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das atividades do ensino superior” por meio da promoção de pesquisas e geração de resultados que visam o aprimoramento das práticas pedagógicas.

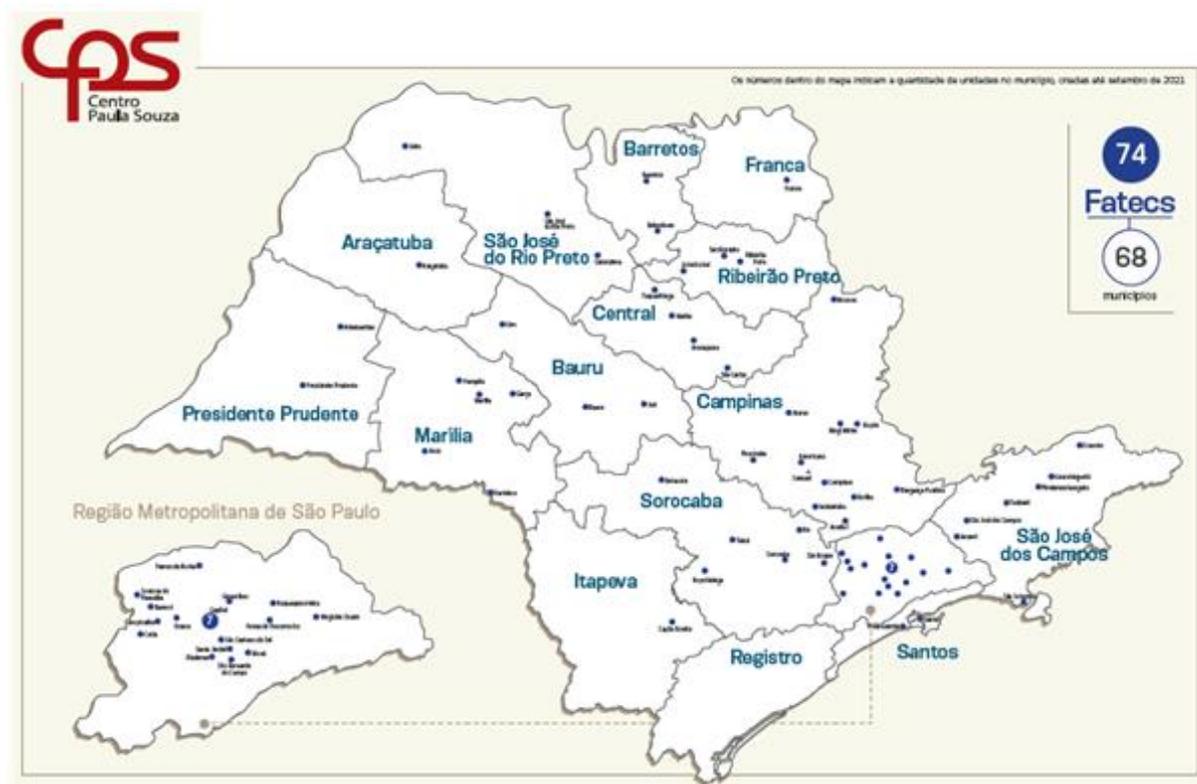
A Coordenadoria dessa unidade (Cesu) organiza-se em três grandes grupos de trabalho: Grupo Acadêmico-Pedagógico (GAP), Grupo Acadêmico-Administrativo (GAA) e Coordenadoria Técnica.

A Cesu administra as Fatecs do Governo do Estado de São Paulo, as quais estão distribuídas em 12 (doze) Regiões Administrativas, conforme está apresentado na Figura 4.



Nas Regiões Administrativas encontram-se os Núcleos Regionais de Administração (NRAs), que iniciaram suas atividades em julho de 2018. Inicialmente, na condição de projeto piloto em duas Regiões Administrativas, foram plenamente constituídos em março de 2019 para construir a proposta de otimização das tramitações entre as Unidades de Ensino (UEs) e Administração Central ao consolidar processos mais ágeis, dinâmicos e que se aproximem das realidades das UEs de cada região do Estado de São Paulo. Cabe à ação regionalizada do Centro Paula Souza otimizar o processo administrativo e pedagógico, conforme publicado na Portaria CEETEPS – GDS 2505, de 19 de março de 2019.

Figura 4: Mapa das Fatecs (74 Unidades de Ensino em 2021).



Fonte: CPS, 2021.

É responsabilidade do Núcleo Regional de Administração dar suporte às Unidades de Ensino nas questões administrativas, pedagógicas, financeiras, de recursos humanos e de infraestrutura.

Esse modelo de gestão descentraliza algumas atividades das Coordenadorias, permitindo o aperfeiçoamento de processos gerenciais, tornando a gestão cada vez mais participativa, inovadora e eficiente.



Os 12 (doze) Núcleos Regionais de Administração (NRAs) atendem as Fatecs distribuídas conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Núcleos Regionais Administrativos

Núcleo Regional Administrativo	Quantidade de Unidades de Ensino (Fatecs)
R1 –Bauru e Araçatuba	4
R2–Campinas Norte	3
R3 –Campinas Sul	8
R4–GSP–Leste	6
R5–GSP–Noroeste	7
R6 –GSP Sul e Baixada Santista	10
R7–Itapeva e Registro	*
R8 –Marília e Presidente Prudente	7
R9 –Ribeirão Preto, Barretos e Franca	7
R10–São José do Rio Preto e Central	7
R11–Sorocaba	7
R12 –Vale do Paraíba e Litoral Norte	8
Total	74

*Fatec de Capão Bonito é atendida pelo NRA de Sorocaba

Fonte: Regionalização (2021).

Os objetivos das Fatecs contribuem para a promoção da educação superior de sua região, bem como promover o desenvolvimento regional por meio de cursos que atendam os arranjos produtivos locais e regionais.

3.4 Diretrizes institucionais

As diretrizes estratégicas da unidade de ensino estão alinhadas com as diretrizes institucionais do Centro Paula Souza de forma a contribuir para o atendimento das ações institucionais.

A visão do Centro Paula Souza é “consolidar-se como referência nacional na formação e capacitação profissional, bem como na gestão educacional, estimulando a produtividade e competitividade da economia paulista” (CPS, 2021).

A missão é “promover a educação pública profissional e tecnológica dentro de referenciais de excelência, visando o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado de São Paulo” (CPS, 2021).

São valores do Centro Paula Souza:

- Valorização e desenvolvimento humano





- Postura ética e comprometimento
- Respeito à diversidade e à pluralidade
- Compromisso com a gestão democrática e transparente
- Cordialidade nas relações de trabalho
- Responsabilidade e sustentabilidade
- Criatividade e inovação (CPS, 2021)

As diretrizes institucionais que norteiam o Centro Paula Souza e as 74 (setenta e quatro) Fatecs devem estar alinhadas ao Plano Estadual de Educação, sendo necessário o constante replanejamento estratégico para contribuir efetivamente com as metas estaduais.

3.5 Diretrizes estratégicas

As diretrizes estratégicas são norteadas pelo Plano Estadual de Educação (PNE) de 2016 a 2026 apresentado pela Lei nº 16.279 de 08 de julho de 2016; são metas que contemplam o ensino superior:

Meta 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, asseguradas a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público; e

Meta 13 – Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema Estadual de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores.

Meta 18 – Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior públicas de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal. (SÃO PAULO, 2016)

A estratégia da meta 12, que contempla especificamente o ensino tecnológico da Fatec, é “expandir as matrículas de educação profissional tecnológica de nível superior das instituições estaduais, com sua vinculação a arranjos produtivos, sociais, culturais locais e regionais e sua interiorização, obedecendo a critérios de estrutura física e acadêmicos adequados ao ensino tecnológico” (SÃO PAULO, 2016).

Para atendimento das metas 12, 13 e 18, bem como da estratégia específica da educação profissional tecnológica presente na meta 12, o Centro Paula Souza apresenta como diretrizes estratégicas:





- Aperfeiçoar continuamente os processos de planejamento, gestão e as atividades operacionais/administrativas;
- Estimular e consolidar parcerias (internas e externas), sinergias e a inovação tecnológica;
- Manter a adequada infraestrutura e atualizados os laboratórios e equipamentos didático-pedagógicos;
- Promover capacitações e atualizações dos servidores, para assegurar a qualidade e a eficiência da educação profissional;
- Garantir processos de avaliação institucional que viabilizem a métrica e identificação dos resultados do Centro Paula Souza;
- Implantar programas que busquem melhorias contínuas dos resultados da instituição;
- Identificar novas tecnologias e demandas para planejamento e implantação de novos cursos e iniciativas;
- Promover aplicação da tecnologia e estimular a criatividade para o desenvolvimento de competências humanas e organizacionais; e
- Captar recursos financeiros externos para realizações de projetos estratégicos quando não disponíveis no orçamento da instituição (CPS, 2021).

Para o pleno cumprimento destas diretrizes, conta-se com a seguinte visão do atual governo:

Temos a consciência de que jovens bem preparados, mediante a oferta dessa educação integral, vão precisar ter assegurado, pelas políticas governamentais, a continuidade dos seus estudos, de modo que possam ir além de uma educação de base. Nesse sentido, estamos comprometidos com os esforços que vão além do ensino médio, seja na oferta de uma educação profissional e tecnológica, seja no acesso ao ensino superior (PLANO DE GOVERNO 2019–2022).

3.5.1 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos do Centro Paula Souza norteiam a atuação das Fatecs a fim de atender as diretrizes estratégicas da instituição. Os objetivos estratégicos do Centro Paula Souza são:

- Atender às demandas sociais e do mercado de trabalho;
- Obter a satisfação dos públicos que se relacionam com o Centro Paula Souza;
- Alcançar e manter o grau de excelência em seus processos de ensino e aprendizagem;
- Assegurar a perenidade do crescimento da instituição com recursos financeiros disponíveis;





- Celeridade e efetividade na prestação de serviços;
- Formar profissionais atualizados em tecnologias e processos produtivos, capazes de atuar no desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Promover a cultura de inovação e empreendedorismo;
- Aumentar a eficiência, produtividade e competitividade da instituição;
- Ampliar a oferta da educação profissional (CPS, 2021).

Decorrente dessas diretrizes gerais e desses objetivos estratégicos que norteiam a atuação da Fatec, assim como os arranjos produtivos locais, a Fatec deve definir seu plano de gestão que compreende objetivos, metas, indicadores de desempenho e ações, a partir da análise ambiental estratégica da instituição. Enquanto a Cesu elabora o Planejamento Estratégico em alto nível, seu desdobramento dá-se por meio do Plano de Gestão Anual da Unidade de Ensino.

3.6 Histórico de implantação e desenvolvimento da Fatec

No Anexo A, que dispõe sobre a especificidade da Unidade de Ensino (página 126), podem ser observadas a apresentação do processo de implantação ao desenvolvimento da unidade, bem como a criação dos cursos; a apresentação das áreas de atuação, justificando a oferta dos cursos implantados, considerando a área de abrangência da Fatec Indaiatuba (vocação da Fatec em face a demanda regional); e a apresenta o de indicadores que justificam a necessidade dos serviços oferecidos pela Fatec na região.





4. Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) das Fatecs está estruturado para atendimento à formação superior contemporânea, tecnológica e globalizada. A instituição de ensino toma por referência sua própria origem e evolução, contribuindo para a formação profissional do ambiente em que atua, com grande capilaridade social e sintonia com as atividades econômicas dos arranjos produtivos locais. Muito além de uma base sólida quanto à formação profissional para necessidades correntes, o PPI das Fatecs utiliza de instrumentos que permitem delinear a formação tecnológica em longo prazo, com capacidade de promover a transformação educacional na condição de um agente pró-ativo das mudanças.

Outro fator essencial à aplicabilidade do PPI é sua construção plural, com a colaboração da Administração Central do CPS, das Fatecs e de parceiros internos e externos à autarquia.

4.1 Histórico do CPS na inserção regional

Nos dias de hoje, a sociedade está fortemente alicerçada nas tecnologias, sendo que as relações humanas estão cada vez mais mediadas por elas. Ainda que hoje na civilização técnica–científica–informacional, todos sejam bombardeados com novidades, descobertas e novas aplicações tecnológicas a cada dia, a resistência a não se escravizar por esse bombardeio se faz cada vez mais fundamental. Como estamos imersos nessa civilização técnico–científica e informacional, para não se desumanizar, é necessário consumir dados, conhecimentos e informações que nos tornem pensantes, questionadores, conscientes e emancipados, detentores de um saber que não negligencie os valores humanos mais fundamentais.

O documento institucional que trata de suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação é denominado de Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o qual é parte integrante e indissociável de outro mais geral, denominado Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme indicado no inciso II do Artigo 21 do Decreto Federal nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017). O Projeto Pedagógico Institucional expressa a visão, os valores, a missão, vocações, as políticas Institucionais referentes ao quadrinômio indissociável ensino–pesquisa–extensão–inovação tecnológica, norteando o modus operandi de suas ações, dinâmicas, práticas acadêmicas e administrativas. Tal documento pode ser entendido como sendo o plano global da Instituição para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, apresentando suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação, bem como de gestão e administração institucionais, orientando e sugerindo diretrizes que





levem ao seu contínuo avanço institucional, projetando-a no futuro e consolidando sua responsabilidade social de difundir e produzir conhecimentos, promover o fortalecimento e crescimento econômico regional e do país, sem se esquecer das dimensões associadas ao desenvolvimento humano e sustentável.

Além de nortear suas atividades-fim, apresentando suas políticas e filosofias institucionais associadas às atividades pedagógicas, científicas, extensionistas, administrativas e de inovação tecnológicas, o PPI igualmente aponta as dimensões sociais, comunitárias, ambientais e de responsabilidade social e seus entrelaces com suas atividades-fim, contemplando os incisos IV e VI do Artigo 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que diz que a Educação Superior tem por finalidades “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” e “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação”. Tais ações tornam a Instituição um espaço de educação de qualidade e equidade entre indivíduos de distintas origens, classes sociais, ideologias, etnias, dentre outros aspectos, todas em condições de se desenvolver, qualificar e encontrar seu lugar no mercado de trabalho, no mundo e na sociedade onde reside (MEC, 2009).

A elaboração de um Projeto Pedagógico Institucional se mostra complexa dadas as múltiplas atividades, ações e dimensões próprias de sua natureza, as quais devem servir de instrumento de consulta e orientação dos administradores e gestores da Instituição, estando alinhadas ao PDI e ainda servindo de ponto de partida para a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e Programas alicerçados na instrumentalização do homem, seja ela prática, teórica ou filosófica, habilitando-o a pensar, refletir, compreender, posicionar-se e agir em situações laborais, cotidianas, familiares, na sociedade e no mundo. O PPI deve pautar-se nessa filosofia, propondo diretrizes articuladas entre políticas administrativas, didático-pedagógicas, técnico-científicas, econômicas e sociais, inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, sendo desenvolvidas considerando que “que o aluno já traz uma bagagem cultural, [...] não aprende só no tempo de aula, nem só através do professor; há um movimento autógeno de busca de atribuição de sentido para o mundo em que vive”. consolidando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. (VASCONCELOS, 2018, p. 141).

O PPI tem caráter propositivo, apresenta diretrizes, caminhos, concepções e princípios que devem estar alinhados entre si e retratem as realidades e diversidades das atividades-fim da Instituição, além disso, deve ser coerente com as normas, deliberações, portarias e legislações que estiverem em vigor.





O Projeto Pedagógico Institucional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza deve retratar toda a diversidade e realidades da instituição, propondo suas diretrizes pedagógicas, administrativas e técnico-científicas, considerando sua indissociabilidade, tornando o CPS um espaço de equilíbrio entre qualidade, equidade e pertinência social e que os atos de educar, pesquisar e administrar são todos atos políticos, que permitem a transformação, o avanço e aperfeiçoamento do ser humano.

4.2 Missão e âmbitos de atuação

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um instrumento de natureza filosófica, política e teórico-metodológica que norteia a prática didático-pedagógica, administrativa e tecno-científica da instituição, propondo diretrizes articuladas entre as diversas dimensões do ensino, pesquisa, extensão e inovação, não esquecendo dos valores éticos, morais e humanos em geral, bem como de sua vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.

A Missão, Visão, Valores, Princípios, Objetivos e Diretrizes Estratégicas (CPS, 2016) podem ser consideradas como os principais rumos da Instituição, definindo seus propósitos e objetivos, onde deseja chegar a longo prazo, dando norte para onde seguir, para que a organização obtenha êxito em seus intentos.

Missão

Promover a educação profissional pública dentro de referenciais de excelência, visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho.

4.3 Princípios filosóficos das políticas institucionais

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia do Governo do Estado de São Paulo, é uma instituição de ensino Profissional e Tecnológica pública e de excelência em suas atividades, tem como princípio pedagógico institucional a indissociabilidade do quadrinômio ensino-pesquisa-extensão-inovação, cuja missão, valores, objetivos, ideais lhe permita atuar em suas atividades de forma ética, moral e íntegra. Ainda que a sociedade seja complexa e, em muitos aspectos, contraditória, o CPS deve transpor essas divergências e construir políticas coerentes, articuladas, sólidas e homogêneas, com valores e princípios pautados nos valores humanos e consistentes com o ato de educar, de fazer pesquisas e desenvolvimento tecnológico.

Suas capacidades técnico-científicas e de inovação tecnológicas são fortalecidas por meio do diálogo com as necessidades sociais, do diálogo com o mercado de trabalho e dos arranjos produtivos locais e regionais, da produção artístico-cultural e da responsabilidade





social, tendo a preocupação de promover políticas que evitem a elitização dos processos educativos da Instituição, alienando-a do contexto de inserção regional e realidades e necessidades locais da população. Neste ponto, é necessário que toda a comunidade acadêmica institucional, formada por docentes, corpo técnico-administrativos, gestores e alunos tenham como diretriz que aumento do nível de escolaridade da população, a oferta de cursos gratuitos e de qualidade, as atividades de extensão a comunidade e os projetos sociais desenvolvidos pela autarquia é contribuição essencial para a vida da sociedade e da construção de um país livre, democrático e soberano.

As atividades didático-pedagógicas devem ser concebidas e formatadas visando a formação integral do indivíduo em sociedade, promovendo a articulação da ampliação do conhecimento e a aquisição das competências técnicas com o desenvolvimento de competências humanas, essas últimas tão importantes e valorizadas atualmente. A busca pela formação sólida, qualificada, de excelência não pode abdicar de conceitos ético-morais, do respeito ao próximo e as diferenças, da resiliência e da empatia. As atividades de pesquisa e desenvolvimento devem confluir e estarem relacionadas com o ensino técnico ou tecnológico, incentivando, dando significado, provocando a expectativa de aperfeiçoamento no corpo discente e na sociedade em geral, possibilitando melhorias e desenvolvimento e justificando sua produção científica e tecnológica em seu desenvolvimento pleno.

Programas acadêmicos de aprendizagem devem ser configurados e caracterizados em atividades integrantes da formação profissional do corpo discente, e promover a ampliação do conhecimento articulada à busca da formação sólida, qualificada e em sintonia com o desenvolvimento de competências humanas e técnicas requeridas pelo exercício profissional. Nesse sentido, as linhas de pesquisa e de extensão devem estar diretamente relacionadas aos programas acadêmicos de aprendizagem. Esses programas devem ser desenvolvidos no contexto de um curso ou com o envolvimento de dois ou mais cursos, permitindo a obtenção de créditos pelo corpo discente. Sob outro aspecto, objetivam facilitar o domínio dos processos e métodos gerais e específicos de investigação, análise e atuação. No que se refere à área de conhecimento acadêmico profissional, buscam envolver o corpo discente em tarefas e atividades que propiciem o aprender-fazendo e que promova a integração acadêmica com a futura atividade profissional por meio da interação constante entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No cenário contemporâneo, os sistemas de conhecimento se interrelacionam de forma inseparável, de modo que as atividades-fim da instituição exigem qualificação sólida, exercitada em suas múltiplas dimensões, incluindo nelas o respeito aos direitos humanos como direito universal, a compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas, a capacidade de interpretar, correlacionar, classificar e avaliar fatos, acontecimentos, dados e informações, obtendo seus significados, tanto na forma prática quanto na teórica.





Os processos acadêmicos e técnico-científicos vão muito além de meros transmissores de dados, informações, conhecimentos e definições. É necessário provocar em todos os atores desses processos o espírito crítico, a capacidade de reflexão e contemplação, estimulando a necessidade de analisar, de pensar antes de agir, sendo um processo de superação constante, buscando seu aprimoramento. Nessa busca pela verdade, as dimensões técnicas e científicas acabam por se fundir com as dimensões culturais, artísticas, ético-morais, filosóficas, necessitando construir um cenário harmônico e integrado para a devida produção e aquisição do conhecimento.

As Instituições de Ensino Tecnológicas devem então não serem apenas divulgadores de dados e informações acadêmicas, formadores de profissionais de alta competência técnica, mas serem uma referência também no ensino das competências humanas, no desenvolvimento da formação integral do ser humano, na contextualização das dualidades teoria-prática, ensino-pesquisa, hard e soft skills em seu sentido pleno. Na busca dos aprimoramentos pedagógicos, na adoção de metodologias ativas, na significação dos conhecimentos técnicos, os contextos cotidianos, as realidades locais, os problemas atuais da sociedade devem ser incluídos, ultrapassando o ensino tecnicista e adotando a oferta de conhecimentos libertadores do pensamento, num contexto pleno de sociedade múltipla e complexa. Que a multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade estejam presentes nos projetos pedagógicos dos cursos técnico e tecnológicos, sem se esquecer, na formulação das propostas pedagógicas, do viés sócio-artístico-cultural, das realidades locais, e que a investigação científica e tecnológica para a produção do conhecimento não está circunscrita apenas em laboratórios e experimentos científicos produzidos sob condições controladas e restritas à suas instalações físicas, mas a transcende mundo afora.

4.4 Princípios filosóficos e técnico metodológicos

Coerente com os seus valores, a Unidade do Ensino Superior de Graduação orienta as Fatecs a realizarem ações com base nos seguintes princípios:

- I. A educação superior deve contribuir para a formação do ser humano pleno, cidadão responsável e ético, indo além da simples formação e capacitação profissional;
- II. A educação superior deve contribuir para a construção do conhecimento e inovação que possam resolver problemas da sociedade brasileira na busca por qualidade de vida;
- III. O desenvolvimento de competências que englobam habilidades e atitudes profissionais deve ser enfatizado em todos os cursos, complementando a formação do “Ser” com a aprendizagem do “Fazer”, com foco nas demandas da sociedade e do mundo do trabalho;





- IV. A portabilidade do conhecimento constitui linha mestre na formulação dos Projetos Pedagógicos, caracterizando o sentimento da integração dos conteúdos entre seus diversos cursos. O discente é estudante da Fatec e seus conhecimentos correlatos são aproveitados como parcela de seus currículos;
- V. O domínio das linguagens contemporâneas, como a Informática, e de idiomas de larga abrangência, como o Inglês ou o Espanhol, é considerado essencial em face de sua importância para a atuação em contextos multinacionais e para o fortalecimento regional da América Latina;
- VI. As limitações de aprendizagem impostas pela sala de aula devem ser suplementadas por atividades autônomas dos estudantes que contribuam para que eles se apropriem do conhecimento e de sua produção; considera-se relevante a aprendizagem que se dá em situações não formais, em ambientes virtuais ou presenciais, tendo em vista a potencialidade interdisciplinar e transdisciplinar dessas situações. As matrizes curriculares, porquanto, devem contemplar a realização de projetos integradores, transversais e interdisciplinares, que pautem importantes temas e questões ligadas não só ao contexto específico da profissão, mas a outras que digam respeito ao exercício pleno da cidadania, como ética, etnia, gênero, diferentes culturas e costumes, entre outras;
- VII. A aprendizagem não deve se restringir ao ambiente acadêmico, principalmente no contexto contemporâneo profundamente marcado pela oferta ampla e diversificada de educação não formal e informal, e mediado por tecnologias de informação e de comunicação em todas as dimensões do cotidiano;
- VIII. Esforço continuado para a criação e manutenção de um ambiente favorável à aprendizagem, estabelecido como resultado da qualidade dos relacionamentos humanos entre todas as partes interessadas. Nesse sentido, a Instituição destina especial atenção às formas democráticas e participativas de gestão, sem as quais não há como promover a igualdade de condições de acesso e permanência, a liberdade de pensamento, o pluralismo de ideias, o apreço à tolerância e a valorização dos profissionais da educação;
- IX. A produção do conhecimento deve ser condição sine qua non para a implantação e desenvolvimento de cursos de graduação. No caso da graduação tecnológica, o tripé ensino–pesquisa–extensão não deve estar voltado apenas à busca da inovação por si só, mas sim da inovação que contribua para a sustentabilidade em todas as suas dimensões e para o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas da população;





- X. A gestão democrática é considerada um dos pilares para que se atinja a excelência da Educação e deve ser buscada por todos os segmentos e integrantes da Instituição.

Os preceitos filosóficos e pedagógicos que fundamentam o Projeto Político Pedagógico das Faculdades de Tecnologia para o Ensino Superior Tecnológico estruturam-se nos princípios contemplados pela lei federal 9.394/96 (LDB), pelo Parecer CNE/CP 29/2002 para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, e Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Dessa forma, considera que a educação superior deve contribuir para a formação do ser humano pleno e cidadão responsável e ético, indo além da simples formação e capacitação profissional; bem como contribuir para a construção do conhecimento e inovação que possam resolver problemas da sociedade brasileira na busca por qualidade de vida. Nessa perspectiva, além daqueles princípios gerais citados anteriormente, orienta-se pelo conjunto de princípios ressaltado no referido Parecer, a saber:

- A. Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- B. Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- C. Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- D. Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- E. Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições do trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- F. Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos; e
- G. Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão do curso e da respectiva organização curricular.

A Unidade de Ensino de Graduação e as Faculdades de Tecnologia entendem que a educação superior tecnológica é um processo transformador de grande impacto social. Assim sendo, a homologação das diretrizes curriculares dos cursos superiores de tecnologia, a partir do Parecer do Conselheiro Francisco Aparecido Cordão, consolidou uma nova concepção para os cursos de tecnologia, que saíram da esfera unicamente industrial e passaram a abranger todos os setores do conhecimento, organizados, a partir de 2006, em treze diferentes eixos tecnológicos. Além de maior sintonia com a sociedade, inclusive com o setor produtivo, esse aumento da abrangência fortaleceu, nas Unidades de Ensino





de Graduação, o ensino pautado no desenvolvimento e produção de conhecimentos científicos inovadores, a sua aplicação e a sua relevância no contexto contemporâneo.

Os cursos superiores de tecnologia oferecidos pela Fatecs podem ser desenvolvidos presencialmente, ou na modalidade a distância, em caráter semipresencial, com carga horária das atividades curriculares distribuída em atividades de estágio profissional e de um trabalho de graduação. Os cursos têm ingresso e desenvolvimento semestral e são integralizados em um prazo mínimo de três e em um máximo de cinco anos. Considerando a legislação vigente e em conformidade com seus valores e princípios filosóficos, as Faculdades de Tecnologias devem implementar metodologias que privilegiem a reflexão e a participação interativa de todos os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Ciente de seu papel social, busca formar trabalhadores com conhecimento geral abrangente, fundamentação teórica e formação humanística adequadas às suas intervenções em vários âmbitos da sociedade, mantendo-se atento às peculiaridades regionais e locais, às demandas do mundo globalizado e às importantes questões transversais contemporâneas. Nesse sentido, os cursos superiores de tecnologia ministrados pela Instituição são pautados por uma concepção curricular que articula conteúdos interdisciplinares, de modo a promover a conexão ensino-pesquisa-extensão, com a seguinte natureza formal:

Disciplina: componente curricular desenvolvido mediante a orientação docente, caracterizada por um conjunto de saberes de uma área específica do conhecimento; pode ter natureza teórica, prática ou teórico-prática;

Estágio: é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante, proporcionando ampliação de aprendizado prático e amadurecimento profissional e pode ser subdividido em:

- a. Estágio **obrigatório:** previsto no Projeto Pedagógico do Curso e parte integrante da carga horária necessária para a sua integralização;
- b. Estágio **não obrigatório:** também previsto no Projeto Pedagógico do Curso, mas sem carga horária obrigatória para a sua integralização tendo, portanto, caráter opcional para o estudante;

Práticas Laboratoriais: atividades práticas desenvolvidas em laboratório, previamente planejadas e preparadas, para estudo analítico de fenômenos e processos na busca pelo desenvolvimento das habilidades e competências tecnológicas dos alunos; são associadas às disciplinas de forma específica ou interdisciplinar, ou relacionadas às atividades de pesquisa da própria Unidade ou de parcerias formalmente constituídas com outras instituições ou organizações do mundo do trabalho. Todas as práticas laboratoriais devem ocorrer sob a supervisão de um docente responsável da Unidade de origem;





Iniciação Científica ou Tecnológica: atividade orientada por docente, de natureza extraclasse, para o desenvolvimento de projeto de pesquisa científico–tecnológica individual ou em grupo;

Visita Técnica: atividade orientada por docente, de natureza extraclasse, em local em que haja pessoas, equipamentos e/ou instalações que possam contribuir para a formação profissional dos estudantes;

Trabalho de Graduação (TG): atividade orientada por docente, desenvolvida pelo estudante, segundo o Inciso VI, do Artigo 9º, da Deliberação 12/2009, por meio de um trabalho monográfico, de uma pesquisa bibliográfica, de uma pesquisa científico–tecnológica, da publicação de contribuições na área ou da participação de eventos com apresentação de trabalho acadêmico, com carga horária computada para a integralização do curso.

Atividades Complementares: atividades acadêmico–científico–culturais de realização pelos estudantes como parte integrante ou não da carga horária total do curso. Têm por objetivo enriquecer a estrutura curricular, oferecendo aos estudantes a oportunidade do aprimoramento balanceado entre teoria e prática, e da exposição equilibrada aos saberes gerais e específicos que circulam nos diversos âmbitos da vida social e profissional. Devem, ainda, proporcionar a disseminação do saber e propiciar o contato com a diversidade cultural, capaz de engrandecer e complementar a formação acadêmica, por meio do aperfeiçoamento técnico–tecnológico, científico, cultural e de relacionamento humano.

4.5 Política de gestão

O Centro Paula Souza, a Unidade do Ensino Superior de Graduação e as Fatecs, no cumprimento de sua missão e objetivos institucionais, primando pela excelência na formação de seus alunos, na busca constante da qualidade de seus processos de formação tecnológica em nível superior, fez com que à formação profissional fossem incluídos valores ético–morais e humanos, fortemente cultivados para a formação integral do cidadão, provido de pensamento crítico e investigativo, de consciência dos problemas econômicos, socioculturais e ambientais, produtivo para sua vida laboral, competente ao trabalho tecnológico, mas acima de tudo, apto a viver em sociedade e feliz consigo mesmo. Ademais, ao CPS cumpre consolidar e reafirmar a indissociabilidade do ensino–pesquisa–extensão e inovação no cumprimento de sua missão institucional.

Os processos organizacionais devem estar baseados em relações multilaterais com outros setores da sociedade, partilhando seus conhecimentos, vivências, experiências, visões, seus valores humanos, provocando uma melhor compreensão dos processos e das dinâmicas administrativas existentes, servindo de ponto de apoio para a tomada de decisões e, em muitos casos, de mudanças de paradigmas. A busca pela solidez e





celeridade nos processos não pode ocorrer sem a inclusão de conceitos ético–morais, da empatia e resiliência, e do respeito ao próximo.

O Planejamento Institucional, visando a perpetuação e aperfeiçoamento das boas práticas da Autarquia, bem como a incorporação de novas ações às já implementadas, faz com que a gestão deva acontecer seguindo os preceitos éticos e legais existentes nos regulamentos, regimentos, deliberações e demais legislações institucionais e no ordenamento jurídico estadual e nacional pertinentes e que estiverem em vigor. Os recursos públicos devem ser aplicados em projetos relevantes e prioritários, elencados com a aplicação criteriosa e responsável de indicadores, seguido de análises pertinentes, necessitando serem avaliados os seus impactos nos contextos socioeconômico, cultural e ambiental.

Os trabalhos e tarefas realizadas na Instituição, pelos distintos departamentos, divisões, seções, núcleos, células devem acontecer de forma articulada, objetivando a sincronia e otimização dos processos, evitando retrabalhos e lentidão na realização deles. O incentivo ao pleno desenvolvimento dos trabalhos administrativos deve ser nutrido pelo desenvolvimento, sistematização e confiabilidade dos processos de gestão, utilizando–se do permanente melhoramento das relações interpessoais entre os colaboradores mediante cultivo de valores socioemocionais como a solidariedade, empatia e respeito aos demais, e também pela implementação de modernos recursos como equipamentos e softwares; todos esses elementos devem conduzir a ganhos constantes e permanentes dos processos administrativos, acadêmicos e pedagógicos, da constituição de espaços para a compreensão dos processos e das finalidades das práticas administrativas, e pela qualificação do corpo técnico para o atendimento às políticas praticadas pela instituição e por instâncias governamentais superiores.

Caberá ao Planejamento da Instituição assegurar o ótimo funcionamento de todos os órgãos existentes na estrutura organizacional da autarquia, com sintonia das diversas áreas e instâncias, adequando–se o corpo técnico às necessidades administrativas e de gestão em face às demandas existentes. Em caso de mudanças significativas de legislação e procedimentos, todos envolvidos devem estar cientes de tais alterações, deve–se proporcionar um tempo para adaptação dos fazeres no âmbito institucional, promovendo–se capacitações e estudos que efetivamente assegurem a sua aplicabilidade.

Os processos administrativos, as articulações entre os órgãos que compõe a estrutura organizacional da Autarquia, as parcerias, colaborações e interações profissionais de quaisquer naturezas, sejam elas acadêmicas, técnico–científicas, de pesquisa e desenvolvimento, econômico–financeiras, ou gerenciais, devem ser alicerçadas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e efetividade, tão caros à Instituição no atendimento aos anseios da sociedade.

O estabelecimento de parcerias com outras instituições de ensino e setores público e privado da sociedade torna claro que os processos gerenciais da autarquia devem ser





conduzidos de forma a valorizar o espírito cooperativo, os valores técnicos, humanos e filosóficos desses atores, bem como a contribuição de suas realidades sociais. É certo que a internacionalização da Autarquia e o reconhecimento da Instituição como ICT provocará reflexos em sua estrutura organizacional, exigindo reformulações e a promoção de práticas de gestão concretas, inovadoras e até mesmo vanguardistas, objetivando a superação dos desafios impostos por esse novo cenário de consolidação da Autarquia como fonte de produção do saber científico, tecnológico e humano.

O crescimento experimentado pela Autarquia, com a ampliação e diversificação de seus cursos, programas educacionais, projetos de pesquisa e conseqüentemente das áreas de atuação, reserva-se à Política de Gestão o atendimento à missão e ao cumprimento dos compromissos assumidos institucionalmente com a sociedade e o mundo do trabalho. Tal política deverá conduzir à promoção do desenvolvimento econômico do meio no qual a instituição se insere, estruturando ações para a segura consecução de seus objetivos estratégicos. No cumprimento de sua função social, a Instituição deverá fortalecer seus mecanismos de inclusão social, sempre assegurando a Qualidade de seus processos pedagógicos, acadêmicos e administrativos.

4.6 Política de ensino

As atividades didáticas desenvolvidas nos Cursos Superiores de Tecnologia ministrados pelas Fatecs devem ser indissociáveis da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica, primando por uma formação sólida e provocativa, levando o educando a refletir sobre o aprendizado, tornando-o significativo e aplicável no âmbito profissional tecnológico. Os valores humanos igualmente devem estar presentes nas práticas pedagógicas, enfatizando-se a importância do respeito ao próximo regado pelo sentimento de solidariedade e empatia, e estimulando a compreensão da pluralidade de ideias e de visões de mundo, da tolerância às divergências, compreensões que proporcionam uma formação ainda mais rica, tanto humana quanto tecnológica.

Uma vez que o avanço da ciência e tecnologia tem impactado cada vez mais em nossas vidas cotidianas, com novidades tecnológicas a todo o momento, provocando mudanças comportamentais de uma forma cada vez mais rápida, e as profissões se adequando cada vez mais rápido com a celeridade das aplicações tecnológica no mercado de trabalho, é natural que a pesquisa investigativa para edificação do perfil do egresso dos cursos das Fatecs tenha que acontecer de forma contínua e diversificada. Entretanto, não se pode esquecer que as práticas pedagógicas associadas ao ensino das competências técnicas atualizadas, não devem acontecer de forma isolada, mas sim contemplando o desenvolvimento das competências socioemocionais. O processo de ensino-aprendizagem das competências técnicas articulado com o desenvolvimento das competências socioemocionais não cognitivas deve ser mais que um desafio a ser vencido, mas um





verdadeiro propósito para os Cursos Superiores de Tecnologia do Centro Paula Souza. A condução da formação tecnológica por meio unicamente das realidades técnicas, alienada das competências comportamentais, seguramente restringem o desenvolvimento do educando, impedindo-o até mesmo de alcançar sua plena capacidade técnica devido à sua baixa capacidade de lidar com as emoções. Estudos apontam que o investimento curricular em ensinar as competências socioemocionais beneficia o acadêmico na aquisição de conhecimentos, conteúdos, conceitos (CASEL, 2015), bem como melhora seus relacionamentos, sua vida familiar e afetiva e seu desempenho escolar.

O desenvolvimento das competências socioemocionais deve ser contemplado nos currículos de graduação, levando-se em consideração a bagagem pregressa do aluno, seus conhecimentos e vivências, suas experiências profissionais, sua visão de mundo e da sociedade em que vive. Visando ao atendimento das demandas de mercado por profissionais técnico e emocionalmente preparados para sua inserção e permanência no mundo do trabalho, o desenvolvimento do perfil socioemocional do tecnólogo deve permear os itinerários formativos por diversos meios que tangem o planejamento de ensino e práticas de aulas, a fim de potencializar os conhecimentos técnicos na formação profissional. Embora sempre tenha sido importante, nos dias de hoje, o trabalho colaborativo e em equipe tornou-se essencial para a sobrevivência dos empreendimentos e, assim sendo, habilidades de relacionamento interpessoal como saber falar, saber ouvir, dialogar de forma clara e objetiva, ser solícito e cooperar com os demais colaboradores são considerados elementos inerentes à obtenção de bons resultados no âmbito profissional.

Tendo em vista seu caráter eminentemente prático, o ensino das disciplinas não pode ser conduzido de forma isolada, mas sim integrada. O professor deve tratar dos conceitos de sua disciplina, contextualizá-los em um cenário maior, dar-lhes o devido sentido na aplicação profissional; cabe ao professor promover a interdisciplinaridade com a apresentação da interface de sua disciplina com outros conhecimentos. Assim promover-se-á o senso crítico dos alunos das Fatecs e a capacidade de gerarem soluções por meio da articulação dos diversos saberes tecnológicos e humanos.

O desenvolvimento das ações correlacionadas entre o ensino, pesquisa, extensão e inovação devem contemplar tanto a empregabilidade quanto o estímulo ao empreendedorismo, principalmente na área tecnológica, pois além das oportunidades de emprego, existirá possibilidade de o tecnólogo ter seu próprio negócio. Em ambos os cenários, o incentivo ao desenvolvimento de competências socioemocionais mostra-se fundamental, pois em todas as ações profissionais são necessários o autoconhecimento, a autogestão, a capacidade de conhecer, de conviver, de trabalhar e de ser. Daí derivará o sucesso profissional em tecnologia, seja na carreira ou nos negócios.

A vocação do Centro Paula Souza é contribuir efetivamente com o sucesso das organizações, as quais serão campo de atuação profissional dos tecnólogos formados pelas





Fatecs. O modelo é pensado sob três grandes perspectivas que orientam a prática pedagógica, traduzida em ensino e aprendizagem.

- I. Nas Fatecs a educação é voltada para jovens e adultos, portanto na base das ações formativas estão os princípios da pedagogia e da andragogia.
- II. A tecnologia é a principal causa das mudanças no nosso tempo. O avanço tecnológico cada vez mais acelerado muda a composição do mercado, muda as relações humanas e sociais e faz emergir um novo perfil de ser humano, da sociedade e conseqüentemente do profissional; assim, o ensino e a aprendizagem necessitam ser praticados com a clareza dos impactos esperados face aos avanços tecnológicos incorporados ao dia a dia das pessoas.
- III. O alcance dos objetivos estratégicos das organizações só poderá ocorrer por meio do alinhamento entre as competências organizacionais, empresariais e humanas com a visão de futuro, sendo fundamental que os egressos tenham as competências desenvolvidas para este fim, ou seja, o Centro Paula Souza prepara quadros para as organizações, devendo atender as necessidades de competências necessárias a estes cenários.

Essas três perspectivas influenciam decisivamente o modelo e concepção do processo de ensino aprendizagem. Primeiramente porque o processo de ensino e aprendizagem só acontecerá partindo da premissa de que os destinatários das ações formativas são jovens e adultos, que aprendem pelo envolvimento, pela interação entre a teoria e a prática, sendo assim o modelo pedagógico prima pelo desenvolvimento de pessoas partindo da visão sociointeracionista, ou seja, parte da clareza de que o indivíduo possui uma participação ativa no processo de seu próprio desenvolvimento, o que também reforça a tendência de visão das organizações contemporâneas em destacarem que o crescimento profissional e pessoal dos seus colaboradores só deve ocorrer por meio do contínuo desenvolvimento de competências, afinal, no modelo sociointeracionista, o indivíduo que aprende é sujeito da sua própria formação e responsável pelo seu próprio desenvolvimento. O desdobramento desta visão recai sobre o uso das metodologias ativas.

Outro aspecto decorrente destas perspectivas é que a tecnologia da informação e comunicação (TIC) deve ser utilizada cada vez mais como importante recurso na interatividade entre quem ensina e quem aprende, assim as metodologias de ensino deverão considerar o contínuo avanço da tecnologia da informação e da comunicação como meios facilitadores do processo ensino e aprendizagem. O atual modelo pedagógico identifica que para formar o perfil profissional e humano necessários para enfrentar os desafios da contemporaneidade é necessária uma prática sociointeracionista, sobretudo considerando que cada vez mais terá o uso das tecnologias da informação e comunicação como meios facilitadores da aprendizagem contínua; também entende-se como pressuposto que esta aprendizagem só acontecerá se for de fato significativa e contextualizada. Enfim, sendo as pessoas o principal meio de alcance de todos os





propósitos organizacionais, isto só será alcançado se houver investimento em formação de competências, sobretudo as passam a ser exigidas cada vez mais no contexto da sociedade do conhecimento e da informação, devendo tais competências serem capazes de permitir o crescimento, humano, profissional e a possibilidade de ascensão por critérios meritocráticos. Desta forma, o processo ensino aprendizagem visa garantir a consolidação de três eixos que serão norteadores de todos os cursos das faculdades de tecnologia do Centro Paula Souza (ver Figura 5).

Se a formação de competências é o norte formativo das Fatecs, ela deve ser capaz de reforçar a sua visão de futuro e ratificar a sua missão, estes pilares formativos assumem a incumbência de contribuir com a formação das competências essenciais dos egressos em consonância com as necessidades do mercado e da sociedade em que estão inseridos.

A partir da concepção pedagógica voltada ao desenvolvimento de competências, pretende-se promover o desenvolvimento de metodologias de ensino adequadas à formação de jovens e adultos, identificando os melhores métodos de trabalho para facilitar a aprendizagem, neste sentido o professor será sempre um facilitador do processo ensino aprendizagem e o aprendiz sujeito da sua própria aprendizagem que busca o desenvolvimento como esforço contínuo, evidenciando o uso de metodologias ativas como caminho facilitador de todas as ações pedagógicas. As metodologias de ensino devem propiciar situações de aprendizagem focadas em situações-problema, no desenvolvimento de projetos que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos, que podem estar organizados em áreas ou disciplinas, conforme o desenho curricular de curso.

Figura 5: Eixos Norteadores dos Cursos das Unidades de Ensino de Graduação.





Fonte: Elaborado pelos autores.

É fundamental que os professores também assumam compromissos em relação aos aprendizes – começando por levar em conta suas características individuais, experiências de vida, cultura, contexto em que estão inseridos, levando-se em consideração a prática existente, fazendo com que o conteúdo ministrado seja significativo e, portanto, apreendido. Assim, é preciso que os aprendizes sejam desafiados por situações-problema que os confrontem com diferentes obstáculos, exigindo superação e que experimentem situações didáticas nas quais possam refletir, experimentar e ousar agir, a partir dos conhecimentos que possuem.

Sabe-se que as transformações científicas e tecnológicas, que ocorrem de forma acelerada, exigem das pessoas novas aprendizagens, não só no período de formação, mas ao longo da vida, por isso as Faculdades de Tecnologia assumem como compromisso a preocupação com a formação contínua dos egressos, constituindo-se em um espaço permanente de ensino e aprendizagem por meio dos programas de capacitação e de extensão. A meta das Fatecs é estimular a participação de todos e reforçar a construção de uma cidadania consciente e ativa, de modo que ofereça aos aprendizes as bases culturais que lhes permitam identificar e posicionar-se frente às transformações em curso e incorporar-se na vida produtiva e sociopolítica, além de estimular o desenvolvimento pleno das competências essenciais para a sua futura área de atuação.

Quando se discute aspectos metodológicos, é preciso avançar de um modelo de ensino centrado no professor para um processo de ensino-aprendizagem da era do



conhecimento, na qual o professor é um facilitador do processo ensino–aprendizagem. Assim, o professor não conseguirá dar conta desse desafio se não romper com os paradigmas didáticos que nortearam e ainda norteiam o processo de ensino. Por isso, a proposta metodológica assume como desafio, a necessidade de uma contínua contextualização, ou seja, o conteúdo trabalhado em cada componente curricular não pode estar desvinculado da vida, do cotidiano e dos interesses dos alunos. Em função desses pressupostos, as novas tecnologias da informação e comunicação, as metodologias ativas e o desenvolvimento por competências tornam–se os pilares da presente proposta pedagógica.

4.7 Política de pesquisa e desenvolvimento tecnológico

A Ciência, a Tecnologia e a Inovação são poderosos propulsores para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, já que o conhecimento e as inovações decorrentes de seus resultados mudam a vida das pessoas. Em todas as áreas do conhecimento, tanto no campo de estudo dos fenômenos sociais, químicos, físicos, biológicos, quanto no campo de desenvolvimento das aplicações tecnológicas, a formulação de políticas públicas e o investimento em pesquisa possibilitou a busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida e do bem–estar social.

Os impactos das novas tecnologias provocam mudanças atitudinais e comportamentais, de forma que a necessidade de informação, de técnica, de rigor teórico–metodológico, torna–se cada vez mais um norteador da produção de conhecimento. Em face dessa relação complexa entre as descobertas científicas e tecnológicas e a sociedade, a ciência e a tecnologia são desmistificadas no horizonte cultural, demonstrando seus benefícios e sua necessidade para qualidade de vida da população.

A ampliação das relações entre a sociedade e os espaços de realização de pesquisa científica e tecnológica por meio da produção e da transferência de tecnologia para o setor público e privado permite a agregação de valor e o aumento da competitividade da comunidade envolvida. Esse processo promove crescimento, prosperidade, diversificação das linhas de produção, geração de empregos e de renda, bem como fortalece o desenvolvimento econômico da região na qual está inserido, estabelecendo uma relação de sinergia e de reciprocidade com as demandas regionais, estaduais e até nacionais, seja pela resolução de problemas de ordem socioeconômicas, seja pela construção de iniciativas e de programas sustentáveis para a nação.

Em uma perspectiva macro, o conhecimento gerado por meio de pesquisas deve alinhar–se aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem–estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável de saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução





das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação.

Para desenvolver pesquisas nessas temáticas, o CPS promove sua política tecnológica e inovativa mobilizando a sua capilaridade no Estado de São Paulo, sua inserção nos arranjos locais por meio de parcerias estratégicas e de seu capital humano para PD&I. Assim, a formação profissional oferecida nos diferentes eixos tecnológicos, além de garantir os objetivos das Fatec, estipulados no artigo 3 da Deliberação n. 31, de 27 de setembro de 2016, está dedicada ainda à necessidade de:

“IV– Desenvolver e promover a cultura, a ciência, a tecnologia e a inovação por meio do ensino e da pesquisa aplicada;

V – Promover atividades de extensão e de articulação com a comunidade, bem como oferecer serviços que estejam em consonância com suas atividades de ensino e pesquisa”.

Essa modalidade de ensino articula-se também às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica proposta pelo Resolução do CNE/CP nº. 1 de 5 de janeiro de 2021, presentes no capítulo II, no que tange à utilização da pesquisa como recurso metodológico, fortalecendo o caráter institucional da pesquisa aplicada em uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), como pode-se notar nos incisos IV e V:

IV – Centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;

V – Estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;

É nesse contexto, que a pesquisa, no CPS e nas Faculdades de Tecnologia (Fatec), tem como objetivo promover a transferência tecnológica para o mercado e para a sociedade, gerando e aplicando métodos e técnicas capazes de contribuir com o desenvolvimento tecnológico do Estado de São Paulo e com a consolidação da instituição como referencial de excelência em educação pública profissional. É promovida, em especial, pelos professores em Regime de Jornada Integral (RJI), que se constitui em um regime especial de trabalho do corpo docente das Fatec do CPS.

O desenvolvimento de projetos em RJI, com enfoque em pesquisa aplicada, visa a fortalecer as unidades de ensino em determinadas áreas do conhecimento, relativas aos cursos oferecidos por cada Fatec, bem como desenvolver temas estratégicos institucionais.





Tais pesquisadores têm a missão de acompanhar e de expandir a fronteira do conhecimento, atuando como agentes do processo de transformação e de inovação por meio de parcerias estratégicas capazes de habilitar os jovens nas atividades de prospecção, de absorção, de elaboração e de difusão da informação e da tecnologia.

Os resultados dessas pesquisas aplicadas incidem diretamente nos arranjos locais, regionais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais. Nesse sentido, a política de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico alinha-se à política de Internacionalização do CPS, ao oportunizar a mobilidade para a pesquisa aos docentes.

Esse processo impacta diretamente na qualidade das pesquisas científicas institucionais, favorecendo a cooperação entre instituições, a colaboração e o compartilhamento de conhecimento científico e tecnológico, o desenvolvimento de competências interculturais e o fortalecimento da imagem do CPS junto às instituições estrangeiras.

4.8 Política de inovação tecnológica

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), autarquia estadual vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, além de ser a maior rede estadual de ensino profissional da América Latina, passou a ser reconhecida também como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), reafirmando sua vocação de promover as atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social e de redução das desigualdades regionais. Mediante esse reconhecimento, abrem-se as portas para a instituição diversificar suas ações em P,D&I, possibilitando assim o aumento de sua produção científica e o fortalecimento de seus grupos de pesquisa, dos trabalhos de investigação científica e tecnológica realizados pelos professores em RJI e outros docentes da instituição que tenham interesse em desenvolver projetos científico-tecnológicos. Tais ações visam facilitar a realização de acordos com outras instituições, a transferência de tecnologias às empresas do setor privado e suas ações na área de desenvolvimento e crescimento sustentáveis.

Como ICT e, estando aprovada sua Política de Gestão de Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica, o Centro Paula Souza poderá firmar acordos e contratos para compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com outros ICTs ou empresas, em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, conforme a Lei nº 10.973–2004.

A partir dessas definições legais, será possível o uso de seu capital intelectual institucional em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, aumentando assim sua produção científica e tecnológica, a captação de recursos e fomentos, além da visibilidade institucional. Essa política trará oportunidades a alunos e professores na realização de





pesquisas de ponta com aplicações voltadas para a resolução de problemas e impasses técnicos/tecnológicos em processos produtivos. O estabelecimento de parcerias com outras instituições de ensino e setores da sociedade deve ocorrer alicerçado pelos valores sociais, ambientais e de governança (ESG), para todos os envolvidos no processo.

A Política de Inovação Tecnológica, a ser praticada pelo CEETEPS, não deve estar dissociada do ensino, pesquisa e extensão, deve viabilizar ambiência acadêmico-administrativa que facilite a construção de conhecimentos emancipatórios e libertadores, promover a formação e a dignidade humana, além de capacitar estudantes para o mundo do trabalho. O CEETEPS também visualiza que as inovações desenvolvidas em parcerias com os setores empresariais, com o setor público e com as instituições de ciência e tecnologia, possam contribuir para a melhoria da qualidade da educação técnica e tecnológica ofertadas pela autarquia.

As Redes Temáticas, entendidas como redes colaborativas de pesquisa aplicada, formadas por docentes que declaram interesse em atuar em P,D&I e gestão da inovação aberta, devem canalizar suas atividades de pesquisa científica e inovação tecnológica objetivando o atendimento de problemas e demandas da sociedade contemporânea. Assim, os resultados desses estudos podem indicar os rumos de sua solução e apontar caminhos para as mudanças nos procedimentos, comportamentos, forma de produção, tratamentos técnicos, consumo, dentre outros, devendo ainda socializar tais resultados para a erradicação dos problemas.

No mais, a promoção do desenvolvimento de trabalhos de inteligência de negócios e prospecção tecnológica deve identificar desafios inovativos a serem explorados pelos ambientes de inovação, resultando em produção científica de qualidade, fomento a atividades de iniciação científica, além de atividades sociais e de extensão.

4.9 Política de extensão

A extensão universitária é uma atividade promotora de ações que englobam a realização de eventos científicos, semanas tecnológicas, palestras e workshops de cunho científico e tecnológico ao mesmo tempo em que engloba atividades artístico-culturais, divulgação científica, espaços filosóficos para a reflexão de problemas e questões sociais e ambientais, contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade em geral. As práticas extensionistas do Centro Paula Souza devem primar pela qualidade e excelência de seus serviços, pela difusão de questões importantes na sociedade, pela liberdade de ideias e de expressão e no combate às injustiças sociais, e pelo respeito e tolerância às diversidades. Uma de suas finalidades é a interação dialógica dentro dos ambientes acadêmicos e com outros segmentos e setores da sociedade, estimulando a elaboração de soluções inovadoras aos desafios regionais;





As atividades de Extensão Universitária devem ser ofertadas de forma articulada com o ensino, a pesquisa e a inovação, promovendo o desenvolvimento social e a proposição de dinâmicas que valorizem os saberes e fazeres das comunidades, contribuindo para o entendimento das dinâmicas e realidades locais, propósito esse que pode gerar trabalhos científicos e de inovação tecnológica. Os princípios pedagógicos da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade devem ser explorados nas atividades extensionistas, propiciando uma visão global e descompartmentada de ideias, conceitos, conteúdos que podem ser vistos sob vários ângulos, todos complementares entre si, levando aos expectadores uma visão mais verdadeira da natureza do conhecimento humano.

Os eventos científicos devem acontecer primando pela elaboração de atividades acessíveis ao seu público-alvo, proporcionando ao mesmo a oportunidade de dialogar com pesquisadores e professores de outras instituições de ensino, pesquisa e extensão, obtendo dados novos e relevantes para a ciência, despertando o interesse e motivação na busca pelo saber. As dinâmicas propostas devem levar em consideração os valores humanos, as competências socioemocionais não cognitivas, a solidariedade e empatia para com os presentes, tornando o evento mais significativo a todos.

Os cursos e programas de extensão de cunho acadêmico caracterizam-se por serem linhas de processo ensino-aprendizagem complementares àqueles vistos nas disciplinas da grade curricular de um curso, sendo importantes para enriquecer e complementar, resgatar o conhecimento já aprendido, provocando o aprimoramento e a evolução sociocultural e profissional do acadêmico. Como caminhos alternativos dos processos vistos em sala de aula, a extensão permite situar-se, acompanhar e estar atualizado com as demandas de mercado, desenvolver competências socioemocionais e técnicas, descobrir novos temas e assuntos antes desconhecidos e aprimorar-se como ser humano, cidadão e profissional.

4.10 Perfil do aluno

O aluno da Fatec tem como características predominantes as que seguem: homem, de 20 a 29 anos de idade, cor branca, com ensino médio cursado em escola pública, está estudando há menos de um ano na Fatec, no período noturno, trabalha desde antes de entrar na Fatec em área não relacionada ao curso. Embora este seja o atual perfil predominante do aluno da Fatec, todas as características são compostas com razoável pluralidade de sexo (homem ou mulher), faixa etária, cor/raça, formação escolar, tempo que estuda na Fatec, período no qual estuda e ocupação. O detalhamento é apresentado nas Figuras 6, 7 e 8.

O levantamento destas informações é feito no Centro Paula Souza por meio de uma avaliação feita anualmente em todas as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de

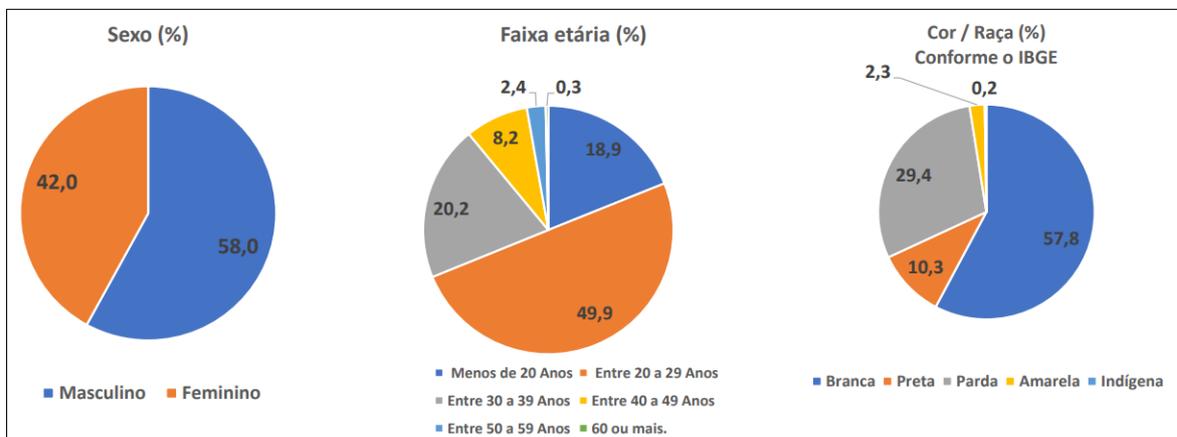


Tecnologia do Estado (Fatecs), onde são coletadas informações de alunos, professores, funcionários, pais de alunos (Etecs), equipe de direção e egressos.

Todos os anos, os entrevistados respondem a um questionário sobre diversos aspectos de sua unidade, que vão desde a adequação do espaço físico e instalações até as práticas pedagógicas adotadas pela escola ou faculdade. Essas informações são utilizadas pela Área de Avaliação do Centro Paula Souza, responsável pelo WebSAI, para analisar os processos de funcionamento das unidades de ensino, seus resultados e o impacto na realidade social em que a instituição se insere.

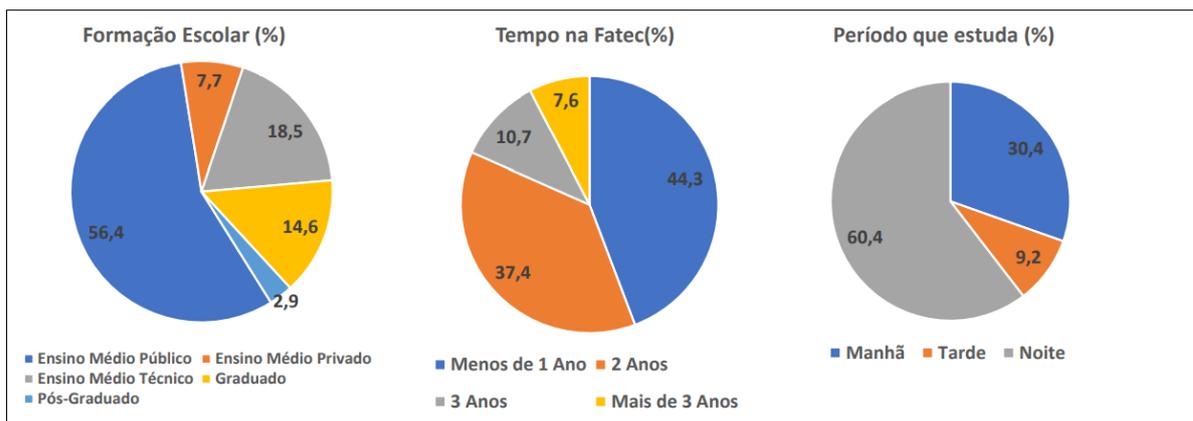
Seu objetivo é buscar a melhoria da qualidade de ensino por meio do autoconhecimento. Com base nos resultados do WebSAI, diretores e professores podem detectar os pontos positivos e negativos de suas unidades e estabelecer estratégias para melhorar o desempenho de seus alunos.

Figura 6: Aluno Fatec — sexo, faixa etária e cor/raça.



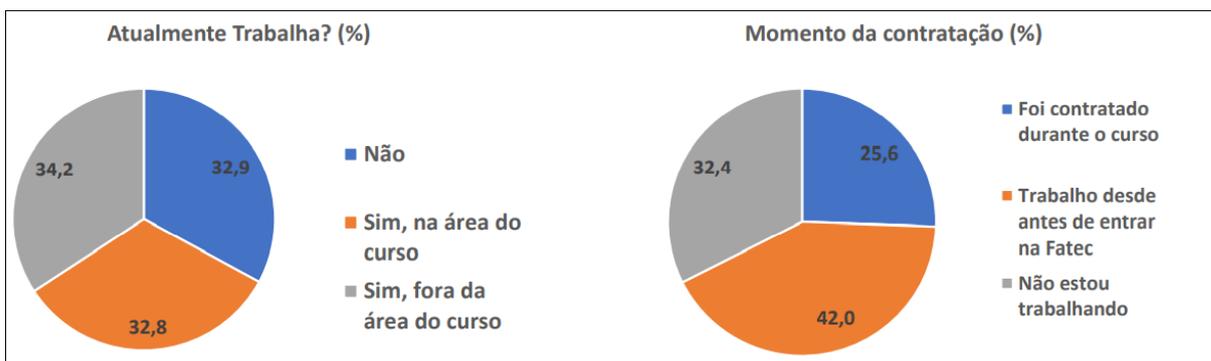
Fonte: Plataforma WebSai / Centro Paula Souza – Outubro de 2021

Figura 7: Aluno Fatec — formação escolar, tempo na Fatec, período que estuda.



Fonte: Plataforma WebSai / Centro Paula Souza – Outubro de 2021

Figura 8: Aluno Fatec — trabalho atual, momento da contratação.

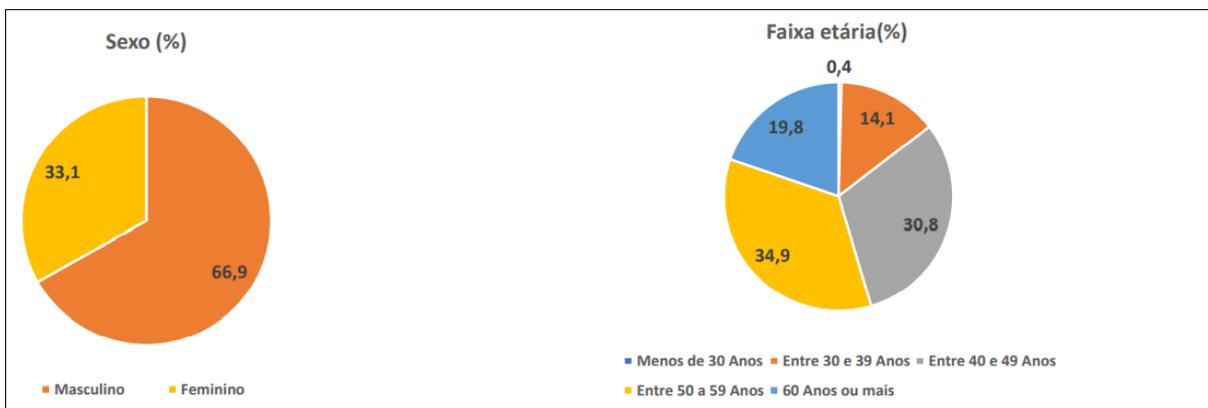


Fonte: Plataforma WebSai / Centro Paula Souza – Outubro de 2021

4.1.1 Perfil do professor

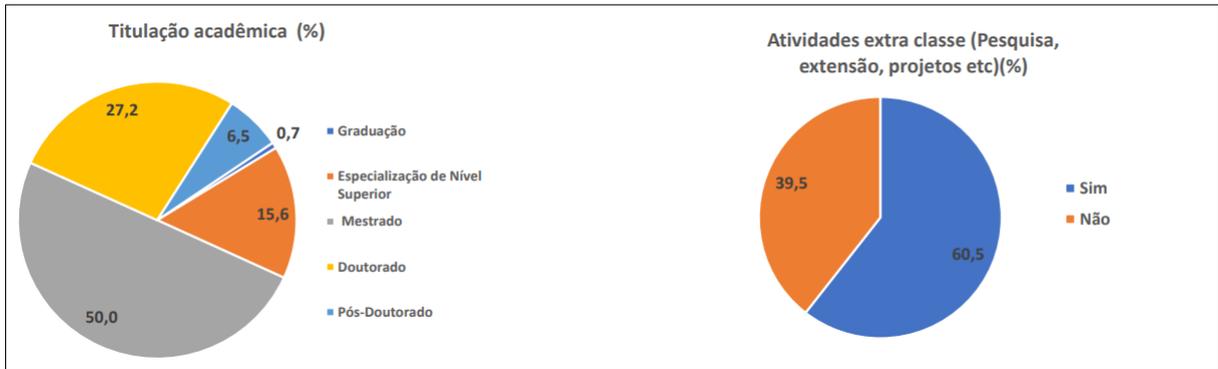
O professor da Fatec tem como características predominantes as que seguem: homem, de 50 a 59 anos de idade, com mais de 6 anos de docência, contratado por período indeterminado, com pós-graduação em nível de mestrado, e exerce atividades extraclasse. O detalhamento do perfil do professor da Fatec é apresentado nas Figuras 9, 10 e 11, e é constituído por: sexo (homem, mulher), faixa etária, tempo de docência, tipo de contratação, titulação acadêmica e atividades extraclasse.

Figura 9: Professor Fatec — sexo, faixa etária.



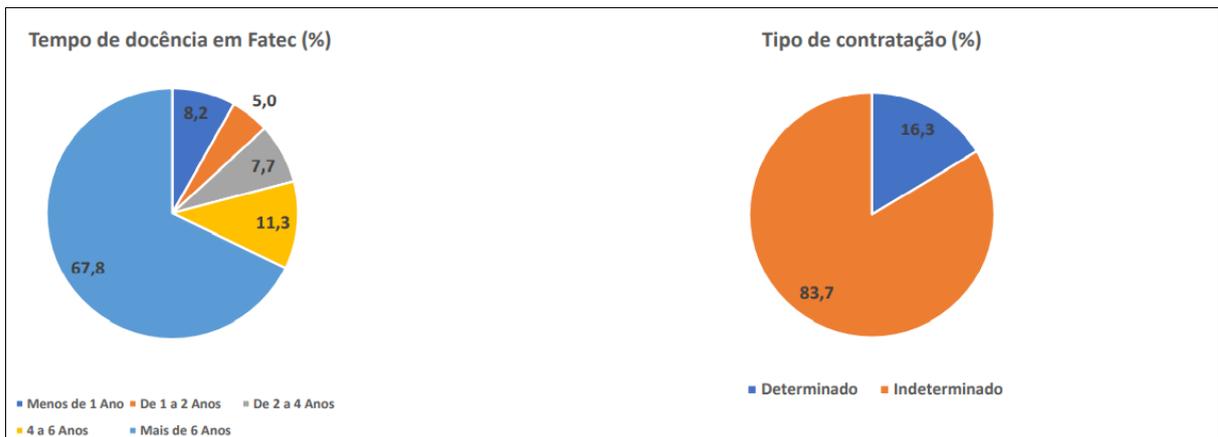
Fonte: Plataforma WebSai / Centro Paula Souza – Outubro de 2021

Figura 10: Professor Fatec — tempo de docência, tipo de contratação.



Fonte: Plataforma WebSai / Centro Paula Souza – Outubro de 2021

Figura 11: Professor Fatec



Fonte: Plataforma WebSai / Centro Paula Souza – Outubro de 2021

4.12 Avaliação de ensino

Ao trabalhar sobre competências, é necessário que a autoavaliação faça parte da avaliação e que o diálogo seja um importante instrumento para que o professor e o aluno possam elucidar as complexas ações que dizem respeito às várias competências, principalmente quando partem de situações em que o aprendiz mobiliza recursos de várias áreas.

A avaliação é formativa e certificadora:

–Formativa pelo seu caráter regulador do processo de aprendizagem do estudante e do próprio processo educativo, inserida em um planejamento e em uma ação contínua e conjunta entre formadores e aprendizes, levando em consideração os indicadores de desempenho como critérios de formulação dos instrumentos de avaliação.



– Certificadora pelo seu caráter cumulativo, reúne toda a informação disponível sobre o aprendiz e o nível de domínio das competências usadas, transformando o conjunto de resultados das avaliações formativas e das atividades criadas para esta fase final, em um dado de qualificação do processo formativo.

Os instrumentos de avaliação podem e devem ser variados tanto no que se refere às características dos temas propostos, quanto à complexidade das competências, incluindo também os desempenhos coletivos além das competências individuais. Esses instrumentos devem ser contextualizados e buscarem sempre a não fragmentação do conhecimento, utilizar diversos códigos e mobilizar as operações do pensamento. Sendo assim, a avaliação deve manter coerência com os recursos metodológicos utilizados para a construção do conhecimento. A discussão quanto aos critérios e os melhores procedimentos serão parte integrante das reuniões dos colegiados dos cursos e dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs). Ressalta-se que não existem modelos prontos, eles devem ser construídos a partir das características de cada curso, assegurando-se o atendimento aos preceitos avaliativos institucionais.

A avaliação é um processo contínuo e, evidentemente, as dificuldades dos aprendizes devem ser rapidamente detectadas. O que permitirá o investimento na superação das limitações com planos de melhoria específica, fazendo com que a avaliação possa ser sempre um instrumento que possibilite o crescimento pessoal e o desenvolvimento profissional, sendo oferecida as ações de recuperação da aprendizagem de forma contínua. O processo de avaliação por competências subsidiará a construção dos programas de formação continuada.

O primeiro aspecto que deve ser considerado na avaliação do processo ensino-aprendizagem é a necessária coerência com a concepção pedagógica; a proposta de avaliação está alicerçada na concepção sociointeracionista, considerando que a fonte do conhecimento não está, como defendia o idealismo racionalista, no sujeito que conhece, nem tampouco, como queria o idealismo empirista, no objeto do conhecimento, porém a fonte do conhecimento está na concepção que rege a prática educacional, e consequentemente avaliativa de todo o Centro Paula Souza, ou seja, na concepção interacionista, pois considera que a fonte do conhecimento está na contínua interação entre sujeito e objeto. Portanto, cabe apresentar as diretrizes do Sistema de Avaliação da Aprendizagem das Fatecs:

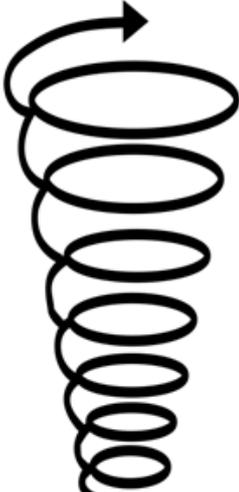
- A. A avaliação do processo de aprendizagem deve estar em perfeita sintonia com o planejamento da ação educacional, no qual devem estar definidas as metas de aprendizagem, os objetivos de aprendizagem, os recursos didático-pedagógicos necessários e as competências que se pretende desenvolver – traduzidas em termos de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos de entrega.
- B. O Sistema de Avaliação da Aprendizagem do Centro Paula Souza considera a necessidade de desenvolver novos conhecimentos, habilidades e atitudes



essenciais previstas nos PPCs dos seus cursos, numa perspectiva sistêmica, em que a avaliação não é limitada a uma dimensão da competência, mas envolve a pessoa como um todo, na perspectiva dos quatro pilares da educação, elencados no Relatório Jacques Delors (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI), que são: saber aprender, saber fazer, saber ser e saber conviver.

- C. Sob a perspectiva sistêmica, a avaliação da aprendizagem de todas as ações formativas promovidas pelos cursos do Centro Paula Souza considera que:
- (i) A avaliação está contextualizada com o conhecimento e as habilidades esperadas para o perfil profissional mapeado e identificado como necessário para a excelência profissional de cada curso;
 - (ii) A avaliação tem papel diagnóstico e formativo, contribuindo para o planejamento da ação pedagógica, definição e redefinição do processo ensino-aprendizagem;
 - (iii) O desenvolvimento das competências é processual e sua construção se dá de modo progressivo e integrado e a avaliação acompanha a evolução em espiral desse desenvolvimento (Figura 12); permite que o aluno seja sujeito da sua própria formação e perceba o quanto o processo formativo oferece condições de crescimento profissional e cidadão.

Figura 12: Desenvolvimento de competências numa evolução em espiral.

EVOLUÇÃO FORMATIVA	PERFIL DOS EGRESSOS POR SEMESTRE	EVOLUÇÃO DA APRENDIZAGEM EM ESPIRAL
	6	1) <i>Avaliação Diagnóstica – Como o aluno chega?</i>
	5	2) <i>Perfil do Egresso do 1º ao 6º Semestre – Competências desejadas para cada semestre?</i>
	4	3) <i>Avaliação continuada e formativa das três dimensões da competência (CHA) por componente curricular: como contribuem com conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para desenvolver a competência necessária.</i>
	3	
	2	
	1	4) <i>Avaliação da competência para formar os indicadores de evolução em cada semestre.</i>

- (iv) Avaliação será sempre um instrumento de gestão, pois se considera que avaliar, essencialmente, é emitir juízo de valor e, para tanto, deve-se obter



informações válidas de diversas fontes, nos momentos oportunos para que as evidências reveladas permitam a tomada de decisões para a melhoria do processo ensino–aprendizagem, tendo sempre como referência os resultados que a aprendizagem gera no desempenho.

D. O sistema de avaliação da aprendizagem será contínuo, assim como o processo de melhoria deverá ser contínuo. Os métodos de avaliação são compatíveis com os princípios que norteiam as ações voltadas para a formação de competências. Dessa forma, são levados em consideração quatro principais pontos para a escolha dos métodos de avaliação, a saber:

- (i) Realismo: a capacidade do método simular o desempenho tal como este ocorreria na futura prática profissional do aluno;
- (ii) Abrangência: a capacidade de o método verificar os múltiplos aspectos envolvidos na aprendizagem (conhecimento, habilidades, atitudes), utilizando uma variedade de fontes integradas; também em relação a cada aspecto, em particular, pode se verificar níveis de autonomia crescentes;
- (iii) Aplicação direta: contribuição do método de avaliação para o estabelecimento de metas de crescimento pessoal e profissional permitindo a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDA);
- (iv) Impessoalidade: por mais que a avaliação sempre reserve certo grau de subjetividade, o processo deve ser construído com a máxima isenção para que a meritocracia possa ser plenamente atingida, portanto, o método deve ter como princípios a imparcialidade, objetividade, a transparência e a conduta ética como norteadores de todo o processo.

E. Ainda em relação à escolha dos métodos, deve-se buscar um equilíbrio entre instrumentos qualitativos e quantitativos, bem como entre a avaliação formativa e somativa. Para tanto, o sistema de avaliação é formado por instrumentos com diferentes enfoques, procurando avaliar cada ação formativa de forma contínua e capaz de contribuir com a gestão e recuperação contínua da aprendizagem.

F. A avaliação deve ser contínua. Além da avaliação do produto final (somativa), na qual se verifica o alcance em relação aos objetivos, a avaliação de processo (formativa) também é importante. Por avaliação de processo entende-se a implantação e o desenvolvimento do binômio indissociável ensino–aprendizagem.

Observação: As atividades de ensino–aprendizagem dos alunos devem ser continuamente avaliadas. A avaliação do desempenho é baseada em critérios previamente estabelecidos e conhecidos e é realizada por meio da comparação entre desempenho





apresentado e estes critérios, sempre tendo como referência as competências previstas nos PPCs dos cursos.

G. Considerando a necessidade do sistema de avaliação ser dinâmico, e também considerando a especificidade de cada curso, os instrumentos de avaliação, atendendo aos pressupostos já estabelecidos sobre a avaliação, deverão ser construídos de acordo com os seguintes eixos básicos:

- (i) Levantar indicadores que demonstrem a aprendizagem a partir dos objetivos de cada ação formativa. O resultado da avaliação depende da análise entre o resultado alcançado tendo em vista o objetivo proposto;
 - (ii) Oferecer indicadores que sejam capazes de indicar os conhecimentos adquiridos, as habilidades desenvolvidas e as novas atitudes geradas, considerando que:
 - a avaliação dos conteúdos conceituais (conhecimento) é verificada por meio de instrumentos formais que oferecem métricas sobre o quanto as mudanças ocorridas evidenciam a aquisição de um novo “saber”;
 - a avaliação dos conteúdos procedimentais (habilidades) é verificada por meio tanto de instrumentos formais com simulações de práticas como por meio da verificação direta das mudanças ocorridas nas práticas, ou seja, no “saber fazer”;
 - a avaliação dos conteúdos atitudinais (atitudes) é verificada por meio de instrumentos formais com simulações de situações problemas em que sejam explicitadas as atitudes novas adquiridas, e por vivências, dinâmicas de grupo, entrevistas, observação direta entre outros recursos para verificar o quanto cada disciplina produziu resultados permitindo um novo “saber agir”.
 - (iii) Permitir o envolvimento de todos os atores na elaboração, discussão e tomada de decisões geradas a partir da avaliação da aprendizagem, sempre sendo desdobrada em planos de recuperação da aprendizagem se possível de forma contínua e associada à continuidade da aprendizagem, desenvolvendo nos alunos a metacognição que lhes permite aprender a aprender, tendo em vista o desenvolvimento de competências.
- H. Gerar o comprometimento de todos com os melhores resultados pressupõe também criar um sistema de controle de aproveitamento das ações educacionais desenvolvidas, portanto, a frequência de no mínimo 75% e a avaliação de aproveitamento serão sempre critérios utilizados para mensurar o grau de comprometimento com a ação formativa oferecida.
- I. Considerando as diretrizes legais, deve-se promover a recuperação da aprendizagem, oportunizando de forma contínua que o aluno possa superar as





dificuldades identificadas por meio das avaliações que oferecem ao discente e docente indicadores do que será necessário melhorar.

O processo de avaliação tem como propósito não apenas medir conteúdos aprendidos, mas acima de tudo avaliar habilidades, competências e atitudes desenvolvidas no decorrer da formação tecnológica. Isso seguramente trará bons resultados na vida pessoal, social e profissional do Tecnólogo. Assim, mais que determinar regramentos avaliativos para um projeto pedagógico, deve-se estruturar diretrizes que conduzam à adequada mensuração das variáveis do processo de ensino–aprendizagem.

4.13 Programa de Internacionalização do CEETEPS voltado às Fatecs

O Programa de internacionalização do CEETEPS compreende a mobilidade acadêmica, as políticas linguísticas, a capacitação técnica internacional, a difusão científico cultural e a prospecção e apoio à pesquisa aplicada.

O Centro Paula Souza, com o objetivo de fortalecer e ampliar a sua inserção e representatividade no âmbito internacional, bem como promover o desenvolvimento acadêmico por meio de políticas voltadas à sua internacionalização, definiu pela Deliberação CEETEPS nº 73, de 16 de setembro de 2021, a qual altera os dispositivos da Deliberação CEETEPS nº 3, de 30 de maio de 2008, e dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, atribuindo à Assessoria de Relações Internacionais as ações que visam a esse fim. Conforme o Artigo 14–B, as atribuições da respectiva área são:

“Artigo 14–B – A Assessoria de Relações Internacionais com as atribuições de propor, instituir e promover políticas visando a internacionalização do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, bem como prospectar e estabelecer acordos de cooperação entre o CEETEPS e Instituições estrangeiras, governamentais, não governamentais e/ou privadas, a fim de desenvolver projetos visando manter a excelência no ensino profissional e tecnológico, com intuito de formar profissionais alinhados às demandas globais, nos moldes da seguinte estrutura:

Para atender às demandas institucionais de internacionalização cabe realizar ações que impactem os estudantes, professores e servidores administrativos nas áreas de: capacitação técnica internacional, difusão científico cultural, mobilidade, políticas linguísticas e prospecção e apoio à pesquisa aplicada mobilidade acadêmica.

No que tange à capacitação técnica internacional e difusão cultural, as práticas visam propor, elaborar, promover, organizar e coordenar atividades de capacitação no âmbito internacional para aperfeiçoamento do corpo discente, docente, administrativo e gestor, além de apoiar e/ou coordenar palestras, seminários, workshops, simpósios, feiras e demais eventos científicos que resultem da cooperação internacional ou que envolvam





atores internacionais, com a finalidade de oferecer novas práticas, métodos e experiências para discentes e docentes do CEETEPS, por meio do aprimoramento das suas respectivas formações.

No que se refere às políticas linguísticas, prospecção tecnológica e de pesquisa aplicada, às ações visam propor, elaborar e implementar projetos e práticas voltadas à promoção e desenvolvimento linguístico para ampliar o processo de internacionalização, bem como apoiar o processo de aproximação e formalização das parcerias internacionais e promover eventos científicos com o objetivo de aproximação de pares acadêmicos para o desenvolvimento da pesquisa aplicada. No entanto, algumas ações supracitadas perpassam pela necessidade de tratar a entrada e saída, presencial e virtual, conforme os requisitos da mobilidade acadêmica.

Já o Programa de Apoio à Mobilidade Acadêmica Internacional para Alunos e Docentes do CPS, instituído pela Deliberação CEETEPS no 37, de 10 de agosto de 2017, justifica e alicerça diversas ações promovidas pela Assessoria de Relações Internacionais do CPS (ARInter), principalmente na área de Mobilidade Acadêmica de seu Corpo Técnico. Segundo tal normativa, os propósitos da Mobilidade Acadêmica do CPS são:

I. Desenvolver a educação tecnológica, nos graus de ensino médio e superior contida no caput do artigo 2º do Decreto Lei Estadual de 06 de outubro de 1969 (SÃO PAULO, 1969), especialmente das ações contidas nos incisos II e III do referido artigo, a saber: II — Formar pessoal docente destinado ao ensino técnico, em seus vários ramos e graus, em cooperações com as universidades e institutos isolados de ensino superior que mantenham cursos correspondentes de graduação de professores; e III — Desenvolver outras atividades que possam contribuir para a consecução de seus objetivos;

II. Ampliar a capacidade de investigação e produção de conhecimento da comunidade acadêmica, dada a importância dos programas de mobilidade acadêmica internacional, possibilitando um novo posicionamento do CPS em âmbito mundial, contribuindo assim, para o desenvolvimento da região em que as unidades do CEETEPS estão inseridas;

III. Viabilizar a possibilidade de partícipes de Instituições de Ensino (IE) estrangeiras realizarem atividades acadêmicas de estudo, práticas e/ou pesquisa em uma das Unidades de Ensino do CPS, difundindo novos conhecimentos tecnológicos, criando ambientes multiculturais, que contribui na formação de profissionais mais alinhados às demandas do mercado de trabalho;

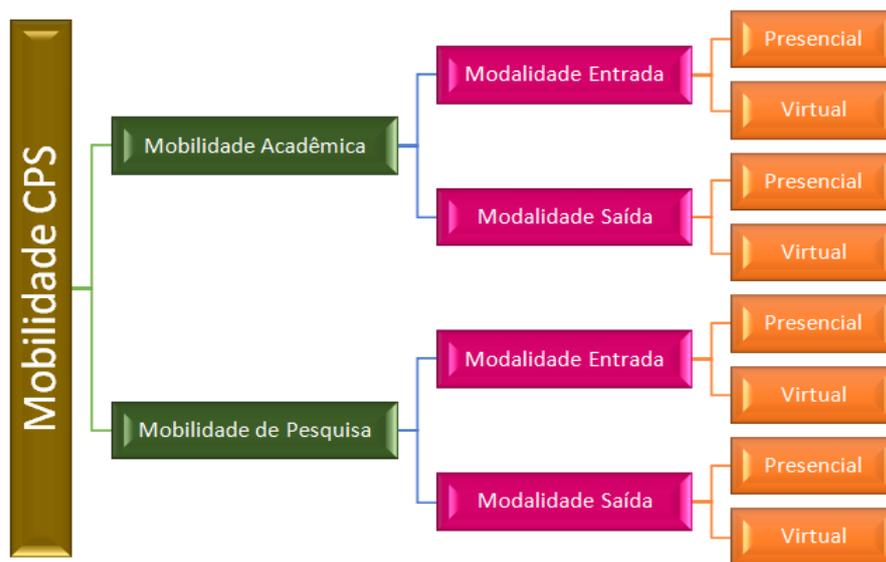
O conceito de Mobilidade Internacional encontra-se definido nos §§ 1º e 2º do Artigo 1º da Deliberação CEETEPS no 37, de 10 de agosto de 2017, onde são apresentadas as modalidades “entrada” e “saída”, conforme Figura 13. A Mobilidade do Centro Paula Souza subdivide-se em “Acadêmica”, para estudos e atividades acadêmicas realizadas em Instituições de Ensino estrangeiras e de “Pesquisa”, quando ocorre a inserção do acadêmico



em projetos de pesquisa. Ambas podem ocorrer, conforme Portaria da Diretora Superintendente, de 16 de outubro de 2020 (GDS, 2020), de forma presencial ou virtual, utilizando-se as tecnologias da informação e comunicação. A modalidade “Entrada” refere-se à vinda de pessoas oriundas de Instituições de Ensino estrangeiras ao CPS e “Saída” refere-se à ida de pessoas do CPS ao exterior.

Em suma, a Mobilidade Acadêmica do CPS pode ser entendida como a possibilidade de alunos e de professores da instituição adquirirem vivências internacionais ao realizarem estudos e/ou atividades de pesquisa em Instituições de Ensino lotados em outros países, de forma a contribuir em seus desenvolvimentos acadêmico e de pesquisa científica, por meio do contato com novas práticas, metodologias e tecnologias, aprimorando suas formações profissionais e permitindo o intercâmbio de conhecimentos, o que possibilita a criação de projetos voltados à ciência e à inovação. Além disso, a globalização exige cada vez mais o desenvolvimento das soft skills e das competências interculturais, assim a experiência internacional contribuirá para uma formação superior alinhada com as exigências do mundo do trabalho, nos âmbitos nacional e internacional.

Figura 13 – Mobilidade acadêmica do Centro Paula Souza.



4.14 Planejamento do Curso Superior de Tecnologia

O planejamento escolar é um processo de organização das atividades educacionais que visa alcançar os objetivos do processo de ensino-aprendizagem. De forma prática, pode-se associar o planejamento escolar a um guia de procedimentos com encadeamento racionalizado, para uso harmônico e efetivo dos recursos pedagógicos no desenvolvimento dos educandos. Quando bem estruturado, o planejamento escolar torna operações pedagógicas mais fluidas, dinâmicas e interessantes, evitando perdas e concentrando energias na atividade educativa-formativa.



Muito mais que um roteiro, o planejamento escolar é uma atividade de reflexão e de gestão, que deve se nortear segundo os objetivos estratégicos do curso para determinar as metas a serem alcançadas no processo de ensino–aprendizagem, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis.

Pode–se dizer que cabe ao planejamento escolar programar as ações docentes, estruturando–se em três esferas: Estratégica – Projeto Pedagógico de Curso (PPC); Tática – Plano de Ensino da disciplina (PE); Operacional – Plano de Aula (PA).

O PPC é um documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações da escola com a sociedade, o mundo do trabalho e o ecossistema tecnológico e, de outro, as ligações do projeto pedagógico do curso com os planos de ensino propriamente ditos. Por sua vez, o plano de ensino é a previsão cronológica dos objetivos e tarefas do trabalho docente para o período letivo; é um documento mais elaborado, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos, recursos metodológicos e sistema de avaliação e recuperação. O plano de aula é um roteiro para desenvolvimento operativo–pedagógico de uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter específico no desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos. Pode–se dizer que o plano de aula é um detalhamento do plano de ensino.

4.14.1 Diretrizes do Planejamento Pedagógico de Curso (PPC)

A organização pedagógica de um Curso Superior de Tecnologia da Fatec é estruturada de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Por sua vez, o PPC deve ser elaborado a partir da premissa que o ensino superior tecnológico visa atender as competências previstas no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) ou, quando o Curso não constar neste, nas Diretrizes para os Cursos Superiores de Tecnologia do Centro Paula Souza.

Para tanto, foi desenvolvida uma estrutura padronizada para a elaboração do PPC, contendo os seguintes tópicos:

1. Contextualização da Instituição de Ensino: Aqui são apresentadas as informações a respeito da Fatec que oferece o curso, sua localização, decreto de criação, bem como os atos legais que regem o curso na respectiva Fatec. Caso o curso seja oferecido em mais de uma Fatec, será escrito um PPC para cada Fatec que o ofereça. Ainda, é feita uma contextualização legal sobre os seguintes tópicos:

- a) Organização da Educação brasileira;
- b) Currículo escolar em Educação Profissional e Tecnológica organizado por competências.
- c) Autonomia Universitária.





2. Estrutura Organizacional: Neste tópico é apresentada a estrutura organizacional da Fatec com todos os órgãos que a compõem, nos termos da Deliberação CEETEPS 31 de 27 de setembro de 2016 (Regimento Unificado das Fatecs).

3. Identificação do Curso: Aqui é apresentada a identificação do Curso.

4. Justificativa do Curso: Neste tópico são apresentadas as razões que levaram a implantação do Curso na Fatec, tais como perfil socioeconômico da região onde a Unidade se localiza, características do arranjo produtivo local, sempre devidamente embasadas em fontes oficiais, como IBGE, Fundação Seade, IPEA, Prefeituras Municipais, entre outros.

5. Objetivo do Curso: Que tipo de Profissional o curso visa formar.

6. Requisitos e formas de acesso: Qual etapa de escolarização os interessados em ingressar no Curso devem ter cumprido e quais as formas de ingresso disponíveis.

7. Perfil Profissional do Egresso do Curso: Áreas de atuação do Tecnólogo egresso deste Curso.

8. Competências a serem desenvolvidas: Com base nos princípios estabelecidos pela Resolução CNE 1 de 2021, que trata das premissas da Educação Profissional e Tecnológica, bem como na Deliberação CEETEPS 70, que trata das diretrizes para elaboração dos Cursos Superiores de Tecnologia do CPS, neste tópico são elencadas as competências profissionais e socioemocionais a serem desenvolvidas no aluno de modo a formar um profissional conforme previsto no CNCST ou nas Diretrizes para os Cursos Superiores de Tecnologia do Centro Paula Souza. Além disso, são apresentadas outras informações tais como:

- a) Prazos mínimo e máximo de integralização, em semestres;
- b) Eixo Tecnológico ao qual o curso pertence;
- c) Microcertificações e Certificações intermediárias oferecidas pelo Curso, bem como o Diploma fornecido ao concluinte.

9. Dados gerais do curso: Tabela síntese dos tópicos anteriores, incluindo o número de vagas semestrais oferecidas, duração da hora-aula e do semestre letivo.

10. Metodologia de ensino-aprendizagem: Aqui são apresentadas não apenas as metodologias aplicadas pelos Docentes em sala de aula, mas também os espaços didáticos necessários (sala de aula, laboratório), desenvolvimento de pesquisas, projetos, oportunidades para o desenvolvimento de iniciação científica e tecnológica, entre outros.

11. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores mediante avaliação e reconhecimento de competências profissionais constituídas: Neste tópico são apresentadas as premissas e procedimentos, conforme preconizado pela Resolução CNE 1 de 2021, Diretrizes curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica, aplicadas na avaliação dos alunos matriculados no curso, não apenas no que tange a sua aplicação nas disciplinas que compõem seu PPC, mas também com relação aos





conhecimentos e experiências adquiridos em outros níveis de ensino ou mesmo no âmbito profissional.

12. Organização Curricular: Aqui são apresentadas:

- a) Matriz curricular, detalhando cada disciplina e sua carga horária, bem como se é básica, profissionalizante ou língua estrangeira;
- b) Tabela com as distribuições de disciplinas por semestre, incluindo carga horária, modalidade de ensino e ambientes de aprendizagem;
- c) Ementário das disciplinas, contendo ainda as competências a serem desenvolvidas e as bibliografias aplicáveis;
- d) Demais componentes curriculares (fora da matriz curricular);
- e) Temáticas transversais;

13. Mapeamento das competências profissionais e socioemocionais por componente: trata-se da síntese das competências a serem desenvolvidas, tanto profissionais como socioemocionais.

14. Perfil de qualificação docente, instrutores (auxiliar docente) e técnico-administrativos: trata-se da apresentação das qualificações dos profissionais envolvidos na atuação junto aos alunos (Docentes) ou como apoio (auxiliar docente), em atendimento à Resolução CNE/CP 1/2021.

15. Mapeamento dos componentes e Tabela de áreas: Listagem das disciplinas e suas respectivas áreas, conforme Tabelas de Áreas, Disciplinas e Especificidades da Cesu.

16. Quadro de equivalências de carga horária entre matrizes curriculares: Se o Curso tiver sofrido processo de reestruturação provocando alterações em disciplinas, o PPC deverá conter uma tabela que apresente os nomes das disciplinas antes da reestruturação e sua equivalência após a reestruturação, quando houver.

17. Infraestrutura Pedagógica: Laboratórios didáticos e ambientes de aprendizagem, recursos e equipamentos associados ao desenvolvimento dos componentes curriculares.

4.14.2 Diretrizes do Plano de Ensino da disciplina (PE)

A operacionalização das aulas de uma determinada disciplina é fundamentada no Plano de Ensino da disciplina (PE) que deve conter os seguintes elementos estruturantes:

1. **Data:** tal qual um cronograma, o PE deve apresentar todas as datas das aulas do período letivo.
2. **Hora início:** de cada aula.
3. **Hora fim:** de cada aula.





4. **Item:** numeral de ordenamento das aulas.
5. **Tópico – título:** do tópico do conteúdo programático previsto para a disciplina no PPC.
6. **Tópico – detalhamento:** do tópico do conteúdo programático previsto para a disciplina no PPC.
7. **Carga horária:** quantidade de horas-aula planejadas para aplicação de determinada aula.
8. **Avaliação:** metodologia da avaliação da aprendizagem, com indicação dos fatores quantitativos da classificação (notas referentes a trabalhos, projetos e provas que resultem em uma média final).
9. **Práticas de aulas:** atividades de ensino-aprendizagem que contemplem ações práticas para o desenvolvimento de habilidades e competências requeridas pelo perfil de formação do egresso.
10. **Recursos teóricos e práticos:** Recursos teóricos são referentes à disponibilização da informação e apresentação de conteúdo teórico formativo, ou sobre outra óptica, à apresentação de conceitos para articulação do debate de ideias que estimulam a compreensão dos assuntos tratados. Exemplos: lousa (física ou digital), projetor, tela (física ou digital), material bibliográfico em formato de texto, figura, áudio e vídeo. Recursos práticos são referentes à consecução de atividade que desenvolva habilidades e competências do perfil profissional por meio de elementos físicos (materiais e peças) e não físicos (softwares), dispositivos e equipamentos; exemplos: computador, rede computacional, recurso pedagógico digital (simulador computacional), matéria prima e insumo produtivo, elemento de máquina, máquina de fabricação, dispositivo de fabricação, ferramenta de fabricação, ferramenta de montagem, instrumento de medição, mobiliário para atividade profissionalizante, equipamento de proteção, equipamento de análise, transportador ou elevador de carga, material de limpeza especial (uso profissional).
11. **Metodologia pedagógica:** técnica de ensino aprendizagem que se utiliza de roteiro de ações e elementos procedimentais capazes de conduzir o aluno ao entendimento e compreensão de conceitos de forma que lhe assegure autonomia na sua efetiva aplicação. Exemplos: método de ensino, metodologia ativa de ensino-aprendizagem, prática demonstrativa, prática executiva, visita técnica, desafio, estudo de caso. O bom planejamento e aplicação das metodologias pedagógicas é fator essencial para superação da dualidade “aluno desinteressado/aula desinteressante”.





12. **Projeto:** conjunto de ações integradas no âmbito classe e extraclasse, de forma síncrona e assíncrona, normalmente voltado à busca de determinada solução conceitual ou prática. O projeto pode ter não somente a participação de alunos da turma, mas também de alunos de outras turmas e cursos, alunos de outras instituições e de pessoas do mundo da tecnologia e do trabalho. Exemplo: projeto de atividade pedagógica da disciplina, projeto de atividade pedagógica interdisciplinar, projeto de atividade pedagógica interinstitucional, projeto de pesquisa de iniciação científica (IC) ou iniciação tecnológica (IT)
13. **Parceria:** indicação de parcerias firmadas entre a instituição de ensino e o ecossistema da educação, da tecnologia e do mundo do trabalho, que disponibilizam recursos materiais e imateriais importantes para a formação tecnológica.





5. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento

O cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos deve estar alinhado à meta de ampliação do número de vagas presente no Plano Estadual de Educação (SÃO PAULO, 2016), que consiste em “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade de oferta”.

O indicador de taxa bruta de matrícula deve ser mensurado com base na “razão (expressa como um percentual) entre o quantitativo de pessoas de qualquer idade que frequentam o ensino superior e o total geral de pessoas entre 18 e 24 anos de idade, faixa etária prevista para se frequentar esse nível de ensino” (BRASIL, 2018).

O indicador de taxa líquida de escolarização na graduação representa a proporção da população de 18 a 24 anos de idade que frequenta ou já concluiu cursos de graduação em relação à população total de 18 a 24 anos.

Esses indicadores devem ter como base o período de 2014 a 2018, não considerando os possíveis impactos da pandemia da Covid-19, quando se iniciou a suspensão das aulas presenciais em 2020 (Decreto Estadual nº 64.879, de 20 de março de 2020).

A Fatec tem o papel de contribuir com esses indicadores por meio do planejamento da implantação e desenvolvimento da unidade de ensino e dos cursos, considerando as características socioeconômicas da região, a disponibilidade de espaço físico, de profissionais docentes habilitados e demais recursos que se fazem necessários para a oferta dos cursos.

Para atendimento do cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos, a Fatec deve atualizar anualmente suas necessidades referentes a:

- (i) recursos humanos;
- (ii) recursos aos cursos de graduação existentes;
- (iii) novos cursos de graduação;
- (iv) pesquisa;
- (v) cursos de extensão e pós-graduação.





No Anexo B – Cronogramas de Evolução, que consta na página 158, por meio de cronogramas, foi apresentado o desenvolvimento do Ensino, Extensão e Pesquisa da Unidade, contemplando todos os cursos, programas e projetos em suas denominações, valores quantitativos (referenciais consolidados e projetados), e respectivos intervalos anuais.

5.1 Ensino da Graduação

Atualmente o Centro Paula Souza oferece 86 (oitenta e seis) cursos tecnológicos em suas unidades Fatecs, as quais buscam contribuir para os indicadores de desempenho da instituição e com o cumprimento do Plano Estadual de Educação, por meio da implantação de cursos de graduação.

5.2 Extensão e Pós-graduação

Os cursos de pós-graduação promovidos pelo Centro Paula Souza são organizados pela Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa que tem o objetivo de orientar, planejar, coordenar, avaliar e acompanhar os resultados das ações envolvendo pesquisa, pós-graduação lato sensu e stricto sensu (Decreto n. 58.385, de 13 de setembro de 2012).

Atualmente a Fatec pode ofertar cursos lato sensu, além dos cursos ofertados pelo Centro Paula Souza como o MBA Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais, MBA em Engenharia e Negócios (MBE) e MBA em Tecnologia e Inovação (MBT).

5.3 Projetos de Pesquisa

Os projetos de pesquisa são elaborados e desenvolvidos pelos professores e alunos da unidade, podendo ter participação de outras instituições ou empresas, de acordo com a proposta da pesquisa e interação com o ecossistema científico, tecnológico e do trabalho. As atividades podem ser desenvolvidas com aporte de recursos como Horas Atividades Específicas ou bolsas de pesquisa.





6. Organização Didático–Pedagógica da Instituição

O quadro organizacional de cursos, vagas e recursos oferecidos pela Fatec Indaiatuba foi apresentado no Anexo C – Organização didático–pedagógica disposto na página 160.





7. Oferta de Cursos e Programas de Pós–Graduação

A oferta de cursos e programas de pós–graduação iniciou–se na década de 1990 como um novo desafio colocado pelas políticas públicas de formação e emprego. O foco passou a ser a organização das empresas, a gestão do trabalho e os impactos na formação de profissionais que correspondessem às novas demandas do mercado de trabalho, em termos de flexibilidade produtiva e contínuas reestruturações na atuação e perfil do trabalhador. A partir de 1997, passou–se a oferecer também Cursos de Pós–Graduação lato sensu. A ação institucional, nos anos 2000, ganhou novas fronteiras ao adotar uma política de oferta da Educação Profissional e Tecnológica, em todos os níveis, com a criação de novas unidades de ensino, novos cursos e uma diversificação curricular sem precedentes na história da instituição.

A oferta de cursos e níveis de ensino ampliaram–se com os credenciamentos, em 2002, para o “Programa de Mestrado Profissional em Tecnologia: gestão, desenvolvimento e formação” (área Multidisciplinar), em 2012, para o “Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos” (área de Engenharias III), e em 2014 para o “Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional” (área de Educação). (UNIDADE DE PÓS–GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2021).

Atualmente o Centro Paula Souza oferece todas as modalidades e níveis de formação profissional, ou seja, a qualificação básica, o ensino médio, o ensino técnico, o ensino técnico integrado ao médio, o ensino a distância (EaD), o ensino superior de graduação, a formação de professores, e a pós–graduação lato e stricto sensu. (UNIDADE DE PÓS–GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2021).

Em nível de pós–graduação, o Centro Paula Souza oferece os seguintes cursos:

Stricto Sensu

- Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos
- Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional

Lato Sensu

- MBA Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais
- MBA em Engenharia e Negócios (MBE)





- MBA em Tecnologia e Inovação (MBT)





8. Perfil do Corpo Docente

O CPS atualmente conta com 3.411 docentes, segundo o SIG-URH – Sistema Integrado de Gestão da Unidade de Recursos Humanos (2021) do Centro Paula Souza.

8.1 Composição do corpo docente

O quadro de docentes das Fatecs é composto praticamente em sua totalidade, por profissionais pós-graduados, especialistas, mestres e doutores. Os percentuais de titulação que compõem o quadro docente são identificados no Perfil do Professor do PPI. O detalhamento do corpo docente constitui-se da identificação dos seguintes parâmetros: nome, matrícula, código da unidade sede, titulação, experiência profissional docente, experiência profissional não docente, URL-Curriculum Lattes.

No Anexo D – Corpo docente, na página 161, conta a lista detalhada de docentes da Fatec Indaiatuba;

8.2 Plano de carreira docente

O sistema de avaliação dos servidores do CEETEPS para promoção na carreira foi instituído pela Lei 1044/2008. O primeiro processo de evolução funcional foi concluído em dezembro de 2011, com a participação de 1.197 servidores da Administração Central do Centro Paula Souza e das Fatecs.

Em 2014, foram aprovadas a Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014, e a Lei Complementar nº 1.252, de 03 de julho de 2014, que introduziram alterações na Lei Complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008. Por meio dessas alterações, os docentes foram reenquadrados de acordo com o artigo 2º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014, em novas categorias, desde 1º de julho de 2014 (Quadro 2).

A nova redação dada à Lei Complementar 1.044/2008 determina que a evolução funcional deve ocorrer após o cumprimento de 2 (dois) anos de efetivo exercício e resultado satisfatório em 2 (duas) avaliações de desempenho.

Quadro 2: Quadro de reenquadramento dos docentes das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, de acordo com o artigo 2º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.240 de 22 de abril de 2014.

Situação Atual (até 2014)	Situação Nova (a partir de 2015)
---------------------------	----------------------------------





Professor Assistente I	PS-1	Professor de Ensino Superior	Referência I, Grau A
Professor Associado I	PS-2	Professor de Ensino Superior	Referência II, Grau A
Professor Associado II	PS-3	Professor de Ensino Superior	Referência II, Grau C
Professor Pleno I	PS-4	Professor de Ensino Superior	Referência III, Grau A
Professor Pleno II	PS-5	Professor de Ensino Superior	Referência III, Grau C

Fonte: URH, CEETEPS, 2015.

A evolução funcional dos docentes, de acordo com o plano de carreira dos servidores do Centro Paula Souza (CPS) é constituída por dois processos distintos: (1) Progressão e (2) Promoção. A Progressão dá-se pelo desempenho docente, constituindo-se pela passagem do empregado público permanente/servidor público estatutário/ocupante de função efetiva para o grau imediatamente subsequente (evolução pela letra, de "A" até "P") da mesma referência da respectiva classe regulamentado pela Deliberação CEETEPS nº 62/2020. A Promoção é a passagem do servidor da referência (I, II ou III) em que se encontra para a referência imediatamente superior da respectiva classe, mantido o grau de enquadramento regulamentado pela Deliberação CEETEPS nº 71/2021. (CENTRO PAULA SOUZA. URH, 2021)

A Deliberação CEETEPS N° 008, de 10 de julho de 2014 regulamenta as atribuições dos empregados públicos, abrangidos pelo Plano de Carreira, de Empregos Públicos e Sistema Retributório, de que trata o artigo 40 da Lei Complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014 e dá providências correlatas.

Os valores quantitativos referentes ao desenvolvimento e evolução funcional de docentes e não-docentes serão identificados e planejados por meio do Plano de Gestão Anual da Unidade de Ensino – PGA.

8.3 Regime de trabalho

Na Fatec existem três tipos de regime de trabalho, a saber:

(1) Regime de tempo integral – compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação ou outra atividade não docente que receba HAE. Esses professores enquadram-se no RJI – Regime de Jornada Integral regida pela Deliberação CEETEPS n. 9, de 9 de outubro de 2008.

(2) Regime de tempo parcial – docente atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes ou outra atividade que recebe HAE (Portaria CEETEPS–GDS–1035,





de 13 de agosto de 2015, alterada pela Portaria da Diretora–Superintendente, de 9 de fevereiro de 2021).

(3) Regime horista – compreende todos os docentes que ministram apenas aulas sem ter horas dedicadas para outras atividades na instituição.

8.4 Formação Continuada

A promoção da formação continuada dos docentes atende a diretriz estratégica do Centro Paula Souza de “promover capacitações e atualizações dos servidores, para assegurar a qualidade e a eficiência da educação profissional”. A preocupação em “formar profissionais atualizados em tecnologias e processos produtivos, capazes de atuar no desenvolvimento tecnológico e inovação” embasa as ações e iniciativas da equipe de Formação Continuada da Unidade de Ensino Superior e das Unidades de Pós–graduação, Pesquisa e Extensão do Centro Paula Souza. (CENTRO PAULA SOUZA, 2021).

8.5 Critérios de seleção e contratação

A seleção e contratação do corpo docente do Centro Paula Souza seguem a Deliberação nº 09, de 9 de janeiro de 2015, alterada pela Deliberação CEETEPS nº 24, de 13 de agosto de 2015, que dispõe sobre a norma para a realização de Concurso Público para o preenchimento de emprego público permanente de Professor do Ensino Superior das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

E para contratação por tempo determinado de Professor de Ensino Superior, a seleção e contratação é regulamentada pela Deliberação CEETEPS nº 17, de 16 de julho de 2015, que estabelece norma para contratação, por tempo determinado, de Professor de Ensino Superior para as Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, mediante Processo Seletivo Simplificado.

Com relação ao emprego público permanente de Professor do Ensino Superior, os editais do Concurso Público são padronizados e podem abranger disciplinas básicas, disciplinas profissionalizantes e disciplinas de línguas estrangeiras. Segundo o artigo 5º da Deliberação CEETEPS nº 009/2015, o concurso é constituído pelas seguintes etapas: “I – Exame de Conhecimentos Específicos (Prova Dissertativa); II – Exame Didático (Prova Objetiva); III – Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos)”; exames aplicados por Comissão própria designada pelo Diretor da Unidade e aprovada pela Congregação ou Comissão de Implantação da Unidade, quando houver. (Artigo 11 da Deliberação CEETEPS nº 009/2015)

O Exame de Conhecimentos Específicos tem o intuito de avaliar o domínio acerca dos conteúdos da(s) disciplina(s) do concurso. (Artigo 13 da Deliberação CEETEPS nº 009/2015)





Os critérios para o Exame Didático são:

- I. Domínio do conteúdo;
- II. Desempenho didático e utilização adequada do tempo;
- III. Comunicação, clareza, pertinência e objetividade;
- IV. Estruturação do plano de aula;
- V. Coerência entre os objetivos previstos no plano de aula e os conteúdos desenvolvidos. (Artigo 17 da Deliberação CEETEPS nº 009/2015).

E o Exame de Memorial Circunstanciado compreende a avaliação de seu conteúdo e da documentação apresentada, atribuindo-se pontos para titulações, publicações, capacitações, experiências profissionais e participação em eventos científicos. (Artigo 8ª da Deliberação CEETEPS nº 009/2015).

Cada exame será avaliado pela Comissão Julgadora atribuindo notas de 0 a 10 (§ 1º do artigo 19 da Deliberação CEETEPS nº 009/2015). A classificação dos candidatos será obtida pela média ponderada dos exames, tendo os Exames de Conhecimentos Específicos (Prova Dissertativa) e didático (Prova Objetiva) peso 3,5 cada e o Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos) peso 3,0. (Parágrafo único do artigo 21 da Deliberação CEETEPS nº 009/2015)

Quanto à contratação por tempo determinado, o Processo Seletivo Simplificado obedecerá às seguintes fases:

- I. Edital de Abertura de Inscrições;
- II. Edital de Reabertura das inscrições (se houver);
- III. Edital do Resultado da Análise do Memorial Circunstanciado e Classificação Final;
- IV. Despacho de Homologação do Processo Seletivo Simplificado. (Artigo 5º da Deliberação CEETEPS nº 17, de 16 de julho de 2015).

Para inscrição no Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado, as exigências de formação, titulação e/ou experiência estabelecidas são as mesmas. Para disciplina básica, é necessário ser graduado ou titulado na área da disciplina e possuir titulação em programa de mestrado ou doutorado; para disciplina profissionalizante, é necessário possuir graduação e titulação em programas de mestrado ou doutorado, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina, ou possuir graduação e especialização, cumulativamente, na área da disciplina e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 03 anos na área da disciplina, ou possuir graduação na área da disciplina e experiência profissional relevante na área da disciplina de pelo menos 05 anos. E para disciplina de língua estrangeira, é necessário ser graduado com habilitação específica e possuir titulação em programa de mestrado ou doutorado, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina, ou possuir graduação com habilitação específica, especialização e exame de





proficiência internacional com pontuação e validade definidas no edital, sendo a graduação e a proficiência na área da disciplina, e experiência profissional relevante de pelo menos 03 anos na área da disciplina. (Artigos 8º, 9º e 10 da Deliberação CEETEPS 009, de 09 de janeiro de 2015).

8.6 Procedimentos para substituição dos professores

Os procedimentos para substituição dos professores são regulamentados pela Deliberação CEETEPS n. 05, de 03 de julho de 2008 que dispõe sobre a ampliação de carga horária de docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Os principais aspectos referentes à substituição de professores são apresentados a seguir, enumerando-se as finalidades dos afastamentos de docentes que motivem suas substituições:

- I. Obtenção de título de pós-graduação – stricto sensu;
- II. Frequentar cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão universitária;
- III. Realização de pesquisa;
- IV. Realização de estágios ou visitas técnicas de atualização profissional, em instituição nacional ou estrangeira;
- V. Atendimento a compromissos decorrentes de convênios ou contratos celebrados pelo CEETEPS;
- VI. Prestação de serviços à comunidade, previstos em convênios firmados pelo CEETEPS;
- VII. Participação em eventos na área de tecnologia e de ensino superior ou médio;
- VIII. Participação em comissões ou bancas julgadoras de concursos e outras de interesse do CEETEPS;
- IX. Ministração de cursos de especialização, aperfeiçoamento ou extensão universitária em instituições de ensino público;
- X. Ministração de cursos de curta duração, conferências e palestras;
- XI. Exercício de cargos ou funções públicas relevantes, fora do CEETEPS, bem como missões em caráter oficial, por indicação superior;
- XII. Exercício de funções em organizações internacionais;
- XIII. Exercício de mandato eletivo e/ou mandato de dirigente de entidade de classe, nos termos da legislação vigente;
- XIV. Exercício de funções junto à Administração do CEETEPS;
- XV. Prestação de serviços a Órgãos da União, Estados e Municípios;





XVI. Exercício atividade técnica relevante que possa contribuir para o desenvolvimento do ensino técnico e tecnológico. (Artigo 3º da Deliberação CEETEPS – 4/97)

Os professores também podem se afastar por meio de solicitação de licenças com prejuízo salarial e das demais vantagens, para tratar de interesses particulares pelo prazo máximo de 1 ano, a ser concedida de forma parcelada, a critério da Administração, desde que, dentro do período de 3 anos. (em atendimento ao disposto no Artigo 3º da Deliberação CEETEPS Nº 05, DE 10 DE JUNHO DE 1997).

As substituições desses professores ocorrem por meio da ampliação da carga horária de outros professores mediante o processo de:

- I. Oferecimento de aulas em Edital Interno;
- II. Oferecimento de aulas em Edital Externo;
- III. Processo Seletivo Simplificado;
- IV. Concurso Público Docente. (Artigo 2º da Deliberação CEETEPS 48, de 13 de dezembro de 2018).





9. Organização Administrativa

Administração Central – CPS: O Centro Paula Souza é regido pelo Decreto nº 58.385, de 13 de setembro de 2012 que aprova o Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS. Segundo o artigo 5º desse Decreto, o Centro Paula Souza tem a seguinte organização: o Conselho Deliberativo; a Superintendência; e as Unidades de Ensino que abrangem as Etecs e Fatecs. O Conselho Deliberativo tem as atribuições de:

- I. Exercer, como órgão normativo e deliberativo, a jurisdição superior do CEETEPS;
- II. Elaborar e expedir o seu regulamento interno;
- III. Propor alterações no Regimento do CEETEPS;
- IV. Aprovar os Regimentos das Etecs, das Fatecs, da Pós-Graduação e do Conselho de Coordenação;
- V. Propor ou determinar medidas para garantir e aprimorar a política educacional do CEETEPS dentro de suas finalidades estipuladas na legislação;
- VI. Aprovar convênios com instituições públicas ou privadas, visando a utilização de recursos humanos e/ou materiais, destinados à educação profissional e tecnológica;
- VII. Aprovar a criação, modificação e extinção de unidades de ensino;
- VIII. Aprovar a instalação, modificação e extinção de cursos;
- IX. Deliberar sobre propostas de alienação, cessão e arrendamento de bens imóveis;
- X. Fixar normas:
 - a) sobre a aceitação de doações e legados;
 - b) para o afastamento de pessoal docente e técnico administrativo;
- XI. Aprovar:
 - a) os planos para o desenvolvimento do CEETEPS;
 - b) as propostas orçamentárias;
- XII. Deliberar sobre o relatório e a prestação de contas do Diretor Superintendente;
- XIII. Propor ou determinar as medidas necessárias ao bom funcionamento do CEETEPS;
- XIV. Resolver, em grau de recurso, questões relativas às atividades do CEETEPS;





XV. Fixar competências do Diretor Superintendente e dos dirigentes das unidades administrativas da Superintendência, no que for julgado pertinente, em consonância com a legislação vigente;

XVI. Homologar os títulos de pós-graduação "stricto sensu";

XVII. Resolver os casos omissos (Artigo 8º do Decreto nº 58.385, de 13 de setembro de 2012).

A Superintendência é o órgão que coordena, supervisiona e dirige todas as atividades do CEETEPS e é exercida pelo Diretor Superintendente e, na falta deste, pelo Vice-Diretor Superintendente. (Artigo 9º do Decreto nº 58.385, de 13 de setembro de 2012). A estrutura básica da Superintendência é constituída pelo(a):

- I. Gabinete do Diretor Superintendente;
- II. Conselho de Coordenação;
- III. Assessoria de Comunicação;
- IV. Assessoria de Desenvolvimento e Planejamento;
- V. Assessoria de Inovação Tecnológica;
- VI. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa;
- VII. Unidade do Ensino Superior de Graduação;
- VIII. Unidade do Ensino Médio e Técnico;
- IX. Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada;
- X. Unidade de Gestão Administrativa e Financeira;
- XI. Unidade de Infraestrutura;
- XII. Unidade de Recursos Humanos;
- XIII. § 1º – Integram o Gabinete do Diretor Superintendente:
 1. Vice Superintendência;
 2. Procuradoria Jurídica;
 3. Chefia de Gabinete;
 4. Assessoria Técnica. (Artigo 10 do Decreto nº 58.385, de 13 de setembro de 2012).

A Administração Central – Cesu, de acordo com a Deliberação CEETEPS 3, de 30 de maio de 2008, em seu Artigo 9º, é estruturada da forma:

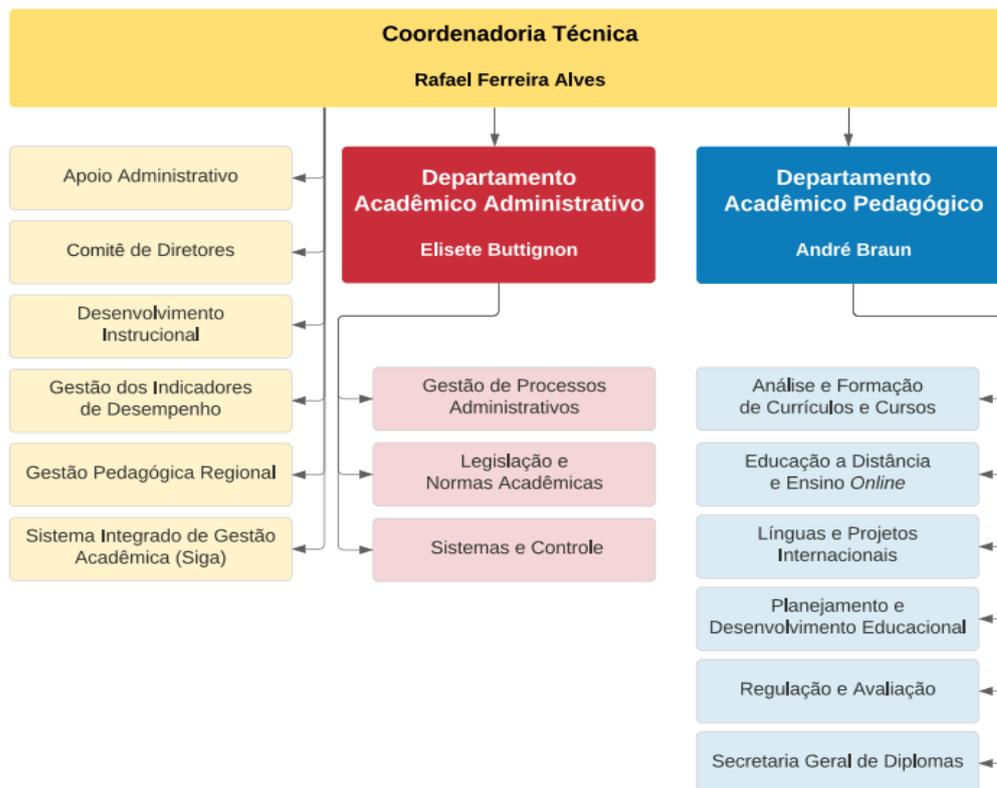
- Corpo Técnico;
- Grupo Acadêmico-Pedagógico;



- Grupo Acadêmico–Administrativo;
- Grupo de Educação a Distância;
- Comitê de Diretores das Faculdades de Tecnologia Fatecs;
- Fatecs.

Quanto às suas áreas operacionais, a Cesu é constituída de acordo com a Figura 14.

Figura 14: Áreas técnicas da Cesu.



Administração local – Fatec: A organização administrativa da Fatec segue de acordo com o previsto no Regimento das Faculdades de Tecnologia – Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, aprovado pela Deliberação CEETEPS nº 31 de 27 de setembro de 2016.

Cada Fatec é formada pelos seguintes órgãos:

- I. Congregação;
- II. Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);
- III. Diretoria;
- IV. Departamentos ou Coordenadorias de Cursos;
- V. Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs);



VI. Comissão Própria de Avaliação (CPA). (Artigo 6º da Deliberação CEETEPS nº 31 de 27 de setembro de 2016).

A Congregação é o órgão colegiado de supervisão das atividades acadêmico-administrativas, do ensino, da pesquisa e da extensão de serviços à comunidade, obedecendo as diretrizes gerais da política educacional do CEETEPS. (Artigo 7º da Deliberação CEETEPS nº 31 de 27 de setembro de 2016).

A Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE é o órgão de natureza consultiva e de assessoramento à Congregação ou Comissão de Implantação da Faculdade, que se pronuncia sobre as atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão da Unidade, visando a garantia de sua qualidade e de seu desenvolvimento contínuo. As Fatecs poderão facultativamente estabelecer a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). (Artigos 6º e 11 da Deliberação CEETEPS nº 31 de 27 de setembro de 2016).

A Diretoria, órgão executivo encarregado de dirigir e coordenar as atividades de cada Faculdade, é exercida pelo Diretor, auxiliado pelo Vice-Diretor, quando houver, e composta pelas Diretorias de Serviços Administrativos e Acadêmicos. (Artigo 14 da Deliberação CEETEPS nº 31, de 27 de setembro de 2016).

A Diretoria de Serviços Administrativos é um órgão “responsável pela coordenação, orientação e controle do desenvolvimento das atividades administrativas da Unidade”. (Artigo 19 da Deliberação CEETEPS nº 31 de 27 de setembro de 2016).

A Diretoria de Serviços Acadêmicos, um dos órgãos que compõem a Direção da Faculdade de Tecnologia, é “responsável pela orientação e controle do desenvolvimento das atividades acadêmicas da Fatecs”. (Artigo 21 da Deliberação CEETEPS nº 31 de 27 de setembro de 2016).

Os Departamentos e as Coordenadorias de Cursos são órgãos responsáveis pelo planejamento, controle, avaliação e registro das atividades acadêmico-pedagógicas e acadêmico-administrativas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e ao planejamento de gestão da Unidade de Ensino, além da otimização dos recursos físicos e didáticos que estejam disponíveis. (Artigo 23 da Deliberação CEETEPS nº 31 de 27 de setembro de 2016).

O Núcleo Docente Estruturante – NDE deve atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em consonância com a Unidade do Ensino Superior de Graduação – Cesu. (Artigos 29 e 30 da Deliberação CEETEPS nº 31, de 27 de setembro de 2016).

As Comissões Próprias de Avaliação – CPAs, constituídas por cada Fatec, têm por finalidade contribuir para o planejamento, a elaboração, a coordenação e o monitoramento da política de autoavaliação institucional, promovendo a melhoria da qualidade do ensino tecnológico, a orientação da expansão de sua oferta, a consolidação da função social do





ensino superior e o desenvolvimento institucional, consistindo em um processo contínuo, sistêmico e participativo. (Artigos 32 e 34 da Deliberação CEETEPS nº 31 de 27 de setembro de 2016).





10. Política de Atendimento aos Discentes

Neste capítulo são apresentados os programas de apoio pedagógico e financeiro, assim como as ações para estímulo à permanência do aluno na escola, à organização estudantil e para o acompanhamento dos egressos da Fatec.

10.1 Acesso

O ingresso nos cursos de graduação em tecnologia nos cursos da Fatec é realizado mediante processo classificatório, com o aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas fixadas para os diversos cursos. Para concorrer a uma das vagas de um Curso Superior de Tecnologia, o candidato deve ter concluído ou estar cursando o Ensino Médio ou equivalente, desde que no ato da matrícula comprove a conclusão do curso. O Sistema de Pontuação Acrescida concede bônus de 3% a estudantes afrodescendentes e de 10% a oriundos da rede pública. Caso o estudante esteja nas duas situações, recebe 13% de bônus. Para ter direito ao bônus, o candidato afrodescendente deve fazer a autodeclaração no ato da inscrição. O candidato também deve informar, no momento da inscrição, se é egresso do ensino público.

10.2 Permanência

A Fatec utiliza uma série de recursos nas esferas acadêmica e pedagógica que visam a permanência do aluno no Curso Superior de Tecnologia.

Na esfera acadêmica, cada aluno possui uma conta institucional “@fatec.sp.gov.br” para comunicação por correio eletrônico (e-mail) e acesso a diversos aplicativos destinados à consecução digital de trabalhos (editor de texto, planilha eletrônica, apresentador de slides) e participação de aulas on-line (plataforma Teams). Para conhecimento do plano de aula das disciplinas e acompanhamento de seu desempenho escolar, o aluno tem acesso ao sistema de gerenciamento acadêmico da Fatec – SIGA; uma ferramenta digital potente para facilitar sobremaneira o entendimento de sua evolução no curso. É importante que o aluno se sinta seguro quanto ao pleno conhecimento e entendimento de sua condição como estudante, o que favorece seu planejamento pessoal e a busca por seu objetivo profissional.

Na esfera pedagógica, são diversos dispositivos que buscam atender uma necessidade desse público específico: a necessidade de trabalhar enquanto estuda, o que pode trazer ao aluno da Fatec uma condição vantajosa quando as práticas educacionais valorizam os conhecimentos e vivências dos educandos, utilizando-os como mola





propulsora do processo de ensino–aprendizagem. Dessa maneira, o uso de ambientes laboratoriais para atividades práticas no desenvolvimento das aulas acaba por se tornar um recurso diferenciado para a permanência do aluno. O uso de metodologias ativas também é estimulante para o processo de aprendizagem, que gera no aluno um sentimento positivo quanto ao seu próprio desenvolvimento.

A relação da Fatec com o ecossistema produtivo também é um pilar importante da permanência do aluno, que enxerga a sua formação tecnológica como um passaporte para a vida profissional. A expectativa de atuação profissional pode ser antecipada durante o curso, por meio da participação do aluno em projetos (pedagógicos, de iniciação científica ou de iniciação tecnológica) e no cumprimento das atividades de estágio.

Os projetos estudantis conduzidos na Unidade de Ensino (Aerodesign–SAE, Baja–SAE, Grêmio Estudantil, Atlética, dentre outros), ou pela Administração Central (PCI – Projeto Colaborativo Internacional, Hackathon de Inovação) contribuem para a integração do aluno à faculdade, estimulando o contato com outros alunos e professores, e fortalece seus vínculos com a escola.

Por fim, as coordenadorias de cursos efetuam o acompanhamento do desempenho escolar do aluno (nota, frequência, participação) para dar–lhe orientações quanto às ações de melhoramento de seu desempenho escolar.





11. Acervo Acadêmico

O Núcleo de Biblioteca (NB) do Centro de Gestão Documental (CGD), tem como atribuição coordenar e orientar a organização e o funcionamento das bibliotecas em cumprimento às diretrizes técnicas e desenvolver projetos para avaliar e aperfeiçoar o desempenho das bibliotecas do Centro Paula Souza (CPS).

O sistema de informações gerenciais relativas ao acervo acadêmico, e a forma de sua utilização, é estruturado nos seguintes módulos de referência:

- (i) Frequência de usuários
- (ii) Empréstimo de materiais
- (iii) Serviços prestados
- (iv) Circulação.

11.1 Módulo de frequência de usuários

Refere-se à quantidade de vezes que um usuário utiliza o serviço/sistema/acervo/produto da biblioteca, durante um determinado período. São considerados usuários da Biblioteca: (i) a comunidade interna, constituída de professores, alunos e servidores administrativos, e (ii) a comunidade externa, constituída por cidadãos não vinculados à Unidade de Ensino.

11.2 Módulo de empréstimo de materiais

Este serviço possibilita ao usuário retirar na Biblioteca, obras de seu interesse por período pré-determinado pela Biblioteca. As obras que constituem o acervo são: livros, revistas, periódicos, CDs, DVDs, materiais especiais e outros.

11.3 Módulo de serviços prestados

Os serviços prestados são atividades para auxiliar na busca pelo conhecimento. As Bibliotecas das Etecs e das Fatecs do Centro Paula Souza contam com uma série de serviços, que visam prestar um melhor atendimento, de modo a atender a estas necessidades de informação. A Biblioteca da Unidade de Ensino oferece os seguintes serviços:

- I. Orientação aos usuários sobre a utilização das ferramentas e dos recursos da Biblioteca no acesso à informação;



- II. Consulta com acesso livre ao acervo;
- III. Consultas on–line ao catálogo do acervo local e à base de dados de outras instituições;
- IV. Empréstimos para a comunidade interna;
- V. Visita monitorada;
- VI. Levantamento bibliográfico e pesquisa bibliográfica;
- VII. Promoção de atividades culturais;
- VIII. Orientação quanto ao cadastro e à utilização do Sistema de Comutação Bibliográfica;
- IX. Orientação aos trabalhos científicos e acadêmicos com acesso local das normas ABNT.

Orientação ao usuário: atividades oferecidas pela biblioteca para mostrar aos usuários como melhor utilizar seu potencial informativo. Incluem visitas orientadas, palestras, cartazes, redes sociais, utilização das ferramentas e dos recursos da Biblioteca no acesso à informação, etc, em conformidade com o artigo 15, I, da Portaria Ceeteps–GDS nº 499/2013.

COMUT: permite a obtenção de cópias de documentos técnico–científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis estão periódicos técnico–científicos, teses e dissertações, anais de congressos nacionais e internacionais, relatórios técnicos, partes de documentos (capítulos de livros), desde que sejam autorizados pela Lei de Direitos Autorais. No entanto, ressaltamos que o Bibliotecário ou responsável pela Biblioteca deverá somente orientar o usuário quanto à utilização do serviço de Comut, conforme artigos 43, 44 e 45 da Portaria Ceeteps–GDS nº 499/2013.

Normalização de TCC/TG: o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), também denominado Trabalho de Graduação (TG), constitui–se numa atividade escolar de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão, desenvolvida mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente, cuja realização é requisito essencial e obrigatório para obtenção do diploma de técnico ou tecnólogo. Salientamos que o papel da biblioteca é orientar quanto ao uso de obras disponíveis em seu acervo e quanto à utilização de normas da ABNT e Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (TCC/TG).

Ficha catalográfica: é uma ficha que contém as informações bibliográficas necessárias para identificar e localizar um livro ou outro documento no acervo de uma biblioteca. Segundo ABNT NBR 14724/2011, no verso da folha de rosto deve conter os dados de



catalogação-na-publicação, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) vigente. No entanto, a ficha catalográfica deve ser feita somente por um bibliotecário.

Pesquisas / Levantamento bibliográfico: a pesquisa é constituída de estudo cuidadoso e sistemático de um campo do conhecimento, com objetivo de estabelecer fatos ou princípios; investigação. O levantamento bibliográfico constitui-se na busca retrospectiva, pesquisa bibliográfica, pesquisa documentária, ou seja, estes serviços consistem numa relação das bibliografias existentes nos acervos das bibliotecas da rede CPS, sejam livros, artigos de periódicos, TCCs, TGs, teses, folhetos e outros materiais bibliográficos sobre determinado assunto e segundo as especificações definidas pelo próprio solicitante: idioma, tipo de material, palavras-chave, etc. Trata-se de uma prévia seleção de bibliografias ou documentos que poderão ser utilizados como referência na construção de uma monografia ou qualquer trabalho acadêmico.

Visita monitorada: visita que os usuários fazem acompanhados por um técnico para receberem informações sobre os produtos e serviços informacionais disponíveis na biblioteca da Unidade. Salientamos que o dado deverá ser a quantidade de visitas monitoradas realizadas por dia e não a quantidade de participantes, pois é a quantificação do serviço.

Consulta internet / Catálogo on-line: Consulta internet: busca de conhecimento mediante estudo ou pesquisa na internet.

Catálogo on-line: trata-se de uma lista minuciosa dos itens que compõem um acervo ou uma coleção elaborada de acordo com as normas apropriadas e ordenadas de modo a facilitar a busca, ou seja, possibilita o acesso aos registros bibliográficos existentes no acervo da biblioteca, não apresenta o conteúdo desses documentos, mas sim a sua informação bibliográfica. Tem como objetivos principais: • identificar e recuperar as informações dos documentos; • ajudar o usuário a localizar uma fonte, ou um conjunto de fontes sobre o tema que procura.

Cadastro de usuários: registro sistemático de informações autênticas sobre pessoas. Os servidores, professores e alunos regularmente admitidos ou matriculados na Unidade estão inscritos automaticamente na biblioteca. No caso de usuários não inscritos na biblioteca, o cadastro será feito manualmente com a apresentação do comprovante de endereço e um dos seguintes documentos: RG, carteira de habilitação, inscrição de matrícula ou documento de admissão.

Outros: quantificar os demais serviços não categorizados neste tópico. Descrição de outros: descrever a nomenclatura dos outros serviços prestados pela biblioteca, que foram quantificados no campo anterior "outros", não categorizados neste tópico. Ex.: encontro com autor, grupo de leitura, concurso de poesia, entre outros.





11.4 Módulo de circulação

Como o próprio nome indica, é o serviço responsável pela circulação do acervo, ou seja, empréstimo e devolução dos livros. Normalmente, está ligado ao serviço de referência pois faz parte do atendimento ao usuário. Além do empréstimo, que é a retirada do livro pelo usuário, e da devolução, este serviço realiza também a cobrança dos livros em atraso (por carta, telefone ou mesmo e-mail), reserva dos livros que estão emprestados e a renovação do empréstimo.

Consulta de materiais in loco: todas as obras do acervo podem ser consultadas no ambiente interno da Biblioteca e, após uso, devem ser devolvidas no balcão de atendimento ou deixadas em locais específicos para fins estatísticos. O acervo é aberto à comunidade em geral para consulta local (in loco).

EEB (Empréstimo Entre Bibliotecas): é um serviço de empréstimo de publicações bibliográficas que não constam na Biblioteca de origem do usuário. Efetua-se a partir da busca do material a ser emprestado em outras Bibliotecas das Unidades de Ensino do CEETEPS e/ou instituições externas conveniadas e fica a critério da Unidade de Ensino adotar este serviço.

Reserva: procedimento que permite a biblioteca guardar uma obra que acabou de ser devolvido para um determinado usuário, que previamente reservou a obra. É permitida a reserva de material bibliográfico quando o material estiver emprestado e o usuário não tiver penalidade.

Renovação: quando o material bibliográfico está emprestado para o usuário que deseja ficar mais tempo com ele, poderá renová-lo caso não esteja reservado. O serviço de renovação é ajustado à realidade da Unidade de Ensino.

Devolução: ação de retornar/restituir à biblioteca uma obra emprestada. Para a devolução dos materiais bibliográficos, o usuário deve observar o prazo de empréstimo de cada material, evitando penalidade, e devolver o material retirado por empréstimo única e exclusivamente no balcão de atendimento e aguardar a baixa do material no sistema.

Guarda de Material: é a ação de repor as obras consultadas e devolvidas nas estantes da biblioteca. É importante que as obras sejam guardadas com muito cuidado, observando a sequência correta do Número de Chamada, que tem por finalidade facilitar a localização dos livros nas estantes. Um material bibliográfico fora do lugar é uma obra perdida





12. Infraestrutura e Instalações Acadêmicas

As instalações acadêmicas da Fatec Indaiatuba compreendem 03 blocos. No bloco 1, de 02 pavimentos, estão instalados laboratórios, sala dos professores, salas de aula, salas administrativas e salas de apoio. No bloco 2, de 04 pavimentos, estão instalados biblioteca, salas de aula, laboratórios e auditórios. Já no bloco 3, também de 02 pavimentos, estão instalados laboratórios, salas criativas, servidor, copa e almoxarifado.

A descrição e detalhamento dos ambientes, bem como as informações relativas à biblioteca, podem ser conferidos no Anexo E – Infraestrutura / Instalações acadêmicas, na página 165 deste arquivo.





13. Capacidade e Sustentabilidade Financeira

O conceito de sustentabilidade é multidimensional, representa a busca pelo equilíbrio entre as necessidades da instituição e dos recursos que lhe são disponíveis. Muito embora os recursos financeiros sejam regrados e exaustivamente quantificados, uma série de outros tem caráter holístico dada às diversas dimensões que lhes são características, dentre os quais se destacam a característica socioeconômica–cognitiva dos alunos, a capacidade docente, as metodologias educacionais, a infraestrutura e a gestão de sua manutenção, as tecnologias voltadas à gestão e à educação, os processos inovativos, e a interação com o mundo do trabalho.

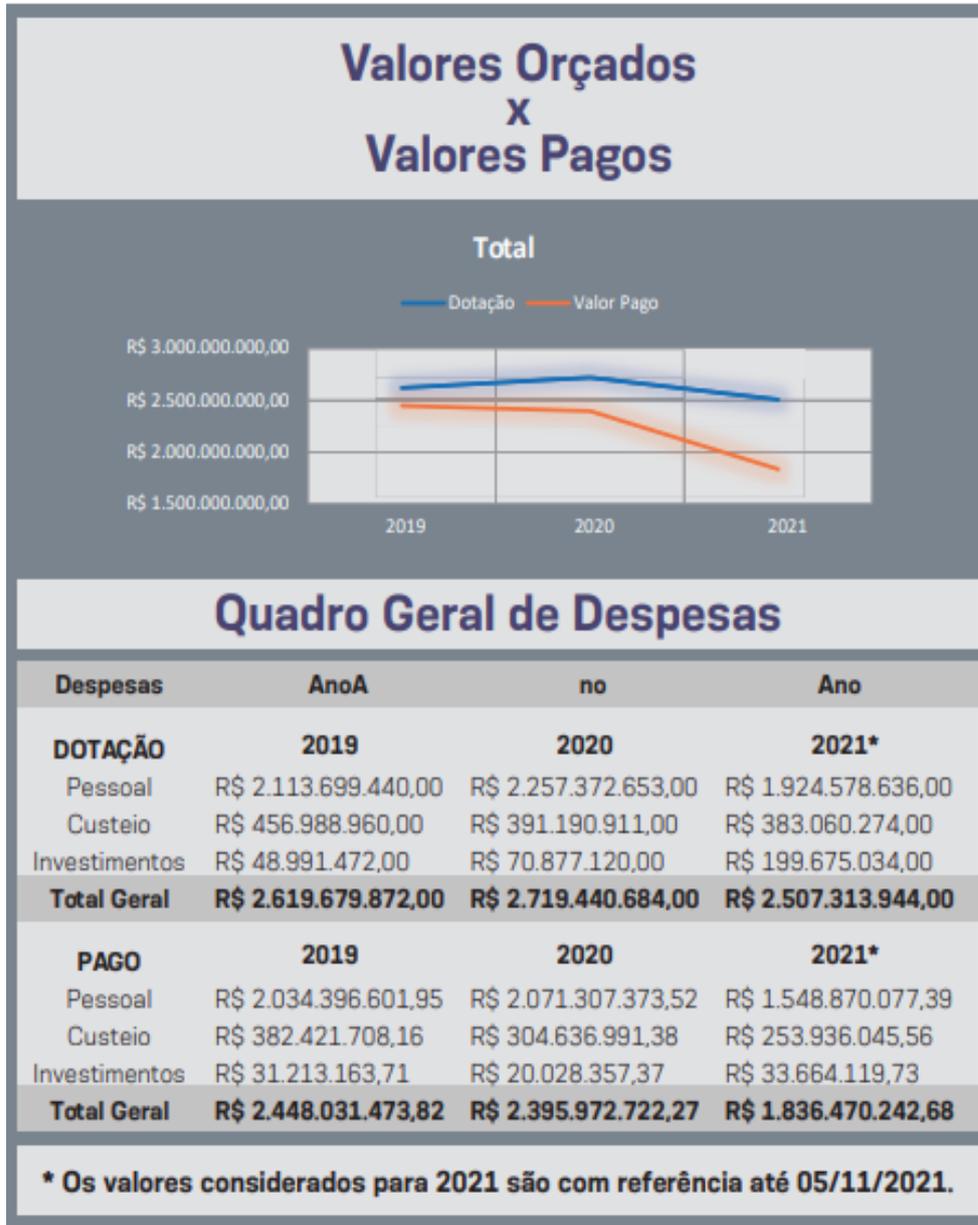
A sustentabilidade do Centro Paula Souza e da Fatec pode ser compreendida como a manutenção de sua posição de liderança como instituição de ensino técnico e tecnológico. Tal condição requer contínua ação na gestão dos recursos, destacando–se os recursos humanos pela Unidade de Recursos Humanos (URH), os recursos pedagógicos, administrativos e acadêmicos pela Unidade do Ensino Superior de Graduação (Cesu), os recursos financeiros pela Unidade de Gestão Administrativa e Financeira (Ugaf) e os recursos imobiliários pela Unidade de Infraestrutura (UIE).

Em termos financeiros, o Centro Paula Souza, autarquia do Governo do Estado de São Paulo ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, possui dotação orçamentária advinda de recursos vinculados à arrecadação do ICMS estadual, em uma modalidade de vinculação infraconstitucional. O Decreto n. 29.598, de 02 de fevereiro de 1989, estabeleceu a autonomia de gestão financeira para as universidades paulistas e reservou um percentual de aplicação para tal, fixado em 8,4% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Mais tarde, o percentual foi elevado para 9,57% e permanece até hoje. O estado continua a adotar igual aplicação de recursos, por meio de previsão desse percentual a cada ano na LDO (Diário Oficial Poder Legislativo, 2020).

A dotação orçamentária do Centro Paula Souza tem sido na ordem de R\$ 2,6 bi no período de 2019 a 2021, com uma considerável alteração em função dos impactos da pandemia de Covid–19, com especial atendimento às adequações do Protocolo Sanitário do Governo do Estado. O quadro 3 apresenta a distribuição das despesas nos anos de 2019 a 2021.



Quadro 3: Distribuição da dotação orçamentária disponível do Centro Paula Souza.

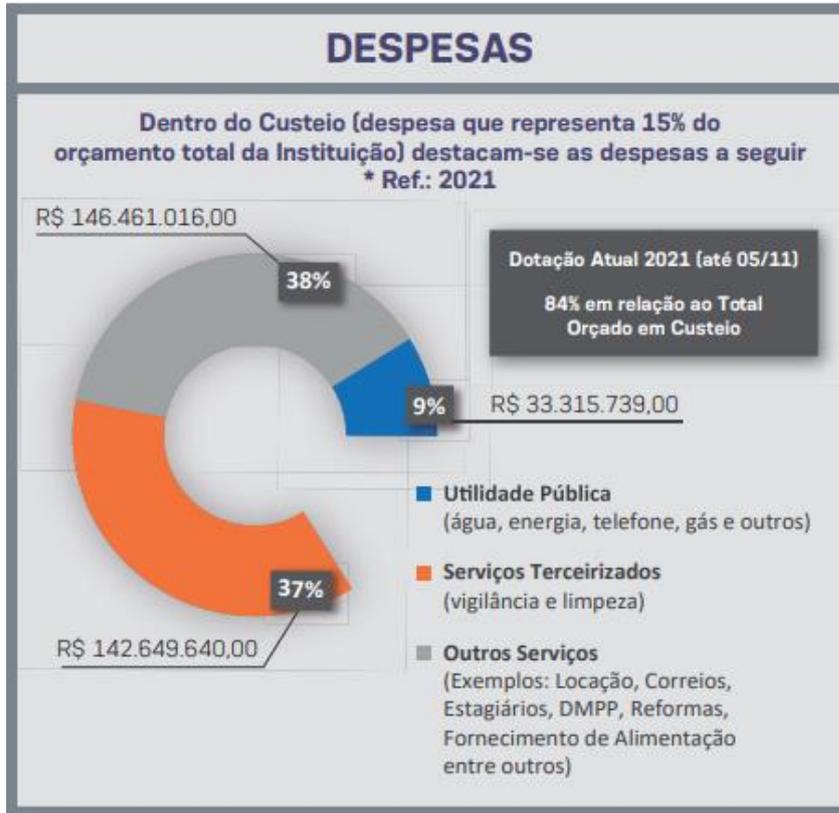


* Referência 2019 a 2021 – dotação disponibilizada.

Tomando-se o ano de 2021 como referencial, que antecede ao período 2022–2026 deste PDI, verifica-se que coube ao Centro Paula Souza (unidade orçamentária 10063 do Governo do Estado de São Paulo) o orçamento de R\$ 2.507.313.944,00.

A folha de pagamento representa 77% da dotação orçamentária de 2021, no valor de R\$ 1.924.578.636,00 e as principais despesas de custeio da instituição representam 15%, no valor de R\$ 383.060.274,00 sendo divididas conforme quadro 4 a seguir:

Quadro 4: Distribuição das despesas de custeio do Centro Paula Souza.



Por sua vez, os investimentos são principalmente compreendidos pelos seguintes itens conforme valores do quadro 3:

- Obras e instalações;
- Despesas com tecnologia da informação;
- Equipamentos e material permanente.

Uma das premissas da sustentabilidade financeira é a gestão dos recursos orçamentários, o que possibilita estudos para planejar investimentos e garantir de forma consciente o atendimento das necessidades pautadas no uso adequado do recurso público, no caso da Instituição. A Unidade de Gestão Financeira – Ugaf, pautada nos princípios da administração pública, utiliza-se de ferramentas tecnológicas que estrategicamente norteiam as tomadas de decisão. Centralizada as informações de todas as Unidades de Ensino no Sistema Siaf/Ugaf, é possível elencar de forma otimizada e com agilidade as necessidades pontuais de suas Unidades, garantindo atenção de forma igualitária a todos, bem como a assertividade na estratégia a ser utilizada na aprovação dos recursos a serem distribuídos.



14. Oferta da Educação a Distância

Um dos desafios educacionais que se coloca com maior pertinência neste início de um novo século é o da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação nos sistemas de ensino. A evolução da informática vem provocando uma verdadeira revolução silenciosa nos sistemas educacionais no que eles têm de mais fundamental, ou seja, os sujeitos da aprendizagem. A acessibilidade à informação e o espaço cada vez mais vital que as novas tecnologias ocupam na vida cotidiana tornam imperativo para qualquer educador digno desse nome, desde a família até a escola em que nível for, rever seu papel enquanto agente do processo de transmissão do conhecimento. A transmissão do saber, papel clássico dos sistemas de ensino, tem hoje procedimentos, mecanismos e suportes que pouco depende da intervenção do professor. Este, agora tem outras e mais importantes funções, que passam pela construção dos saberes com base nas informações disponíveis nos mais variados meios. Nessa perspectiva, o professor é hoje cada vez mais um gestor de situações de aprendizagem e cada vez menos um detentor de informações a serem transmitidas, de forma que suas competências se transformem de forma radical, se comparadas com as de uma década atrás (CPS, 2002).

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza oferta regularmente cursos pautados no Ensino a Distância (EaD) em cursos e capacitações do Ensino Médio e Técnico e Superior (Graduação e Pós-Graduação), bem como atividades de extensão, pesquisa, inovação tecnológica e mobilidade acadêmica virtual, nas modalidades entrada e saída. Tendo em vista essa diversidade, existem dois grupos de educação a distância: um ligado ao Ensino Superior e outro ao Ensino Médio e Técnico. Suas competências estão descritas na Deliberação CEETEPS no 3, de 30 de maio de 2008 (CPS, 2008), nos artigos 36-B e 38-A, a seguir apresentados:

Grupo de Educação a Distância (Ensino Superior):

- Assegurar a participação e o envolvimento da comunidade acadêmica, por meio da articulação com todas as Faculdades de Tecnologia do CPS, na preparação e na execução de atividades na modalidade de EaD;
- Assessorar as iniciativas e as experiências em EaD e a elas dar suporte, no âmbito do Ensino Superior do CPS;
- Apoiar e incentivar a execução de programas e projetos institucionais em EaD;
- Propor normas de organização, planejamento, gestão e avaliação de EaD para o Ensino Superior no CPS em seus diversos níveis, programas, modalidades, categorias ou tipos de ensino;





- Promover o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e administrativas em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- Estimular a aplicação de inovações tecnológicas no ensino superior oferecido pelo CPS;
- Estimular o uso de recursos tecnológicos apropriados à educação a distância, conforme as características da atividade e do público-alvo;
- Promover a realização de eventos sobre assuntos relacionados à EaD;
- Fomentar a produção intelectual, científica e cultural em temas ligados à EaD;
- Buscar e manter parcerias do CPS com instituições públicas ou privadas nacionais ou internacionais, relacionadas à EaD;

Grupo de Educação a Distância (Ensino Médio e Técnico):

- Organizar cursos e programas de EaD na sua área de atuação;
- Elaborar diretrizes e normas para oferta de cursos de EaD na sua área de atuação;
- Acompanhar e avaliar a implantação e funcionamento dos cursos de EaD no nível de ensino médio e técnico;
- Elaborar normas e manuais de procedimentos;
- Elaborar as organizações curriculares dos cursos e validar o material didático a ser utilizado;
- Organizar o esquema operacional do curso indicando eventuais subseções e postos, destinados às inscrições, matrículas, distribuição de materiais didáticos e avaliação de alunos, dentre outros;
- Fornecer suporte técnico-pedagógico aos profissionais que irão atuar no atendimento aos alunos;
- Responsabilizar-se pela organização e aplicação das avaliações presenciais;
- Responsabilizar-se pelos serviços de documentação e escrituração escolar;
- Responsabilizar-se por manter atualizadas a documentação e legislação específica de cada curso;
- Responsabilizar-se pela expedição de certificados e diplomas e outros documentos pertinentes à vida escolar;



- Pesquisar e analisar recursos tecnológicos de informação e comunicação (TIC), buscando a inovação em tecnologias educacionais com vistas a apoiar as atividades pedagógicas nas Unidades Escolares e em ações de EaD;
- Estabelecer intercâmbios com instituições congêneres;

Como pode-se observar, ambos os grupos desenvolvem ações semelhantes, um para o Ensino Superior e outro para o Médio e Técnico.

A Deliberação CEETEPS no 6, de 17 de fevereiro de 2014 regulamenta a modalidade de Educação a Distância (EaD) no Ensino Superior de Graduação ofertado pela Autarquia. Os objetivos da Educação a Distância no Ensino Superior no CPS estão qualificados no artigo 2º dessa Deliberação, visto na Figura 15:

Figura 15 – Objetivos da Educação a Distância no Ensino Superior do CPS, segundo o Artigo 2º da Deliberação CEETEPS no 6, de 17 de fevereiro de 2014.

- I •Desenvolver cultura institucional quanto ao uso de ferramentas e recursos das tecnologias da informação e da comunicação como estratégias metodológicas na oferta de cursos a distância;
- II •Ampliar o acesso aos cursos de educação superior de graduação a candidatos geograficamente distantes, portadores de necessidades especiais ou por quaisquer outras restrições, possibilitando maior flexibilização no processo de apropriação dos conhecimentos;
- III •Propiciar aprendizagem autônoma e ligada às experiências dos estudantes, oportunizando-lhes a aquisição de atitudes e valores que conduzam à autodeterminação e à consciência da necessidade da aprendizagem permanente;
- IV •Fomentar a educação continuada, possibilitando a capacitação permanente e o aperfeiçoamento profissional aos egressos dos cursos do CPS e à comunidade em geral;
- V •Desenvolver a EaD no âmbito do CPS de forma interinstitucional e colaborativa, buscando cooperação e parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais;
- VI •Viabilizar o desenvolvimento do plano de capacitação docente, buscando a incorporação de novas tecnologias e de novas práticas pedagógicas ao processo de ensino-aprendizagem;
- VII •Possibilitar o desenvolvimento de cursos e programas de capacitação profissional aos servidores técnicos administrativos.

Os Cursos Superiores a Distância oferecidos pelo CPS podem ter local de funcionamento, calendário acadêmico e aproveitamento escolar específicos e a eles aplicam-se os mesmos critérios estabelecidos para os cursos presenciais, de acordo com legislação vigente: o Regimento Unificado das Fatecs do CPS e as demais normas internas. De acordo com os Artigos de 5º ao 9º da Deliberação CEETEPS nº 6, de 17 de fevereiro de



2014, a formatação pedagógica dos cursos a distância é composta por encontros presenciais, mediatização e interatividade:

Encontros Presenciais: Momento da interação do estudante com os agentes pedagógicos alocados nos polos, principalmente os professores–mediadores presenciais, tendo como finalidades:

- I. Possibilitar ao estudante desenvolver o sentido de pertencimento ao grupo;
- II. Construir e ampliar o conhecimento acadêmico, a partir de reflexões e discussões entre professores e estudantes;
- III. Propiciar a interação entre pessoas que possuem objetivos comuns com relação ao curso;
- IV. Possibilitar a troca de experiências profissionais e socioculturais;
- V. Possibilitar ao estudante o relacionamento com a instituição de ensino e o acesso aos serviços disponibilizados;
- VI. Permitir ao aluno conhecer a equipe pedagógica, os demais estudantes do curso e o pessoal técnico–administrativo do Polo, facilitando a comunicação a distância;
- VII. Permitir ao mediador presencial conhecer os seus estudantes, facilitando a definição de estratégias de ensino–aprendizagem, socializadas com os demais agentes pedagógicos: mediadores on–line, professores–autores e coordenador do curso;
- VIII. Integrar, de modo dinâmico, o quadro de atividades de um dado curso, em articulação com as propostas levadas a efeito na modalidade a distância.

Mediatização: Atividades que assumem as funções da aula presencial, tendo o material didático e todos os objetos de aprendizagem disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) como principais interfaces para a construção do conhecimento. A Mediatização, com a utilização de técnicas de autoestudo, tem como objetivos possibilitar ao estudante:

- I. Compreender o conteúdo específico de cada disciplina ou atividade;
- II. Construir o conhecimento a partir de visão crítica, por meio da consulta a vários materiais didáticos disponíveis e à bibliografia indicada;
- III. Organizar esquemas, resumos e sínteses;
- IV. Atingir a síntese do tema estudado, por meio da dedução (do geral para o particular) ou da indução (do particular para o geral);
- V. Realizar exercícios de autoavaliação propostos no material didático.





Interatividade: Corresponde ao uso das tecnologias que permitam o estabelecimento de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), por meio da Mediação, tendo como objetivos possibilitar ao estudante:

- I. Esclarecer dúvidas após o autoestudo;
- II. Estabelecer laços culturais com os colegas de turma;
- III. Realizar estudo em grupos virtuais, via meios eletrônicos.

Os critérios de aprovação, matrícula, aproveitamento de disciplinas, estágios curriculares obedecem ao Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Fatecs do CPS.

A Deliberação CEETEPS no 6, de 17 de fevereiro de 2014, trata também das disciplinas ofertadas à distância nos Cursos Presenciais. A oferta de disciplinas, feita de forma EaD, pode ocorrer de forma integral ou parcial, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do currículo do curso, excluídas as horas destinadas às atividades acadêmicas complementares. Tais disciplinas devem satisfazer as diretrizes apresentadas na Figura 16.



Figura 16 –Diretrizes para a oferta de disciplinas feita de forma EaD nos cursos presenciais das Fatecs, segundo a Deliberação CEETEPS no 6, de 17 de fevereiro de 2014.

- I •A proposta de oferta de disciplina na modalidade semipresencial deve ser aprovada pelo Colegiado do Curso (ou Núcleo Docente Estruturante - NDE) e pela Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU);
- II •Deve conter plano de ensino específico para essa modalidade, acompanhado, obrigatoriamente, de parecer do NDE;
- III •Compete ao Coordenador do Curso, com aprovação do Núcleo Docente Estruturante - NDE, o gerenciamento dos pedidos de oferta de disciplinas na modalidade semipresencial;
- IV •As disciplinas ofertadas de forma EaD não desobriga o curso do cumprimento do calendário acadêmico do CEETEPS e da duração do ano letivo;
- V •As avaliações do aproveitamento escolar nas disciplinas ofertadas na modalidade referida são presenciais.

A Deliberação CEETEPS nº 15, de 15 de abril de 2015 (CPS, 2015c), regulamenta os cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD) no âmbito da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza. De acordo com o Artigo 2º dessa deliberação, a Educação a Distância no âmbito da Unidade do Ensino Médio e Técnico (Cetec) do CPS tem por objetivos os apresentados na Figura 17.

Figura 17 – Objetivos da Educação a Distância no Ensino Superior do CPS, segundo o Artigo 2º da Deliberação CEETEPS nº 15, de 15 de abril de 2015.



- I •Desenvolver cultura institucional quanto ao uso de ferramentas e recursos das tecnologias da informação e da comunicação como estratégias metodológicas na oferta de cursos a distância;;
- II •Ampliar o acesso aos cursos a candidatos geograficamente distantes, portadores de necessidades especiais ou por quaisquer outras restrições, possibilitando maior flexibilização no processo de apropriação dos conhecimentos;
- III •Propiciar aprendizagem autônoma e ligada às experiências dos estudantes, propiciando-lhes a aquisição de atitudes e valores que conduzam à autodeterminação e à consciência da necessidade da aprendizagem permanente;
- IV •Fomentar a educação continuada, possibilitando a capacitação permanente e o aperfeiçoamento profissional aos egressos dos cursos do CPS e à comunidade em geral;
- V •Desenvolver a EaD no âmbito do CPS de forma interinstitucional e colaborativa, buscando cooperação e parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais;
- VI •Viabilizar o desenvolvimento do plano de capacitação docente, buscando a incorporação de novas tecnologias e de novas práticas pedagógicas ao processo de ensino-aprendizagem;
- VII •Possibilitar o desenvolvimento de cursos e programas de capacitação profissional aos servidores técnicos administrativos.

Segundo o Artigo 6º a 9º dessa deliberação, a concepção pedagógica dos cursos em nível médio na modalidade EaD baseia-se em princípios de: Mediatização; Interatividade e Mediação, nos quais:

Mediatização: Tais atividades visam à concepção de metodologias e estratégias de ensino que utilizem materiais didáticos que potencializem ao máximo a aprendizagem autônoma, tendo como objetivos possibilitar ao estudante:

- I. Compreender bases científicas e tecnológicas de cada componente curricular ou atividade;
- II. Construir o conhecimento a partir de visão crítica, por meio da consulta a vários materiais didáticos disponíveis e à bibliografia indicada;
- III. Organizar esquemas, resumos e sínteses;
- IV. Atingir a síntese do tema estudado;
- V. Realizar exercícios de autoavaliação propostos no material didático;
- VI. Desenvolver as competências previstas em cada componente curricular.

Interatividade: As atividades de Interatividade visam incluir uma perspectiva do saber na qual o estudante interage com materiais e recursos didáticos eficazes por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, bem como por meio da mediação presencial e a distância.





Mediação: São as atividades realizadas por professores que atuam de forma síncrona e assíncrona, presencial ou a distância, e têm como competência o acompanhamento pedagógico dos estudantes, auxiliando-os na interação com os materiais didáticos, objetivando fornecer elementos para transformar informação em conhecimento. São compostas por:

- I. Planejamento semanal das atividades didáticas presenciais ou a distância, de acordo com as diretrizes do programa e as mídias instrucionais disponíveis;
- II. Mediação da aprendizagem dos alunos potencializando os recursos técnicos e didáticos disponíveis;
- III. Estruturação, orientação, acompanhamento e avaliação das atividades presenciais dos alunos;
- IV. Estruturação, orientação, acompanhamento e avaliação das atividades não presenciais desenvolvidas pelos alunos no ambiente virtual;
- V. Monitoramento do desempenho dos alunos, propondo-lhes atividades de recuperação ou aprofundamento de estudos;
- VI. Postagem e atualização dos registros acadêmicos e didáticos;
- VII. Participação em atividades pedagógicas de orientação e capacitação continuada presenciais e a distância.

É possível existir outras atividades de mediação próprias da docência em EaD ou previstas nos respectivos planos de curso. As peculiaridades decorrentes da organização dos cursos na modalidade EaD serão indicadas nos respectivos planos de cursos, conforme dispõe o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais e as demais normas internas do CPS.

De acordo com o Artigo 14, os cursos na modalidade EaD podem ser ofertados nos modos semipresencial, on-line e aberto, ou por combinação desses modos, em função de sua proposta pedagógica e da legislação vigente, onde:

Modo Semipresencial: Alterna momentos de aulas presenciais (tempo e espaço síncronos) com mediação a distância por intermédio de ambiente virtual de aprendizagem. Os momentos presenciais podem ser ministrados em uma ou mais etapas. Os exames para fins de certificação são presenciais.

Modo On-line: Caracteriza-se por uma formação por meio da internet, com o auxílio de um ambiente virtual de aprendizagem. Apenas o acolhimento inicial do estudante e os exames para fins de certificação são presenciais.

Modo Aberto: Caracteriza-se por um sistema de certificação de competências, no qual o estudante é o responsável pelo seu próprio aprendizado, acompanhando as atividades





propostas no curso por meio de material didático disponibilizado na internet. Os exames para fins de certificação são presenciais

A Deliberação CEETEPS nº 15, de 15 de abril de 2015, regulamenta também a oferta EaD de componentes curriculares nos cursos presenciais do Ensino Técnico. Segundo essa normativa, em seu artigo 19, os Planos de Curso dos cursos técnicos de nível médio presencial e do Ensino Médio poderão prever na organização curricular a oferta de disciplinas que em seu todo, ou em parte, utilizem metodologia na modalidade semipresencial. A oferta de componentes poderá ocorrer de forma integral ou parcial, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do currículo do curso. A oferta EaD de componentes curriculares não desobriga o curso do cumprimento do calendário acadêmico do CPS e da duração do ano letivo, ficando, ainda, previsto que tal oferta, se efetivada, deve incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.

Dessa forma, a EaD do CPS cumpre sua função de disseminar conhecimentos em nível médio, técnico e superior, bem como de formação inicial e educação continuada. Igualmente, constitui-se de uma importante ferramenta de apoio às atividades presenciais, seja como plantão de dúvidas on-line, seja para interagir com colegas de turma ou para rever vídeos, áudios, apresentações disponibilizadas pelos professores, monitores ou outro colega de turma.





15. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

Considerando a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, de 9 de outubro de 2014, que apresenta as 10 dimensões previstas no art. 3º da Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio de 5 eixos, sendo o primeiro: avaliação e planejamento, visto que não é possível conceber qualquer etapa de planejamento sem os indicadores necessários oriundos da avaliação. Neste contexto, pode-se situar a importância da Avaliação Institucional como meio privilegiado para oferecer indicadores para os processos decisórios do Centro Paula Souza no que se refere à gestão em todas as suas dimensões.

O Centro Paula Souza, preocupado com a qualidade dos cursos e de todos os serviços prestados, organizou a Área de Avaliação Institucional (AAI). A AAI criou o Sistema de Avaliação Institucional (SAI) que tem por finalidade avaliar os processos de funcionamento das unidades escolares, seus resultados e impactos na realidade social onde a instituição insere-se.

O Sistema de Avaliação Institucional (SAI) avalia anualmente todas as Etecs e Fatecs. Por meio de mecanismos que coletam informações entre a comunidade acadêmica, pais de alunos no caso das Etecs, e egressos, o SAI avalia os processos de funcionamento das Unidades, seus resultados e impactos na realidade social onde se inserem.

15.1 Breve histórico da avaliação institucional do CPS

Obedecendo as tendências que o mercado de trabalho exige e procurando adequar-se constantemente, em 1997, o Centro Paula Souza, por meio da Área de Avaliação Institucional, iniciou a implantação do seu Sistema de Avaliação Institucional (SAI).

Seguindo os mais rigorosos critérios estatísticos e embasado em uma metodologia dinâmica o SAI foi validado em 1998 e implantado em 1999 em todas as Etecs e Fatecs do Centro Paula Souza com frequência anual na aplicação.

Em 2001, a pesquisa passou a ser censitária, com atuação de alunos monitores. A Assessoria de Avaliação Institucional conta com a participação do Grupo de Trabalho, que é formado por representantes das unidades, os quais se reúnem periodicamente para adequações do SAI.

O SAI constitui-se num instrumento de aprimoramento contínuo, na medida em que aponta problemas, identifica os fatores favoráveis e estimula a adoção de estratégias





coletivas e criativas, regionais e personalizadas, para atendimento de realidades cambiantes da produção e mercado de trabalho, principalmente por trata-se de uma instituição que oferece educação profissional.

Por ser uma instituição educacional pública atende também à função social de prestar contas à sociedade, e nesse vértice o SAI possibilita a obtenção de informações necessárias ao planejamento de ações para o desenvolvimento do CPS.. Nesse aspecto, a avaliação passa a ter um caráter formativo por preocupar-se com a transformação qualitativa dos processos pedagógicos, científicos e administrativos, com a pertinência de suas atividades e com o fortalecimento de suas dimensões públicas e sociais.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) das Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza (Fatecs) foi constituída em julho de 2011, via portaria do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) nº 345/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no diário oficial do estado de São Paulo, em 23 de julho de 2011, seção I, página 40. Conforme previsto na Lei Federal nº 10.861/2004, a comissão foi designada com representação dos segmentos da comunidade universitária e de representantes da sociedade civil.

A finalidade da comissão constituída foi de contribuir com o planejamento, elaboração, coordenação e monitoramento da política de autoavaliação institucional, promovendo, no que couber, a interlocução com os órgãos de regulação, supervisão e avaliação.

Ao final do ano de 2014, foi possível realizar uma análise e elaboração de relatório de autoavaliação trienal. No entanto, conforme citado anteriormente a avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional ocorria de forma geral, ou seja, analisando o desenvolvimento das unidades de ensino como um todo. Durante o ano de 2015, a comissão reuniu-se com o principal objetivo de analisar os instrumentos a serem utilizados no próximo ciclo de avaliação, além de refletir sobre sua continuidade, considerando as necessidades de reestruturação, pois já não contava mais com as mesmas disponibilidades de seus antigos membros.

Assim, a comissão passou a tratar da proposição da eleição de novos membros para a composição da CPA do CEETEPS, já que um processo eletivo, considerando a dimensão institucional, implicava em uma atividade significativa e de grande monta. Uma comunicação à Superintendência do CEETEPS foi decidida, e enviada, solicitando a reforma desta CPA, pela substituição da comissão atual e sugerindo procedimento para o processo de reestruturação.

À época, essa comissão já aventou a necessidade de as CPAs serem constituídas em cada Unidade de Ensino Superior do CEETEPS. Nesse ínterim, evoluiu a proposta de reestruturação do Regimento Unificado das Fatecs, em fase final de análise na Cesu, com a decisão de acatar o proposto de formar CPAs nas Fatecs e que tais comissões fossem o





suficientemente regulares para o desenvolvimento dos processos de autoavaliação institucional das Fatecs.

Portanto, esse foi um período de transição, no qual aguardava-se publicação de uma Portaria do gabinete da Superintendência para a constituição das Comissões Próprias de avaliação e a destituição da Comissão formada em 2011.

Em 2016, a Diretora Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto no artigo 11 da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, na Portaria/MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, e demais disposições normativas aplicáveis, expediu a Portaria CEETEPS–GDS nº 1305, de 31 de maio de 2016, que versa sobre a constituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA nas Faculdades de Tecnologia – Fatecs do CEETEPS.

Em 2017, com o início de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, naquele momento com a perspectiva de transformação do CEETEPS em Centro Universitário. Houve, em 2018, o início da reorganização da CPA, definindo-se uma nova estrutura de funcionamento com a criação da CPA Central que passou a gerir as ações das CPAs das Fatecs.

Os relatórios de autoavaliação passaram a ser orientados por meio de um Roteiro Geral e um template e passaram a ser validados pela CPA Central antes do protocolo no e-mec. No dia 19 de fevereiro de 2018, foi homologado pelo CEE a deliberação nº 160 que dispõe sobre o processo de autoavaliação de Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino de São Paulo, o que exigiu a reformulação do Regulamento da CPA.

15.2 Estrutura de funcionamento da Avaliação Institucional

Fundamental compreender a avaliação institucional como um processo amplo que não se limita aos procedimentos internos de autoavaliação. Por esta razão, apresenta-se a estrutura da Avaliação Institucional numa perspectiva ampla.

15.2.1 Avaliação Institucional Interna

Todo processo administrativo, acadêmico e pedagógico requer não somente o devido planejamento das atividades em um determinado período, mas também a avaliação dos resultados obtidos. A avaliação deve identificar os processos críticos e suas perdas, para que se possa buscar os objetivos traçados pela instituição de ensino.

A avaliação deve alcançar todos os atores do processo educacional, seja no âmbito pedagógico (atividade fim) ou da gestão administrativa e acadêmica. Em termos legais e organizacionais, a avaliação deve compreender acima de tudo a autoavaliação institucional,





a ser conduzida pelo órgão denominado Comissão Própria de Avaliação – CPA, de acordo com o Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e em concordância com a Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004, e no atendimento à Deliberação CEETEPS nº 31, de 27 de setembro de 2016. Ainda de acordo com as legislações acima, a CPA da Fatec tem por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. Constituem atividades da CPA o planejamento, a elaboração, a coordenação e o monitoramento da política de autoavaliação institucional, promovendo, no que couber, a interlocução com os órgãos de regulação, supervisão e avaliação, internos e externos ao CEETEPS.

Desde 2019, houve a parceria entre a AAI e a CPA Central para o uso do WebSai, o que contemplou as 10 dimensões do SINAES e unificou os procedimentos de avaliação no mesmo sistema.

É importante ressaltar que a CPA deve atuar com autonomia em relação aos órgãos executivos e consultivos da Unidade de Ensino e que sua constituição compreende determinação de sua composição plural, com integrantes que representem o corpo docente, o corpo discente, os demais funcionários técnico-administrativos e a sociedade civil organizada. Em decorrência dos preceitos acima expostos, a organização funcional da CPA da Unidade de Ensino (Fatec) deve contemplar:

1. A determinação do mandato de seus integrantes.
2. A regulamentação própria da dinâmica de funcionamento e da especificação de suas atribuições, respeitadas as diretrizes da Superintendência do CEETEPS, com aprovação da Congregação da Fatec.
3. A utilização de parâmetros de avaliação que contemplem a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da Fatec.

O objetivo da autoavaliação conduzida pela CPA é a melhoria da qualidade do ensino tecnológico, a orientação da expansão de sua oferta, a consolidação da função social do ensino superior e o desenvolvimento institucional, consistindo em um processo contínuo, sistêmico e participativo.

Caberá à Cesu, por meio da CPA Central, acompanhar e avaliar a CPA na condução do processo de avaliação interna da Fatec e na sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP.

Para a organização dos procedimentos de autoavaliação, observa-se o disposto na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, de 9 de outubro de 2014, quanto ao roteiro de autoavaliação, organizado conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Etapas dos Procedimentos de Autoavaliação





Sensibilização	Processo contínuo de conscientização sobre a importância da avaliação como instrumento de gestão.
Metodologia	Definição dos seguintes procedimentos da autoavaliação: <ul style="list-style-type: none">• Sensibilização,• Definição dos Sujeitos da Avaliação,• Definição dos Instrumentos de Coleta,• Definição dos procedimentos de Coleta,• Definição dos procedimentos de análise e discussão dos dados da coleta,• Organização das medidas corretivas,• Devolutiva dos resultados para os segmentos.
Desenvolvimento	Apresentação dos dados por meio de cada eixo avaliado: <ul style="list-style-type: none">• Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.• Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.• Eixo 3: Políticas Acadêmicas.• Eixo 4: Políticas de Gestão.• Eixo 5: Infraestrutura física.
Análise dos dados e ações propostas	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação da análise identificando fragilidades e potencialidades.• Apresentação das medidas corretivas/manutenção e os seus respectivos prazos.

As etapas dos procedimentos de autoavaliação estão dispostas no cronograma apresentado no Quadro 6.





Para a organização dos procedimentos de autoavaliação, a CPA Central realiza uma reunião de planejamento com todos os presidentes de CPAs das Fatecs no início de cada semestre, para orientar sobre os procedimentos de autoavaliação, quando se apresenta o roteiro e o template, considerando que a Nota Técnica nº 65 define um ciclo de autoavaliação com dois relatórios parciais e um integral, ou seja:

- ▶ 2019 – Relatório de Autoavaliação Parcial (já efetuado)
- ▶ 2020 – Relatório de Autoavaliação Parcial (já efetuado)
- ▶ 2021 – Relatório de Autoavaliação Integral (já efetuado)
- ▶ 2022 – Relatório de Autoavaliação Parcial
- ▶ 2023 – Relatório de Autoavaliação Parcial
- ▶ 2024 – Relatório de Autoavaliação Integral

Conforme a Deliberação CEE n. 160/2018, o processo de credenciamento do Centro Paula Souza utilizará como instrumento de avaliação os relatórios do ciclo que antecede o processo de credenciamento.

Quadro 6 – Cronograma dos procedimentos de autoavaliação das Fatecs.

AÇÕES	MESES											
	jan	fev	ma r	abr	ma i	jun	jul	ag o	set	out	no v	de z
(1) Reuniões on-line com a Direção, coordenações de Cursos para sistematização as ações e composições de grupos de trabalho.												
(2) Encontros on-line da equipe CPA para organizar e desenvolver estratégias de maneira integrada a partir da percepção dos diferentes segmentos que compõem a comissão.												
(3) Sensibilização para participação nos procedimentos e coleta: Encontros online com representantes de turmas, <i>lives</i> , <i>webinar</i> , informativos, <i>site</i> , entre outros, para alimentar a cultura avaliativa da Fatec.												
(4) Organização dos procedimentos de coleta de dados: elaboração das ações voltadas para estimular e monitorar a participação de toda a comunidade no preenchimento do formulário de coleta.												
(5) Análise dos resultados – acolhimento dos dados da coleta e início dos procedimentos de análise.												





15. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

(6) Encaminhamento dos dados coletados para cada área competente: cada área recebe os dados faz a análise e apresenta a justificativa e o Plano de Melhorias da área – ações planejadas a partir dos resultados e encaminha para a CPA.																			
(7) Elaboração do relatório a partir da devolutiva das áreas.																			
(8) Envio do Relatório para a apreciação da CPA Central.																			
(9) Divulgação dos resultados à comunidade acadêmica.																			
(10) Conclusão do Relatório.																			
(11) Protocolo no Sistema e–mec.																			

15.2.2 Avaliação Externa

Conforme salientado, a avaliação é um dos principais instrumentos de gestão, fazendo parte do processo administrativo de controle. Porém, a excelência na gestão depende não apenas do “olhar” dos segmentos internos do serviço que é prestado, é fundamental o olhar externo, neste aspecto destacam-se os seguintes meios de avaliação externa:

- a) Indicadores dos relatórios do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE): Por meio da CPA Central e da área de AAI as Fatecs são orientadas a fazer a análise com o colegiado e NDE do curso que participou do ENADE para coleta de informações sobre o desempenho dos estudantes para subsidiar as ações de planejamento de ensino, tendo em vista a necessidade de melhoria do desempenho acadêmico.
- b) Visitas in loco dos avaliadores designados pelo CEE para os processos de credenciamento do Centro Paula Souza e de reconhecimento dos cursos das Fatecs: Tanto a gestão central como a gestão das Fatecs devem utilizar os indicadores de desempenho indicados nos relatórios de visita in loco, para análise e medidas corretivas, evidenciando o uso da avaliação para o desenvolvimento institucional.
- c) Indicadores do mercado: Partindo do pressuposto que a Instituição de Ensino não forma profissionais para si mesma, mas oferece formação para o desenvolvimento de competências necessárias para que os egressos sejam capazes de atuar no mundo do trabalho, os indicadores de mercado, sobretudo dos RHs das empresas que contratam os alunos egressos, devem ser um canal de contínua escuta, para tanto, a necessidade de organização de instrumentos de coleta de dados para rever processos e aprimorar os serviços que são prestados.





d) Indicadores de empregabilidade: Evidentemente a Instituição de Ensino Superior também é avaliada por meio dos indicadores de empregabilidade, por isso é fundamental o acompanhamento do sucesso do egresso como meio de avaliação do serviço que é prestado pelas Fatecs.

Evidentemente há inúmeras formas de coleta de percepção que podem ser utilizadas como meio de avaliação externa: monitoramento das avaliações nos sites, levantamento de percepção dos serviços prestados para a comunidade (extensão e responsabilidade social), ouvidoria, canais de atendimento, entre tantos outros, por essa razão, faz-se necessário um investimento contínuo na sensibilização de todos quanto à importância da avaliação para subsidiar o planejamento em todos os seus níveis.

15.3 Cronograma da Avaliação Institucional

O Quadro 7 apresenta o cronograma da Avaliação Institucional a ser cumprido pela Unidade de Ensino.

Quadro 7 – Cronograma da Avaliação Institucional – Unidade de Ensino.

EVENTO	ANO									
	2022		2023		2024		2025		2026	
	1º	2º								
Sensibilização	x	x								
Revisão e Definição dos instrumentos e procedimentos de avaliação interna e externa		x	x							
Avaliação do ensino de graduação			x	x						
Avaliação dos programas de pós-graduação				x						
Avaliação das atividades de gestão				x	x					
Avaliação da pesquisa/iniciação científica					x					
Avaliação da extensão					x					
Avaliação de desempenho profissional						x	x			
Avaliação de desempenho discente (ENADE)						x	x	x		
Avaliação dos Indicadores de Mercado						x	x	x		
Avaliação dos Indicadores de Empregabilidade (Egressos)						x	x	x		
Avaliação de desempenho institucional								x	x	
Avaliação dos PPCs								x	x	
Avaliação do PDI									x	x





16. Referências Analíticas e Construtivas

- 1- ALESP. Lei Estadual no 10.294, de 20 de abril de 1999. Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, SP. 1999. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Executivo, p. 2, em 21 de abril de 1999. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10294-20.04.1999.html>. Acesso: 28 set 2021.
- 2- Araújo, A.M; Demai, F.M. Currículo Escolar em Laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica. p. 83. Unidade do Ensino Médio e Técnico do CPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). São Paulo, SP. 2019. Disponível em:
http://www.memorias.cpsctec.com.br/arquivos/curriculo_escolar_gfac.pdf. Acesso: 3 out 2021.
- 3- ARINTER. A Assessoria de Relações Internacionais do Centro Paula Souza. Institucional. Assessoria de Relações Internacionais. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021a (última atualização). Disponível em:
<https://arinter.cps.sp.gov.br/sobre/>. Acesso: 1 out 2021.
- 4- ARINTER. Áreas de Pesquisa – Centro Paula Souza. Assessoria de Relações Internacionais. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021 (última atualização). Disponível em: <https://arinter.cps.sp.gov.br/areas-de-pesquisa-centro-paula-souza/>. Acesso: 2 out 2021.
- 5- ARINTER. Equipe Gestora. Assessoria de Relações Internacionais. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021b (última atualização). Disponível em:
<https://arinter.cps.sp.gov.br/equipe/>. Acesso: 1 out 2021.
- 6- ASSCOM. Descentralização em Avanço. Revista do Centro Paula Souza. Ano 13, no 71, p.3, Julho/Agosto 2019. Assessoria de Comunicação (AssCom). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2019. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/06/71-edicao-71-julho-agosto.pdf>. Acesso: 2 out 2021.
- 7- BRANCO, V. Articulação entre PPI, PDI e PPC. Artigo. Administradores.com. 2010. Blog. Disponível: <https://administradores.com.br/artigos/articulacao-entre-ppi-pdi-e-ppc>. Acesso: 7 out 2021.
- 8- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União. Seção 1. Página 1. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 27 set 2021.





- 9– BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União. Seção 1. Página 1. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 27 set 2021.
- 10– BRASIL, Governo Federal. Lei n. 13.005/2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: 15 jun. 2014. Disponível em: PNE – Plano Nacional de Educação – Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014 (mec.gov.br). Acesso em 29 set. 2021.
- 11– BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014–2024 Linha de base (nota técnica). Brasília: 2018a. Disponível em http://simec.mec.gov.br/pde/pne/notas_tecnicas/Nota_Tecnica_Meta_12_ciclo_1.pdf Acesso em 13 out. 2021.
- 12– BRASIL, Ministério da Educação. PNE em movimento: Meta 12. Brasília: 2018b. Disponível em PNE – Plano Nacional de Educação (mec.gov.br). Acesso em 13 out. 2021.
- 13– BRASIL. Decreto Federal nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2017. Publicado no Diário Oficial da União, segunda-feira, 18 de dezembro de 2017, p.2, Seção I, no 241. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107. Acesso: 7 out 2021.
- 14– BRASIL. Decreto Lei Federal nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2004b. Publicado no Diário Oficial da União, Seção I, p. 18, 26 de julho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso: 6 out 2021.
- 15– BRASIL. Decreto Lei Federal nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2004b. Publicado no Diário Oficial da União, Seção I, p. 18, 26 de julho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso: 6 out 2021.
- 16– BRASIL. Decreto Lei Federal nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2014. Publicado no Diário Oficial da União, Seção I, nº 116, p. 18, sexta-feira, 20 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm#art1. Acesso: 6 out. 2021.





- 17– BRASIL. Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Brasília, DF. 2015. Publicado no Diário Oficial da União – Seção 1 – 27 de fevereiro de 2015, Página 4 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm#art1. Acesso em 26 set 2021.
- 18– BRASIL. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016 2022. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Esplanada dos Ministérios, Bloco E, CEP: 70067–900, Brasília, DF. 2017. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf. Acesso: 26 set 2021.
- 19– BRASIL. Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2008. Publicado no Diário Oficial da União, Seção I, em 17 de julho de 2008, p. 5, 136. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1. Acesso: 6 out 2021.
- 20– BRASIL. Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2008. Publicado no Diário Oficial da União, Seção I, em 17 de julho de 2008, p. 5, 136. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1. Acesso: 6 out 2021.
- 21– BRASIL. Lei Federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2016. Publicado no Diário Oficial da União. p 12 de janeiro de 2016. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm#art2. Disponível em: Acesso: 5 out 2021.
- 22– BRASIL. Lei Federal no 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e atualizações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos Brasília, DF.





1996. Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 1996, Seção 1, p. 27833. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 20 set 2021.

23– BRASIL. Lei Federal no 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e atualizações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, 23 de dezembro de 1996, Página 27833 Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 20 set 2021.

24– BRASIL. Lei Federal no 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e atualizações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, 23 de dezembro de 1996, Página 27833 Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 20 set 2021.

25– BRASIL. Lei Federal no 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e atualizações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, 23 de dezembro de 1996, Página 27833 Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 20 set 2021.

26– BRASIL. Portaria GAB nº 131, de 3 de setembro de 2020. Institui o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG). Ministério da Educação/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Gabinete. Brasília, DF. 2020. Publicado no Diário Oficial da União, Edição: 171, Seção: 1, Página: 41, 4 de setembro de 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Extra/Downloads/portaria-capes-n-131.2020_programa_desenvolvimento_pos-graduacao-.pdf. Acesso: 4 out 2021.

27– CAPES. Portaria CAPES nº 60, de 20 de março de 2019, que dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, DF. 2019b. Publicado no Diário Oficial da União nº 56, de 22 de março de 2019, Seção 1, pág. 26. Disponível em https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157853/do1-2019-03-22-portaria-n-60-de-20-de-marco-de-2019-68157790. Acesso em 4 out 2021.

28– CAPES. Portaria CAPES nº 90, de 24 de abril de 2019, que dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade de educação a distância. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, DF. 2019a. Publicado no Diário Oficial da União nº 80, de 26 de abril de 2019 – Seção 1 – págs. 45 á 46. Disponível em: [file:///C:/Users/Extra/Downloads/portaria_capes_n90_2019_programas_stricto_sensu_distancia%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Extra/Downloads/portaria_capes_n90_2019_programas_stricto_sensu_distancia%20(1).pdf). Acesso: 4 out 2021.

29– CASEL. CaselGuide – Effective Social and Emotional Learning Programs. GuidetoSchoolwide SEL. 2021e (Última Atualização). Disponível em: <http://secondaryguide.casel.org/#Outcomes>>. Acesso em: 9 out 2021.





- 30– CASEL. Creating a Safe, Supportive Environment for Learning. GuidetoSchoolwide SEL. 2021d (Última Atualização). Disponível em: <https://casel.org/creating-a-safe-environment-for-learning/>. Acesso em: 9 out 2021.
- 31– CASEL. Middle School SEL Resources. GuidetoSchoolwide SEL. 2021c (Última Atualização). Disponível em: <https://casel.org/middle-resources-2/>. Acesso em: 9 out 2021.
- 32– CASEL. Resources: Guides. GuidetoSchoolwide SEL. 2021a (Última Atualização). Disponível em: <https://casel.org/resources-guides/>. Acesso em: 9 out 2021.
- 33– CASEL. Resources: Infographics. GuidetoSchoolwide SEL. 2021b (Última Atualização). Disponível em: <https://casel.org/resources-infographics/>. Acesso em: 9 out 2021.
- 34– CENTRO PAULA SOUZA. Deliberação CEETEPS – 4/97 que dispõe sobre as normas para concessão de afastamento, com interesse da Administração aos docentes das Faculdades de Tecnologia e das Escolas Técnicas do CEETEPS, e dá outras providências, consolidada com a Deliberação CEETEPS nº 6, de 11 de outubro de 2006, a Deliberação CEETEPS nº 2, de 16 de janeiro de 2001, a Deliberação CEETEPS nº 5, de 31 de maio de 2000, e a Deliberação CEETEPS nº 7, de 12 de agosto de 1997. São Paulo. Disponível em: https://centropaulasouza.sharepoint.com/:w:/r/sites/cesu/_layouts/15/Doc.aspx?sourcedoc=%7B52570456-ED59-4144-93C4-D939AA39745F%7D&file=Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CEETEPS%204%2C%20de%2010-06-1997%20C.doc&action=default&mobileredirect=true. Acesso em 22 out. 2021.
- 35– CENTRO PAULA SOUZA. Deliberação CEETEPS – 9, de 9-10-2008 que dispõe a aprovação do Regulamento do Regime de Jornada Integral para docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”. São Paulo: 2008. Disponível em https://rji.cps.sp.gov.br/Uploads/Legislacao/Deliberacao_Ceeteps_n._9,_de_9_de_outubro_de_2008.pdf. Acesso em 21 out. 2021.
- 36– CENTRO PAULA SOUZA. Deliberação CEETEPS 48, DE 13-12-2018 que dispõe sobre a alteração de carga horária de docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, alterado pela Deliberação CEETEPS-52, de 9-5-2019. Disponível em: https://centropaulasouza.sharepoint.com/:w:/r/sites/cesu/_layouts/15/Doc.aspx?sourcedoc=%7B583F4EC4-D1FF-4F6A-AD35-C8D8F746DAC5%7D&file=DELIBERA%C3%87%C3%83O%20CEETEPS%2048%2C%20DE%2013-12-2018.doc&action=default&mobileredirect=true Acesso em 22 out. 2021.
- 37– CENTRO PAULA SOUZA. Deliberação CEETEPS Nº 008, de 10-7-2014 regulamenta as atribuições dos empregos públicos, abrangidos pelo Plano de Carreira, de Empregos Públicos e Sistema Retribuído, de que trata o artigo 40 da Lei Complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014 e dá providências correlatas. 2014. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/GatewayPDF.aspx?link=/2014/executivo%20secao%20i/julho/15/pag_0047_BE6NNDU2UTPIje2N5NGJSPS05BP.pdf Acesso em 23 out. 2021.





- 38– CENTRO PAULA SOUZA. Deliberação CEETEPS N° 05, DE 10 DE JUNHO DE 1997 que dispõe sobre as normas para concessão de licença, com interesse da Administração aos docentes das Faculdades de Tecnologia e das Escolas Técnicas do CEETEPS, e dá outras providências. Disponível em:
https://centropaulasouza.sharepoint.com/:w:/r/sites/cesu/_layouts/15/Doc.aspx?sourcedoc=%7BF628D072-3285-4AA2-81E7-32F0EEE2EB04%7D&file=Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CEETEPS%205%2C%20de%2010-06-1997_%20Disp%C3%B5e%20sobre%20concess%C3%A3o%20de%20licen%C3%A7a.doc&action=default&mobileredirect=true. Acesso em: 22 out. 2021.
- 39– CENTRO PAULA SOUZA. Missão, Visão, Valores, Objetivos e Diretrizes. São Paulo: 2021. Disponível em Missão, Visão, Valores, Objetivos e Diretrizes – Centro Paula Souza (cps.sp.gov.br). Acesso em 29 set. 2021.
- 40– CENTRO PAULA SOUZA. Portaria CEETEPS–GDS–1035, de 13–08–2015 que estabelece critérios para concessão de Horas–Atividade Específica para as atividades de Estágio Supervisionado e Orientação de Projeto de Graduação, aos docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo: Diário Oficial do Estado, 13 ago. 2015. Disponível em:
http://www.imprensaoficial.com.br/Certificacao/Certificador.aspx?link=%2f2015%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fagosto%2f15%2fpag_0048_3KHT60GF569Q7e11370P697G79I.pdf&pagina=48&data=15/08/2015&caderno=Executivo%20. Acesso em 21 out. 2021.
- 41– CENTRO PAULA SOUZA. Portaria da Diretora–Superintendente, de 9–2–2021 que estabelece critérios para concessão de Horas–Atividade Específica, para as atividades de Estágio Supervisionado e Orientação de Trabalho de Graduação, aos docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo: 09 fev. 2021.
- 42– CENTRO PAULA SOUZA. Regionalização. São Paulo: 2021. Disponível em <https://regionalizacao.azurewebsites.net/horus/>. Acesso em 19 out. 2021.
- 43– CENTRO PAULA SOUZA. SIG – Sistema Integrado de Gestão – URH. Quadro Resumo de Servidores. São Paulo: 2021. Disponível em:
<https://sigurh.cps.sp.gov.br/?pg=RegionallIndex&PgCetec=9YrJKwV99dq39e59%2FsMnW0GbUF5mz9PcHj2mzX%2FIXIF3%2F5mipoDSVTJbX42faoOFy%2BjTKbIEx6omQfqYkT0on8%2F1H93YreEfkx1F9JvKUF1%3D>. Acesso em 22 out 2021.
- 44– CENTRO PAULA SOUZA. UNIDADE DE PÓS–GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.A instituição. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/a-instituiCAo>. Acesso em 19 out. 2021.
- 45– CENTRO PAULA SOUZA. URH. Manuais Virtuais da Unidade de Recursos Humanos.São Paulo: 2021. Disponível em: Manuais Virtuais da Unidade de Recursos Humanos – Unidade de Recursos Humanos (cps.sp.gov.br). Acesso em 22 out. 2021.





- 46– CENTRO PAULA SOUZA. URH. Manual de Processo Seletivo Simplificado das Fatecs. São Paulo: Comunicado nº 1, 2021. Disponível em: [Manual PSS Fatec-05-10-21.pdf \(cps.sp.gov.br\)](#). Acesso em: 22 out. 2021.
- 47– CESU. Deliberação CEETEPS 31 de 27 de setembro de 2016. Regimento Unificado das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”. Unidade do Ensino Superior de Graduação. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2016. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 127 (11) p 41, terça-feira, 17 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.fatecsp.br/paginas/Deliberacao-CEETEPS-31-2016-09-27.pdf>. Acesso: 20 set 2021.
- 48– CESU. Deliberação CEETEPS 31 de 27 de setembro de 2016. Regimento Unificado das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”. Unidade do Ensino Superior de Graduação. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2016. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 127 (11) p 41, terça-feira, 17 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.fatecsp.br/paginas/Deliberacao-CEETEPS-31-2016-09-27.pdf>. Acesso: 20 set 2021.
- 49– CESU. Deliberação CEETEPS 31 de 27 de setembro de 2016. Regimento Unificado das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”. Unidade do Ensino Superior de Graduação. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2016. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 127 (11) p 41, terça-feira, 17 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.fatecsp.br/paginas/Deliberacao-CEETEPS-31-2016-09-27.pdf>. Acesso: 20 set 2021.
- 50– CESU. Instrução Normativa CESU no 3, de 28 de maio de 2018. Dispõe sobre a metodologia de avaliação dos Cursos Superiores de Tecnologia das Faculdades de Tecnologia – Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, a partir de indicadores e dá outras providências. Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2018. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Executivo, Seção I, p. 53, 128 (99), em 30 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/192801718/dosp-executivo-caderno-1-30-05-2018-pg-53>. Acesso: 3 out 2021.
- 51– Cesu. Instrução Normativa Cesu no 3, de 28 de maio de 2018. Dispõe sobre a metodologia de avaliação dos Cursos Superiores de Tecnologia das Faculdades de Tecnologia – Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, a partir de indicadores e dá outras providências. Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2018. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Executivo, Seção I, p. 53, 128 (99), em 30 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/192801718/dosp-executivo-caderno-1-30-05-2018-pg-53>. Acesso: 3 out 2021.





- 52– CESU. Memorando no 1214/2020 – Cesu. Grupo de Trabalho – GT – Cesu – AMS – Programa Articulação da Formação Profissional Média e Superior. Unidade do Ensino Superior de Graduação. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2020a. Disponível em:
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10558146-1242>. Acesso: 4 out 2021.
- 53– CETEC. Sobre a Unidade do Ensino Médio e Técnico (Cetec). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2016. Disponível em:
<http://memorias.cpsctec.com.br/arquivos/metas2016Cetec.pdf>. Acesso: 3 out 2021.
- 54– CETEC. Unidade do Ensino Médio e Técnico – CETEC: Plano de Metas 2016. Unidade do Ensino Médio e Técnico. Unidade do Ensino Médio e Técnico (Cetec). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2020. Disponível em:
<http://www.cpsctec.com.br/cpsctec/>. Acesso: 3 out 2021.
- 55– CNE/CES. Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Brasília, DF. 2007. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 8 de junho de 2007, Seção 1, pág. 9. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf. Acesso: 4 out 2021.
- 56– CNE/CES. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 e dá outras providências. Conselho Nacional de Educação/Câmara do Ensino Superior. Brasília, DF. 2018b. Publicado no Diário Oficial da União nº 243, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 49 e 50. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2665>. Acesso: 25 set 2021.
- 57– CNE/CES. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 e dá outras providências. Conselho Nacional de Educação/Câmara do Ensino Superior. Brasília, DF. 2018b. Publicado no Diário Oficial da União nº 243, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 49 e 50. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2665>. Acesso: 25 set 2021.
- 58– CNE/CP. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Brasília, DF, 2021. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 6 de janeiro de 2021, Seção 1, pp. 19–23. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso: 4 out 2021.
- 59– CNE/CP. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Brasília, DF, 2021. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 6





16. Referências Analíticas e Construtivas

- de janeiro de 2021, Seção 1, pp. 19–23. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso: 4 out 2021.
- 60– CNE/CP. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Brasília, DF, 2021. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 6 de janeiro de 2021, Seção 1, pp. 19–23. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso: 4 out 2021.
- 61– CNPq. Diretório de Grupos de Pesquisa. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Brasília, DF. 2021 (Última Atualização). Link dos Grupos de Pesquisa da UPEP: GEPROS – Gestão da Produção, Operações e Supply Chain. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/701713#identificacao>; Acesso: 29 set 2021.
- 62– CPRJI. Áreas de Pesquisa – Centro Paula Souza. Comissão Permanente do Regime de Jornada Integral (CPRJI). Administração Central. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021. Disponível em: <https://arinter.cps.sp.gov.br/areas-de-pesquisa-centro-paula-souza/>. Acesso: 2 out 2021.
- 63– CPS. Centro Paula Souza e IBM lançam P-Tech em encontro na Capital. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2018b. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/centro-paula-souza-e-ibm-lancam-p-tech-em-encontro-na-capital/>. Acesso: 3 out 2021.
- 64– CPS. Centro Paula Souza é reconhecido como ICT. Assessoria de Comunicação. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). São Paulo, SP. 2021b. Disponível em <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso: 7 out 2021.
- 65– CPS. Centro Paula Souza lança curso que articula Ensinos Médio, Técnico e Superior. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2018. Disponível em: <https://newsletters.cps.sp.gov.br/release/centro-paula-souza-lanca-curso-que-articula-ensinos-medio-tecnico-e-superior/>. Acesso: 3 out 2021.
- 66– CPS. CPS já oferece cursos com currículo do Novo Ensino Médio. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2020. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/sp-e-primeiro-estado-a-homologar-o-curriculo-do-novo-ensino-medio/>. Acesso: 7 out 2021.
- 67– CPS. Cursos oferecidos pelas Etecs. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/cursos-oferecidos-pelas-etecs/>. Acesso: 7 out 2021.
- 68– CPS. Cursos Oferecidos pelas Fatecs. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP, 2021e. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/cursos-oferecidos-pelas-fatecs/>. Acesso: 3 out 2021.
- 69– CPS. Deliberação CEETEPS nº 003, de 18 de julho de 2013. Aprova o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Centro





Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2013. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Executivo Seção I, 28 de agosto de 2013, São Paulo, p. 91. 123 (161). Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2021/06/regimento-comum-2013.pdf>. Acesso: 20 set 2021;

70– CPS. Deliberação CEETEPS nº 003, de 18 de julho de 2013. Aprova o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2013. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Executivo Seção I, 28 de agosto de 2013, São Paulo, p. 91. 123 (161). Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2021/06/regimento-comum-2013.pdf>. Acesso: 20 set 2021;

71– CPS. Deliberação CEETEPS nº 12 de 12 de fevereiro de 2015. Altera os dispositivos da Deliberação CEETEPS – 3, de 30/05/2008 que dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, e dá providências correlatas. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2015b. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I sábado, 14 de fevereiro de 2015. p. 34. 125 (31). Disponível em: http://www.etecregistro.edu.br/files/edr_20170831200250_5588_82cb1c1f5471666fca0e9614bb5eca03aae23420.pdf. Acesso: 29 set 2021.

72– CPS. Deliberação CEETEPS nº 12 de 12 de fevereiro de 2015. Altera os dispositivos da Deliberação CEETEPS – 3, de 30/05/2008 que dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, e dá providências correlatas. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2015b. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I sábado, 14 de fevereiro de 2015. p. 34. 125 (31). Disponível em: http://www.etecregistro.edu.br/files/edr_20170831200250_5588_82cb1c1f5471666fca0e9614bb5eca03aae23420.pdf. Acesso: 29 set 2021.

73– CPS. Deliberação CEETEPS nº 14, de 13 de abril de 2015. Aprova o Regimento Interno da Assessoria de Inovação Tecnológica, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, e dá providências correlatas. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2015c. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo – Seção I, quinta-feira, 16 de abril de 2015, p. 44, 125(71). 2015b. Disponível em: https://fatecgarca.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2021/08/regimento_inova.pdf. Acesso em 21 set 2021.

74– CPS. Deliberação CEETEPS nº 14, de 13 de abril de 2015. Aprova o Regimento Interno da Assessoria de Inovação Tecnológica, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, e dá providências correlatas. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2015c. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo – Seção I, quinta-feira, 16 de abril de 2015, p. 44, 125(71). 2015b. Disponível em: https://fatecgarca.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2021/08/regimento_inova.pdf. Acesso em 21 set 2021.





- 75– CPS. Deliberação CEETEPS nº 15, de 15 de abril de 2015. Dispõe sobre normas para criação e funcionamento de cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD) no âmbito da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza. Diário Oficial Poder Executivo, Seção I São Paulo, p.65, 125 (72). 2015c. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2015%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fabril%2f17%2fpag_0066_B6R1SIJ3UJ6IOeD2ISVFS77ODHB.pdf&pagina=66&data=17/04/2015&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100066. Acesso: 27 set 2021.
- 76– CPS. Deliberação CEETEPS no 3, de 30 de maio de 2008. Dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS. Consolidada com as Deliberações CEETEPS nº 4, de 05 de fevereiro de 2009, Deliberação CEETEPS nº 2, de 08 de abril de 2010, Deliberação CEETEPS nº 4, de 12 de agosto de 2010, Deliberação CEETEPS nº 4, de 02 de agosto de 2011, Deliberação CEETEPS nº 4, de 10 de outubro de 2013, Deliberação CEETEPS nº 12, de 12 de fevereiro de 2015, Deliberação CEETEPS nº 16, de 14 de maio de 2015 e Decreto Estadual nº 53712, de 21 de novembro de 2008. Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CPS). São Paulo, SP. 2008. Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, p. 35, 118 (99), sábado, 31 de maio de 2008. Disponível em: <https://ci.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/13/2019/11/Deliberação-CEETEPS-03-de-30-5-2008.pdf>. Acesso em 28 set 2021.
- 77– CPS. Deliberação CEETEPS no 3, de 30 de maio de 2008. Dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS. Consolidada com as Deliberações CEETEPS nº 4, de 05 de fevereiro de 2009, Deliberação CEETEPS nº 2, de 08 de abril de 2010, Deliberação CEETEPS nº 4, de 12 de agosto de 2010, Deliberação CEETEPS nº 4, de 02 de agosto de 2011, Deliberação CEETEPS nº 4, de 10 de outubro de 2013, Deliberação CEETEPS nº 12, de 12 de fevereiro de 2015, Deliberação CEETEPS nº 16, de 14 de maio de 2015 e Decreto Estadual nº 53712, de 21 de novembro de 2008. Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CPS). São Paulo, SP. 2008. Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, p. 35, 118 (99), sábado, 31 de maio de 2008. Disponível em: <https://ci.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/13/2019/11/Deliberação-CEETEPS-03-de-30-5-2008.pdf>. Acesso em 28 set 2021.
- 78– CPS. Deliberação Ceeteps no 3, de 30 de maio de 2008. Dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). São Paulo, SP. 2008. Publicado no D.O.E. Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 118 (99) – 35, sábado, 31 de maio de 2008. Disponível em: <https://ci.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/13/2019/11/Deliberação-CEETEPS-03-de-30-5-2008.pdf>. Acesso em: 21 set 2021.
- 79– CPS. Deliberação CEETEPS no 51, de 20 de fevereiro de 2019. Aprova o Regulamento Geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro Estadual de Educação





Tecnológica Paula Souza. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2019. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo; Poder Executivo, Seção I, São Paulo, sexta-feira, 22 de fevereiro de 2019, p. 33, 129 (37). Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/regulamento-geral>. Acesso: 29 set 2021.

- 80– CPS. Deliberação CEETEPS no 6, de 25 de novembro de 2010. Cria a Agência de Inovação “Inova Paula Souza” e institui grupo de trabalho para propor a sua regulamentação. Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CPS). São Paulo, SP. 2010. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I, p. 35, 120 (223), sexta-feira, 26 de novembro de 2010. Acesso em 28 set 2021.
- 81– CPS. Deliberação CEETEPS no 6, de 25 de novembro de 2010. Cria a Agência de Inovação “Inova Paula Souza” e institui grupo de trabalho para propor a sua regulamentação. Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CPS). São Paulo, SP. 2010. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I, p. 35, 120 (223), sexta-feira, 26 de novembro de 2010. Acesso em 28 set 2021.
- 82– CPS. Deliberação Ceeteps no 67, de 17 de dezembro de 2020, que estabelece as diretrizes do Programa de Articulação da Formação Profissional Média e Superior (AMS) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps. Publicado no Diário Oficial Poder Executivo – Seção I, 58 – São Paulo, 130 (251). 2020. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2020%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fdezembro%2f18%2fpag_0058_1d9f6b81c512ecf08e23c11b9c0e149c.pdf&pagina=58&data=18/12/2020&caderno=Executivo%20&paginaordenacao=100058. Acesso: 27 set 2021.
- 83– CPS. Deliberação CEETEPS nº 73, de 16 de setembro de 2021. Altera os dispositivos da Deliberação CEETEPS – 3, de 30/05/2008 que dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, e dá providências correlatas. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I, p. 36, 131 (181), sábado, 18 de setembro de 2021. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2021%2fexecutivo+secao+i%2fsetembro%2f18%2fpag_0036_becb8efec671b4f55c88999e2119c866.pdf&pagina=36&data=18/09/2021&caderno=Executivo%20&paginaordenacao=100036. Acesso: 1 out 2021.
- 84– CPS. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2021. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021. Disponível em: <https://dca.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2021/02/EDITAL-DE-CHAMAMENTO-PUBLICO-No-002-26.11.20-rev-F-Demai-26112020.pdf>. Acesso: 4 out 2021.
- 85– CPS. Missão, Visão, Valores, Objetivos e Diretrizes. Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CPS). São Paulo, SP. 2016. Disponível em <https://www.cps.sp.gov.br/missao-visao-objetivos-e-diretrizes/>. Acesso em 19 set 2021.





- 86– CPS. Portaria CEETEPS–GDS no 2338, de 30 de outubro de 2018. Institui a Política Linguística Institucional do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS. . Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2018. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 128 (208) – 65, terça-feira, 06 de novembro de 2018. Disponível em: https://arinter.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/8/2018/11/Portaria-CEETEPS-GDS-2338-_2018-10-30-003.pdf. Acesso: 1 out 2021.
- 87– CPS. Portaria CEETEPS–GDS–1008, de 25 de junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes para os Programas de Mobilidade Acadêmica Internacional, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps, e dá providências correlatas. Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CPS). Gabinete da Superintendência (GDS). São Paulo, SP. 2015. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I, p. 40, 125 (118). Sábado, 27 de junho de 2015. Acesso em 28 set 2021.
- 88– CPS. Pós–Graduação: Ensino a Distância – Apresentação. Unidade de Pós–Graduação, Extensão e Pesquisa. Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CPS). São Paulo, SP. 2002. Disponível em: http://www.centropaulasouza.com.br/Posgraduacao/Ensino_a_Distancia/Ens_Distancia.html. Acesso: 3 out 2021.
- 89– CPS. Sobre o Centro Paula Souza. Assessoria de Comunicação. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). São Paulo, SP. 2021a. Disponível em <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso: 7 out 2021.
- 90– CPS. Sobre o Centro Paula Souza. Assessoria de Comunicação. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. Última Atualização: 2021. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso em: 28 set 2021.
- 91– Delors, J., <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T1SF/Sandra/Os-quatro-pilares-da-educacao.pdf>
- 92– ETEC CACHOEIRA PAULISTA. Classes Descentralizadas. Escola Técnica de Cachoeira Paulista (Etec de Cachoeira Paulista). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021. Disponível em: <https://etecmarcosuchoas.com.br/?q=descentralizadas>. Acesso: 3 out 2021.
- 93– ETEC IBITINGA. Classes Descentralizadas. Escola Técnica de Ibitinga (Etec de Ibitinga). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021. Disponível em: <https://etecdeibitinga.wixsite.com/novo/classes-descentralizadas>. Acesso: 3 out 2021.
- 94– FATEC CLUB. P–Tech–AMS–CPS.Fatec Club. São Paulo, SP. 2020. Disponível em: <https://www.fateclub.gregmaster.com.br/tag/articulacao-da-formacao-profissional-media-e-superior/>. Acesso: 3 out 2021.
- 95– FATEC GARÇA. Núcleo de Inovação Tecnológica do Centro Paula Souza: Mobilizando Conhecimento & Inovação em prol do Desenvolvimento Social e Econômico do Estado de São





Paulo. Faculdade de Tecnologia de Garça. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Garça, SP. 2021 (Última Atualização). Disponível em: <https://fatecgarca.cps.sp.gov.br/inova/>. Acesso: 30 set 2021.

96– FATEC JABOTICABAL. Inova Paula Souza. Faculdade de Tecnologia de Jaboticabal. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Jaboticabal, SP. 2021 (Última Atualização). Disponível em: <https://www.fatecjaboticabal.edu.br/inova>. Acesso: 30 set 2021.

97– FATEC TATUI. IV Mostra de Trabalhos Docentes em RJI – Fatec Tatuí. Faculdade de Tecnologia de Tatuí. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Tatuí, SP. 2020. Disponível em: https://fatectatui.com.br/pooe/paginaEvento.php?id_evento=38. Acesso: 2 out 2021.

98– FORPROEX. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF. 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso: 5 out 2021.

99– FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Manaus. Amazonas. 2012. Imprensa Universitária. Setembro de 2015. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 5 out 2021.

100– GDS. Portaria CEETEPS–GDS 2505, de 19 de março de 2019. Institui a Comissão Responsável pela Implantação do Projeto de Apoio aos Núcleos de Supervisão Regional de Escolas Técnica Estaduais – Etecs e Faculdades de Tecnologia – Fatecs – referentes às atividades técnicas, administrativas, pedagógicas e de infraestrutura das Unidades de Ensino do Centro Paula Souza. Gabinete da Superintendência. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2019. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I, p. 37, 129 (54). quinta-feira, 21 de março de 2019. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2019%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fmarco%2f21%2fpag_0037_5a519d9b4a59295a4a867f8646e851bc.pdf&pagina=37&data=21/03/2019&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100037. Acesso: 2 out 2021.

101– GDS. Portaria CEETEPS–GDS no 1854, de 18 de agosto de 2017. Dispõe sobre a gestão do Regime de Jornada Integral dos docentes das Faculdades de Tecnologia – FATEC’s do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Gabinete da Superintendência. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2017. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I, terça-feira, 22 de agosto de 2017, p. 53, 127 (158). Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2017%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fagosto%2f22%2fpag_0053_9GDF7VVKt6TAJe8B9AAJDMV9H





PO.pdf&pagina=53&data=22/08/2017&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100053.
Acesso: 2 out 2021.

- 102– GDS. Portaria CEETEPS–GDS–1008, de 25 de junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes para os Programas de Mobilidade Acadêmica Internacional, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps, e dá providências correlatas. Gabinete da Superintendência (GDS). Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CPS). São Paulo, SP. 2015. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I, p. 40, 125 (118). Sábado, 27 de junho de 2015. Acesso em 28 set 2021.
- 103– GDS. Portaria da Diretora Superintendente de 16 de outubro de 2020. Gabinete da Superintendência (GDS). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). São Paulo, SP, 2016. Disponível em:
http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2020%2fexecutivo%2520secao%2520i%2foutubro%2f17%2fpag_0020_6472ad482378152f84615f359d3c420b.pdf&pagina=20&data=17/10/2020&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100020. Acesso: 1 out 2021.
- 104– GDS. Portaria da Diretora Superintendente de 8 de junho de 2016. Gabinete da Superintendência (GDS). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). São Paulo, SP, 2016. Disponível em:
http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2016%2fexecutivo%2520secao%2520ii%2fjunho%2f09%2fpag_0056_9NBOQAA2DJ190e2EVK1EJLTNFB C.pdf&pagina=56&data=09/06/2016&caderno=Executivo%20II&paginaordenacao=100056. Acesso: 1 out 2021.
- 105– GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. LEI Nº 16.279, DE 08 DE JULHO DE 2016 que aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>. Acesso em 29 set. 2021.
- 106– GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Meta 12 – Educação superior – expansão. São Paulo: 2020. Disponível em: PDF3_Meta 12.pdf (fde.sp.gov.br). Acesso em 13 out. 2021.
- 107– GOVERNO SP. Classes Descentralizadas. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, SP. 2021 (Última Atualização). Disponível em: <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/programas/classes-descentralizadas/>. Acesso: 3 out 2021.
- 108– GOVERNO SP. Lei Complementar Estadual nº 1.044, de 13 de maio de 2008. Institui o Plano de Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retribuítorio dos servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS. Palácio dos Bandeirantes. São Paulo, SP. 2008a. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Caderno Executivo, em 14 de maio de 2008, p.1. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1044-13.05.2008.html>. Acesso: 2 out 2021.





- 109– GOVERNO SP. Lei Estadual Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014. Altera a Lei Complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008, que institui o Plano de Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retributório dos servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS e dá outras providências. Palácio dos Bandeirantes. São Paulo, SP. 2014b. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Executivo, quarta-feira, 23 de abril de 2014, p.1, 124 (75). Disponível em:
http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2014%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fabril%2f23%2fpag_0003_86HTN6VKC6T94eBGLM60DJ9K8AD.pdf&pagina=3&data=23/04/2014&caderno=Executivo%20l&paginaordenacao=100003. Acesso: 2 out 2021.
- 110– KNOPLICK, G.M. Manual de Direito Administrativo. coleção: Série Provas e Concursos. 7ª Edição. 2013. Editora Elsevier. ISBN: 9788535269567.
- 111– MEC. Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Brasília. DF. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->. Acesso: 30 set 2021.
- 112– MEC. Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Brasília. DF. 2016. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/formacao-inicial-e-continuada-ou-qualificacao-profissional>. Acesso: 30 set 2021.
- 113– MEC. Documento Síntese do Fórum Nacional de Educação Superior (FNES). Brasília, 24 a 26 de maio de 2009. p.9. Ministério da Educação e Cultura (MEC)/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior/Secretaria de Educação Superior. Brasília, DF. 2009. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_sintese.pdf. Acesso: 7 out 2021.
- 114– MEC. Lato Sensu – Saiba Mais. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/pos-lato-sensu>. 2017 (Última Atualização). Acesso: 4 out 2021.
- 115– MEC. Portaria do Ministério da Educação nº 609. Reconhecimento do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Brasília, DF. 2019. Publicado no D.O.U. em de 14 de março de 2019, Seção I, p. 63. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/232831054/dou-secao-1-18-03-2019-pg-63>. Acesso: 7 out 2021.
- 116– PTECH CPS. Expansão do Programa P-TECH. Equipe Gestora P-TECH do CPS. Reunião CESU e Gestores Pedagógicos Regionais de Junho 2019. 23 slides. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). São Paulo, SP. 2019. Acesso: 4 out 2021.
- 117– PTECH CPS. P-TECH: Acordo e parceria assinados. E agora? O que fazer? Qual é o caminho para o sucesso? Grupo de Trabalho do Projeto de Articulação do Ensino Médio-Técnico e





Superior (PTECH CPS). Apresentação da Reunião AMS – Volkswagen em 25/03/2021. 13 Slides. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021.

- 118– REGIONALIZAÇÃO CPS. Edital Externo no 6/2019 de Oferecimento de Vagas para Professores das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza para Atuação Junto ao Projeto de Implantação da Regionalização. Projeto Piloto de Regionalização do Centro Paula Souza. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2019b. Disponível em:
file:///C:/Users/Extra/Downloads/edital%20externo%2006_2019.pdf. Acesso: 3 out 2021.
- 119– REGIONALIZAÇÃO CPS. Memorando nº 009/2020 – Projeto Piloto Regionalização CPS. Processo Seletivo do Projeto Piloto de Regionalização CPS – Coordenador(a) de Projetos (Ugaf/UIE/URH/UP). Projeto Piloto de Regionalização do Centro Paula Souza. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2020b. Disponível:
file:///C:/Users/Extra/Downloads/Mem_09_20_Processo%20de%20sele%C3%A7%C3%A3o%20fev%202020_UGAF_URH_UP_UIE.pdf. Acesso: 3 out 2021.
- 120– REGIONALIZAÇÃO CPS. Organização dos Núcleos Regionais de Administração NRAs / 1º semestre – 2019. p. 3. Projeto Piloto de Regionalização do Centro Paula Souza. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2019a. Disponível em:
<https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2019/05/organizacao-NRAs-1-sem19.pdf>. Acesso: 2 out 2021.
- 121– REGIONALIZAÇÃO CPS. Projeto Piloto de Regionalização – Centro Paula Souza. Projeto Piloto de Regionalização do Centro Paula Souza. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2020a. Disponível em:
<https://regionalizacao.azurewebsites.net/horus/#documentos>. Acesso: 2 out 2021.
- 122– SÃO PAULO. Centro Paula Souza. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Governo de São Paulo. São Paulo, SP. 2019. Disponível em:
<https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/programas/centro-paula-souza/>. Acesso: 7 out 2021.
- 123– SÃO PAULO. Decreto Estadual nº 56.257, de 5 de outubro de 2010. Dispõe sobre o pagamento de horas-aula nos cursos ministrados pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS, na forma que especifica, e dá providências correlatas. Casa Civil. Palácio dos Bandeirantes. São Paulo, SP. 2010. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I, p.1, quarta-feira, 6 de outubro de 2010, 120 (190). Disponível em:
<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20101006&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>. Acesso: 30 set 2021.
- 124– SÃO PAULO. Decreto Estadual nº 58.385, de 13 de setembro de 2012. Aprova o Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS. Casa Civil. Secretaria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, SP, 2012. Publicado no D.O.E.; Poder Executivo, Seção





16. Referências Analíticas e Construtivas

I, São Paulo, 122 (174) – 1, sexta-feira, 14 de setembro de 2012. Disponível em:
<https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2021/05/regimento-ceeteps.pdf>.
Acesso: 29 set 2021.

125– SÃO PAULO. Decreto Estadual nº 58.385, de 13 de setembro de 2012. Aprova o Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT). Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, SP. 2012. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 122 (174) – 1, sexta-feira, 14 de setembro de 2012. Disponível em:
<https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2021/05/regimento-ceeteps.pdf>.
Acesso em 20 set 2021.

126– SÃO PAULO. Decreto Estadual nº 60.399, de 29 de abril de 2014. Dispõe sobre a atividade das Ouvidorias instituídas pela Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999. Palácio dos Bandeirantes. São Paulo, SP. 2014. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Executivo, p.1 em 30 de abril de 2014. Disponível em:
<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5aeda0f13cd3be5f83256c1e00423b1d/6ee26905f3be2a8083257cca00444af5?OpenDocument>. Acesso: 28 set 2021.

127– SÃO PAULO. Decreto Lei Estadual de 06 de outubro de 1969. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas. Palácio dos Bandeirantes. São Paulo, SP. 1969. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Atos Legislativos. nº 191, p. 3, terça-feira, 7 de outubro de 1969. Disponível em:
<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19691007&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=3>. Acesso: 1 out 2021.

128– SÃO PAULO. Decreto Estadual de 06 de outubro de 1969. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas. Governo do Estado de São Paulo. Palácio dos Bandeirantes. São Paulo, SP. 1969. Publicado no D.O.E, terça-feira, 7 de outubro de 1969. Atos Legislativos. nº 191, p. 3. Disponível em:
<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19691007&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=3>. Acesso: 1 out 2021.

129– Ufiec. Edital de Credenciamento nº 01/2012: Credenciamento de monitores para prestação de serviços em Cursos de Formação Inicial e Educação Continuada de Trabalhadores, junto à Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada – Ufiec. Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2012. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo – Seção I, p. 71 122 (147), terça-feira, 7 de agosto de 2012. Disponível em:
http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2012%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fagosto%2f07%2fpag_0071_2M87BGR6748K1e93KNNCOKBUEA6.pdf&pagina=71&data=07/08/2012&caderno=Executivo%20i&paginaordenacao=100071.
Acesso: 30 set 2021.





- 130– Ufiec. Edital de Credenciamento nº 01/2014: Credenciamento de monitores para prestação de serviços em Cursos de Formação Inicial e Educação Continuada de Trabalhadores, para execução dos PROGRAMAS: VIA RÁPIDA, PEQ – PROGRAMA ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, PEAD– PROGRAMA EMERGENCIAL DE AUXÍLIO AO DESEMPREGADO, PRONATEC – PROGRAMA DE NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO, FUSSESP – FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, junto à Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada – Ufiec. Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2014. Disponível em: <http://www.etcbest.com.br/noticias/20140618/edital001-2014.pdf>. Acesso: 30 set 2021.
- 131– Ufiec. Edital Externo Ufiec nº 01/2021 para Oferecimento de Vagas aos Professores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza para Atuação Junto à Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada. Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada (Ufiec). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021a. Disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.etcbsalesgomes.com.br%2Fpainel%2Fkcfinder%2Fupload%2Ffiles%2FARquivos%2FRelacoes_Institucionais%2F2021%2FUFIIEC%2FEdital_ufiec_n_01_2021_Revisad.docx&wdOrigin=BROWSELINK. Acesso: 30 set 2021.
- 132– Ufiec. Ficha de Inscrição do Edital Externo Ufiec nº 01/2021 para Oferecimento de Vagas aos Professores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza para Atuação Junto à Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada. Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada (Ufiec). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021b. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Furh.cps.sp.gov.br%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F10%2F2021%2F07%2FFicha-de-inscricao-Edital-ufiec-no-01-2021.docx&wdOrigin=BROWSELINK>. Acesso: 30 set 2021.
- 133– Ufiec. Manual de Boas Práticas do Aprendiz Paulista: O que é preciso saber para contratar o aprendiz Paulista. III Encontro de Professores Orientadores do Programa Aprendiz Paulista. Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada (Ufiec). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2015. Disponível em: http://www.etcjosedagnoni.com.br/downloads/doc_estagio/Manual%20Aprendizagem%20-%20UFIIEC%20-%202015.pdf. Acesso: 30 set 2021.
- 134– Ueep. Grupos de Pesquisa. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP, 2021h (Última Atualização). Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/stricto-sensu/mestrado-profissional-em-gestao-e-desenvolvimento-da-educacao-profissional>. Acesso: 29 set 2021.
- 135– Ueep. Histórico da Instituição. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2020a (Última Atualização). Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/a-instituiCAo>. Acesso: 7 out 2021.





- 136– Uepep. Missão, Visão, Valores e Objetivos. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. Última Atualização: 2021b. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/missao-visao-valores-e-objetivos>. Acesso em: 28 set 2021.
- 137– Uepep. Programa de Pós-Graduação. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. Última Atualização: 2021a. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/a-instituiCAo>. Acesso em: 28 set 2021.
- 138– Uepep. Programa de Pós-Graduação: Atividades de Extensão. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (UPEP). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2020b (Última Atualização). Informações disponíveis em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/sobre-o-programa>. Acesso: 29 set 2021.
- 139– Uepep. Programa de Pós-Graduação: Atividades de Extensão. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (Uepep). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021i (Última Atualização). Informações disponíveis em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/sobre-o-programa>. Acesso: 29 set 2021.
- 140– Uepep. Programa de Pós-Graduação: Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (Uepep). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021c (Última Atualização).
- 141– Uepep. Programa de Pós-Graduação: Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. MBA em Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (Uepep). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021c (Última Atualização). Disponível: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/lato-sensu/mba-excelencia-em-gestao-de-projetos-e-processos-organizacionais>. Acesso: 7 out 2021.
- 142– Uepep. Programa de Pós-Graduação: Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. MBA em Excelência em Engenharia e Negócios. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (Uepep). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021d (Última Atualização). Disponível: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/lato-sensu/mba-em-engenharia-e-negocios-mbe>. Acesso: 7 out 2021.
- 143– Uepep. Programa de Pós-Graduação: Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. MBA em Tecnologia e Inovação. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (Uepep). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021e (Última Atualização). Disponível: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/lato-sensu/mba-em-tecnologia-e-inovacao-mbt>. Acesso: 7 out 2021.
- 144– Uepep. Programa de Pós-Graduação: Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (Uepep). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021f (Última Atualização). Disponível:





<http://www.pos.cps.sp.gov.br/stricto-sensu/mestrado-profissional-em-gestao-e-tecnologia-em-sistemas-produtivos>. Acesso: 7 out 2021.

- 145– Uepep. Programa de Pós-Graduação: Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (Uepep). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, SP. 2021g (Última Atualização). Disponível: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/stricto-sensu/mestrado-profissional-em-gestao-e-desenvolvimento-da-educacao-profissional>. Acesso: 7 out 2021.
- 146– URH. Manual de Integração: Empregado Público Docente – Fatec. Unidade de Recursos Humanos (URH). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). São Paulo, SP, 2016. Disponível em: https://urh.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/10/2020/07/2016_manual_de_integracao_empregado_publico_docente_fatec-1.pdf. Acesso em 28 set 2021.
- 147– VASCONCELOS, C.S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 15ª ed, p. 141. Coleção Cadernos Pedagógicos. Ed. Libertad. 2018. ISBN: 85-85819-09-X; ISBN-13: 978-85-85819-09-5.





17. Anexos – Dados gerais da Unidade

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2022 – 2026

▶ **Dados da unidade**

Fatec: Fatec Indaiatuba – R-03

Código: 105

Razão social: Faculdade de Tecnologia Dr. Archimedes Lammoglia

Endereço: R. Dom Pedro I, 65 – Cidade Nova I, Indaiatuba – SP

▶ **Direção da Unidade**

Diretor: Prof. Me. José Luiz Marques

▶ **Coordenação de Curso**

CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas: Prof. Me. Michel Moron Munhoz

CST em Comércio Exterior: Prof. Esp. Ricardo Sergio Neiva Nóbrega

CST em Gestão Empresarial: Prof. Me. Benedito Carlos Florêncio Silva

CST em Gestão de Serviços: Profa. Me Juliana Silva Watanabe

CST em Logística Aeroportuária: Prof. Me Sandro Roberto da Silva Calabrezi

CST em Redes de Computadores: Prof. Dr. Wellington Roque

▶ **Direção de Serviços**

Diretor de Serviços Acadêmicos: Miriam Takamoto Ferreira

Diretor de Serviços Administrativos: Juliene Gibim Fernandes

<Indaiatuba>

2022





18. Anexo A – Perfil da Unidade de Ensino (capítulo 4.6)

Atos legais referentes aos cursos

- ▶ **Decreto de criação:** 39326/1994]
- ▶ **Autorização:** 6/94

Curso Superior de Tecnologia	Data	Tipo	Portaria CEE/GP Parecer CD (p/ reestruturação)
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2014 / 2º Sem.	Implantação	393/2014
Comércio Exterior	2012 / 2º Sem.	Implantação	453/2012
Gestão Empresarial	2014 / 2º Sem.	Implantação	498/2014
Gestão Empresarial - EAD	2017 / 2º Sem.	Implantação	404/2017
Gestão de Serviços	2015/ 1º Sem.	Implantação	233/2015
Logística Aeroportuária	2012 / 2º Sem.	Implantação	302/2012
Redes de Computadores	2010 / 1º Sem.	Implantação	58/2010

- ▶ **Caracterização socioeconômica da área de abrangência da Fatec**

A cidade de Indaiatuba, segundo IBGE– Cidades (2022), conta com aproximadamente 260.690 habitantes. Localiza-se no polo Industrial da Região de Campinas. Seu processo econômico se dá da seguinte maneira: A base econômica de Indaiatuba é muito influenciada pelo Complexo Metal Mecânico, em particular, os segmentos produtivos: indústria de máquinas, siderurgia, metalurgia, plásticos, tintas, componentes eletrônicos e peças e acessórios, e também reúne os setores da Construção Civil, de Alimentos e Bebidas, o Têxtil, mais as atividades em torno do setor de Serviços e do Comércio.

O quadro abaixo apresenta a estrutura dos segmentos produtivos instalados na base econômica de Indaiatuba/SP, considerando as ofertas de produtos (bens e serviços) e seus efeitos em torno do emprego e renda.





O Complexo Metal Mecânico

Setor	Objetivos	Iniciativas
Automotivo	*Fortalecer e consolidar a cadeia de autopeças	<ul style="list-style-type: none"> *Ampliar a aferição do conteúdo regional de peças nas montadoras; *Criar políticas para favorecer a agregação de valor na produção de autopeças; *Acompanhamento das importações de autopeças; * Aumento da qualidade e produtividade na cadeia produtiva de autopeças; * Criar fornecedores locais para a Indústria de Autopeças; * Redução de custos no setor de autopeças; * Elaborar diagnóstico das exportações de autopeças.
Setor	Objetivos	Iniciativas
Bens de Capital	<ul style="list-style-type: none"> *Aumentar o consumo de Bens de Capital; *Aumentar as exportações de Bens de Capital; 	<ul style="list-style-type: none"> *Incentivar políticas públicas de desoneração dos investimentos em bens de capital; *Criar políticas para favorecer a agregação de valor na produção de autopeças; *Aumentar a exposição do setor de bens de capital no exterior; * Fomentar os segmentos estratégicos da Indústria de Bens de Capital; * Identificar as fronteiras tecnológicas na cadeia de Bens de Capital; *Identificar e elaborar estudos prospectivos para setores estratégicos em Bens de Capital;



Setor	Objetivos	Iniciativas
Metalurgia	*promover desenvolvimento tecnológico e a inovação em metalurgia;	*incentivar projetos prioritários da agenda tecnológica;

Fonte: ABDI – Associação Brasileira do Desempenho Industrial – (2020)

O quadro abaixo revela os desafios estratégicos ligados ao setor da Tecnologia da Informação e o Complexo Eletrônico em Indaiatuba (ABDI,2020):

Setor	Objetivos	Iniciativas
TIC e Complexo Eletrônico	* promover o adensamento produtivo e tecnológico; * Fomento à produção local de componentes estratégicos;	*Ampliação da oferta de produtos e manufaturas e componentes estratégicos; *Incentivar políticas públicas de incentivo aos negócios de componentes estratégicos;

Já o quadro seguinte se ocupa de um item da estratégia do setor de Construção Civil.

Setor	Objetivos	Iniciativas
Construção Civil	*Intensificar o uso de TI aplicada na construção;	* Desenvolvimento da biblioteca de componentes da construção utilizando o sistema de classificação da informação (NBR 15965).

Fonte: ABDI – Associação Brasileira do Desempenho Industrial – (2020)

O seguinte versa sobre os desafios estratégicos ligados aos setores de serviços, e, no campo específico, dos serviços de logísticas.



Setor	Objetivos	Iniciativas
Serviços	<ul style="list-style-type: none"> *Criar referências de informações de Serviços; *Orientar as políticas públicas para o setor de serviços; *Disseminar as boas práticas das empresas consolidadas em Setor de Serviços; *Apoiar a internacionalização de serviços; * Criar Núcleo de Inteligência em Serviços 	<ul style="list-style-type: none"> * Mapeamento dos segmentos de serviços; * Elaboração de um programa para a apreciação das boas práticas de empresas em serviços; * Criar programas para se avaliar a qualidade do atendimento em serviços; * Identificar e aprender com as práticas de empresas de serviços que estão internacionalizadas; *Implementar projetos setoriais direcionados ao setor de serviços;
Setor	Objetivos	Iniciativas
Serviços de logísticas	<ul style="list-style-type: none"> *Criar referências de informações sobre serviços de logísticas; *Ampliar conhecimento da Cadeia de Logística ligada ao transporte; * Fomentar a utilização de etiquetas inteligentes para serviços logísticos; 	<ul style="list-style-type: none"> * Mapeamento dos segmentos de serviços logísticos; * Elaboração de projetos de etiquetas inteligentes;

Fonte: ABDI – Associação Brasileira do Desempenho Industrial – (2020)

Cursos implantados – Vocação da Fatec em face da demanda regional

A Fatec Indaiatuba Dr. Archimedes Lammoglia, com o objetivo de atender a uma demanda cada vez maior por vagas no Ensino Superior, ofertar cursos de forma gratuita e também, em atendimento a sua vocação, atender ao arranjo produtivo local, foi criada na cidade de Indaiatuba, pelo Governo do Estado de São Paulo, por força da publicação do Decreto nº39.326 em 04 de outubro de 1994, com publicação no D.O.E. de 05 de outubro de 1994, Seção I, página 2.





A unidade iniciou as atividades acadêmicas no 1º semestre de 1995, com a implantação com o Curso Superior de Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado, com 40 vagas semestrais para o período noturno.

Em 5 de agosto de 2008, Port. CEE/GP nº418/08, foi renovado por cinco anos o Reconhecimento do Curso de Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado com a nova denominação – Curso de Gestão Empresarial com ênfases em Comércio Exterior, Marketing, Secretariado Executivo e Sistemas de Informação, respeitando-se os direitos dos alunos que optaram por concluir seu Curso com a denominação de origem Tecnologia de Automação de Escritórios e Secretariado. Esta nova denominação para o curso ocorreu após o Parecer CEE 25/2006, quando se aprovou, previamente, nos termos do Artigo 1º, Parágrafo 1º da Deliberação CEE nº 7/2000, o Projeto do Curso Superior de Graduação de Tecnologia em Gestão Empresarial – ênfase em: Marketing, Secretariado Executivo, Sistemas de Informação e Comércio Exterior e Parecer CEE 374, de 03/08/2007, quando se autorizou o funcionamento do mesmo na Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba.

No 2º semestre de 2005 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Informática com ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores, com 40 vagas semestrais para o período vespertino. No 1º semestre de 2006 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial com ênfase em Marketing, Secretariado Executivo, Sistemas de Informação e Comércio Exterior, com 40 vagas semestrais para o período matutino e noturno. No 1º semestre de 2010 o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial com ênfase em Marketing, Secretariado Executivo, Sistemas de Informação e Comércio Exterior passou a funcionar como Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial matutino e noturno. No 1º semestre de 2013 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial, com 40 vagas semestrais para o período vespertino, deixando de funcionar no período matutino. No 1º semestre de 2010 o Curso Superior de Tecnologia em Informática com ênfase em Banco de Dados Vespertino passou a funcionar como Curso Superior de Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas no período noturno.

No 1º semestre de 2010 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior, com 40 vagas semestrais para o período noturno. No 1º semestre de 2010 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior, com 40 vagas semestrais para o período noturno. No 1º semestre de 2010 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Logística Aeroportuária, com 40 vagas semestrais para o período matutino. No 1º semestre de 2012 o Curso Superior de Tecnologia em Banco de Dados passou a funcionar como Curso Superior de Tecnologia em Análise e





Desenvolvimento de Sistemas. No 1º semestre de 2013 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Serviços, com 40 vagas semestrais para o período matutino. No 2º semestre de 2014 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial EAD, com 80 vagas semestrais e no 1º semestre de 2015, passou a oferecer 40 vagas no vestibular. No 1º semestre de 2016 o Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores passou a funcionar no período matutino.

Atualmente possui, em 03/04/2023, 1462 alunos matriculados em seus 8 Cursos Superiores de Tecnologia oferecidos, incluindo alunos de EaD. Oferece atualmente 320 vagas por vestibular semestral, portanto 640 vagas anuais, conforme descritas abaixo::

1- Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Noturno – 40 vagas semestrais

O curso forma profissionais com conhecimentos nas mais modernas ferramentas oferecendo aulas práticas em laboratórios e parcerias com as principais empresas da região.

O campo de trabalho de um profissional de TI é bastante extenso, visto que o mercado de Tecnologia da Informação é o que tem o maior déficit de profissionais especializados.

A graduação de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas se diferencia por abordar as melhores práticas na gestão de sistemas, modelando-os para obter informações operacionais e estratégicas, por meio de projetos interdisciplinares que simulam o ambiente empresarial. Essa experiência do meio corporativo favorece o desenvolvimento de competências complementares, como relacionamento interpessoal, negociação, apresentação de resultados e gestão de conflitos.

O corpo docente é formado por doutores, mestres e especialistas com larga vivência em empresas. A metodologia de ensino com foco na prática permite que o aluno receba instruções adequadas e vivencie as rotinas pertinentes à função que desempenhará no futuro.

2- Comércio Exterior – Noturno – 40 vagas semestrais

O curso tem por objetivo formar profissionais com visão empreendedora e promotora de novos conhecimentos na área de negócios e comércio internacionais, preparar administradores aptos a elaborar planos de exportação, analisar mercado internacional de produtos e serviços, expressar-se em língua estrangeira, realizar





processos e operações para importação e exportação de produtos e serviços e orientar o desembaraço aduaneiro. Além disso, identificar os melhores meios de realizar a distribuição internacional dos produtos e, finalmente, otimizar os recursos financeiros e humanos para o comércio exterior.

A graduação de Tecnologia em Comércio Exterior se diferencia por proporcionar atividades extraclasse como visitas e viagens técnicas, nacionais e internacionais, oferecendo a oportunidade de vivenciar a experiência profissional através da exposição ao cotidiano dos negócios no exterior.

O Curso de Comércio Exterior destina-se ao público que quer se especializar na gestão e negociação de operações internacionais. O Tecnólogo em Comércio Exterior é requisitado para atuar nas áreas internacionais de marketing, finanças e logística, além de elaborar planos de negócios para o ingresso de empresas no mercado internacional. Outro campo em expansão é o de assessoria e consultoria a empresas que querem desenvolver atividades internacionais, como exportação e importação.

3– Gestão Empresarial Vespertino, Noturno e EaD – 120 vagas semestrais

O curso forma profissionais prontos para o mercado de trabalho, com conhecimentos nas mais modernas ferramentas de administração e oferece aulas práticas, em laboratórios e visitas técnicas a empresas da região.

O campo de trabalho de um administrador é bastante extenso, visto que toda empresa independente do seu segmento ou porte para sobreviver precisa ser bem gerenciada.

Os profissionais graduados em Tecnologia de Gestão Empresarial da Fatec Indaiatuba são capazes de entender todos os processos de uma empresa e atuar de forma a conseguir resultados.

O corpo docente é formado por doutores, mestres e especialistas com larga vivência em empresas. A metodologia de ensino com foco na prática permite que o aluno receba instruções adequadas e vivencie as rotinas pertinentes à função que desempenhará no futuro.

Desta maneira, com formação especializada e focada na prática, a área de atuação para o Tecnólogo em Gestão Empresarial é bastante diversificada e muitos estudantes após formados atuam como empreendedores.

Por ser o curso mais procurado da Fatec, vem sendo oferecido em três opções de horários: noite, tarde e na modalidade EaD. No período da tarde, o curso tem início às 14h30, o horário especial que permite que o aluno realize estágio no período da manhã.





4– Gestão de Serviços – Matutino – 40 vagas semestrais

A Fatec Indaiatuba possui um curso que prepara profissionais especializados para esse setor, o curso de Gestão de Serviços. O corpo docente é composto por professores Mestres, Doutores e Profissionais com experiência de mercado.

Além do conteúdo geral, são oferecidas atividades práticas e visitas técnicas que permitem vivenciar experiências reais. Ao longo de sua vida acadêmica, os alunos são preparados para serem protagonistas em sua área de atuação, permitindo que ele atue em empresas já existentes ou se torne um empreendedor.

Criado em 2013, o curso de Tecnologia de Gestão de Serviços da Fatec Indaiatuba é único no Brasil e tem a missão de formar um profissional que seja capaz de analisar o mercado de serviços, para então propor melhorias e inovação dentro das empresas em que atua. A metodologia de ensino permite que o aluno receba instruções adequadas e vivencie as rotinas pertinentes à função que desempenhará no futuro.

Desta maneira, com formação especializada e focada na prática, a área de atuação para o Tecnólogo em Gestão de Serviços é diversificada e muitos estudantes após formados atuam como empreendedores.

5– Logística Aeroportuária – Matutino – 40 vagas semestrais

Podendo atuar em várias áreas, o profissional de logística necessita estar interessado, não apenas no setor de logística, mas em todo funcionamento de uma empresa. Nota-se que as empresas estão buscando cada vez mais os profissionais da área de logística com o objetivo de melhorar seus processos, maximizar sua produtividade e minimizar as perdas, já que o setor de logística pode representar até 30% do custo total da empresa.

O Analista de Logística Aeroportuária está apto em Planejar, Implementar e Controlar Processos Logísticos com foco em redução de custos, ganho de produtividade e melhoria nos níveis de serviços.

Atividades do analista em Logística Aeroportuária: Planeja os fluxos operacionais. Identifica melhorias nos processos operacionais e de layout. Analisa a viabilidade e projeta os ganhos de produtividade. Implementa processos junto com a equipe operacional. Revisa projetos com foco em produtividade e redução de custos Desenvolve e participa de testes de novas ferramentas tecnológicas. Controla as operações e avalia resultados





Bons conhecimentos de matemática, estatística, informática avançada e processos logísticos os quais são fundamentais para a análise de projetos e implantação de melhorias operacionais, envolvendo layout, custos, equipamentos, automação, produtividade e qualidade. Bom relacionamento interpessoal, iniciativa, criatividade, capacidade de abstração, análise e síntese também são necessários para compor o perfil desse profissional.

6– Redes de Computadores – Matutino – 40 vagas semestrais

O curso de Redes de Computadores forma especialistas em Internet, profissionais com alta procura pelo mercado de trabalho. Destina-se ao público com interesse em Exatas, eletrônica e computação.

As áreas de atuação estendem-se desde o desenvolvimento de projetos físicos e lógicos, aplicativos voltados para redes e web, configuração, administração e segurança de redes, até para novas tendências apresentadas pelo mercado como Internet das Coisas e Computação em Nuvem.

Os profissionais graduados em Tecnologia de Redes de Computadores da Fatec Indaiatuba são capacitados para supervisionar, coordenar, orientar, planejar, especificar, projetar e desenvolver ações pertinentes ao desenvolvimento, implantação e validação de projetos lógicos e físicos de redes de computadores locais e de longa distância.

O corpo docente é formado por doutores, mestres e especialistas com larga vivência em empresas. A metodologia de ensino com foco na prática permite que o aluno receba instruções adequadas e vivencie as rotinas pertinentes à função que desempenhará no futuro.

Ao longo do curso, além do desenvolvimento de habilidades e competências em temas tradicionais da área, o aluno será submetido ao estudo de novas tendências de mercado como Internet das Coisas ou Internet of Things (IoT) e Computação em Nuvem ou Cloud Computing.

Além de abrigar também a Universidade Virtual de São Paulo como polo de cursos oferecidos a distância por essa Instituição.

De modo geral, os alunos que procuram a Instituição são oriundos de classes sociais menos favorecidas, em sua maioria, estudantes que vêm da escola pública em busca de uma qualificação profissional para se inserirem ou se manterem com mais eficiência no mercado de trabalho local e regional de Indaiatuba/SP.





Indicadores socioeconômicos

Na Economia a cidade de Indaiatuba/SP apresentou, em 2020, segundo o IBGE Cidades:

1- PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO:	
PIB per capita [2020]	71.595,73 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	47,6 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,788
Total de receitas realizadas [2017]	1.136.120,63 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	959.512,38 R\$ (×1000)

Em 2020 o salário médio mensal era de 3.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 22 de 645 e 76 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 92 de 5570 e 307 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 28.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 528 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 5019 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE Cidades, 2021).





1- TRABALHO E RENDA	
2.a - SALÁRIO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES FORMAIS (2020)	
3,2 salários mínimos	
Comparando a outros municípios	
No país	
5570º	
92º	
No Estado	
645º	
22º	
Na região geográfica imediata	
18º	
6º	
Pessoal ocupado [2020]	
89.082 pessoas	
Comparando a outros municípios	
No país	
5570º	
80º	
No Estado	
645º	
22º	
Na região geográfica imediata	
18º	
2º	
População ocupada [2020]	
34,8 %	
Comparando a outros municípios	
No País	
5570º	
307º	
No Estado	
645º	
76º	
Na região geográfica imediata	
18º	
9º	
2.b - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL PER CAPTA DE ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO (2020)	
28,1 %	





Comparando a outros municípios
No país
5570º
5019º
No Estado
645º
528º
Na região geográfica imediata
18º
14º

Estado	Região Metropolitana de Campinas	Indaiatuba
0,82%	1,35%	1,62%

Fonte: SEADE (2020)

A cidade de Indaiatuba apresenta, segundo o SEAD (2020), uma taxa anual de crescimento, em contingente, maior que a Região Metropolitana de Campinas e maior do que o Estado de São Paulo. Isso aponta para um otimismo nas áreas educacional e econômica, tendo em vista as perspectivas de mais investimentos em infraestrutura e instalações de Indústrias, Comércios e Empresas de Serviços na cidade.

Arranjos produtivos locais – Condições atuais e perspectivas

Considerado um centro de alta influência nos municípios vizinhos, o município de Indaiatuba é do entorno da região de Campinas, São Paulo. Dentro de sua área de influência, a cidade atrai maior parte dos visitantes pela cultura e lazer.





Indaiatuba é o 3º município mais populoso da região de Campinas, com aproximadamente 260,690 habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 18,3 bilhões de reais, sendo que 56,6% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (35,1%), da administração pública (8%) e da agropecuária (0,3%).

Com essa estrutura, o PIB per capita de Indaiatuba é de R\$ 71,6 mil, valor superior à média do estado (R\$ 51,4 mil), da grande região de Campinas (R\$ 63,5 mil) e da pequena região de Campinas (R\$ 67,9 mil).

O Setor Produtivo:

A ponta da cadeia produtiva do Metal Mecânico é conduzida pelo setor de Máquinas e Equipamentos, que por sua vez é intensivo em capital e alimenta um processo de ciência e tecnologia.

A indústria de Máquinas e equipamentos local possui um número grande de empresas, e elas se relacionam com as demais atividades que também estão instaladas no município, dando ao processo econômico uma capacidade dinâmica.

A indústria de Máquinas e Equipamentos é composta por muitas empresas de porte médio e pequeno que estão carentes das melhores práticas gerenciais e das soluções inteligentes e inovadoras.

O setor de peças e acessórios residente em Indaiatuba está em cadeias produtivas com grande capacidade de geração de valor, tem um número bom de estabelecimentos, é intensivo em trabalho e promove exportações.

De acordo com as elaborações da ABDI (2020), o setor de Peças e Acessórios está assumindo como ações estratégicas as soluções gerenciais em busca de eficiência e competitividade na cadeia de suprimentos do Complexo Metal Mecânico. 6–A Indústria Mecânica oferece os maiores salários, em todos os níveis (diretoria, selecionadas e operacional).

A cidade de Indaiatuba tem importantes associações empresariais, por exemplo: CIESP; SUBSEDE SEBRAE INDAIATUBA; AMPEI – Associação das Micro e Pequenas Empresas de Indaiatuba; ACOI – ASSOCIAÇÃO DAS CONFECÇÕES DE INDAIATUBA; DIMPE: Distrito industrial de Micro e Pequenas Empresas.

A matriz de fornecimentos da cadeia produtiva do Metal Mecânico está composta por médias e pequenas empresas.

Os segmentos da Indústria instalados em Indaiatuba contratam a prestação de serviços.





O setor de serviços oferece um grande número de emprego a mulheres, acima dos demais setores produtivos. Este setor também oferece a equivalência de salários entre as mulheres e os homens.

As pesquisas sobre o pensamento estratégico do Setor Serviços mostram a necessidade de constituição da inteligência de serviços e o observatório sobre as melhores práticas gerenciais.

O setor de serviços em alojamentos, reparação e manutenção oferece remunerações altas para o nível corporativo, por exemplo, a função de Gerente de Operações de Transportes, com o salário de R\$ 8.500,00. Convém notar que é um tipo de serviços que se relaciona com a indústria mecânica.

Em 2020 o salário médio era de 3,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 354,8%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições de 22 de 645 e 76 de 645 e, respectivamente. Considerando domicílio com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 28,1% da população nessas condições, o que o colocava na posição de 526 de 645 dentre as cidades do Estado e na posição 5019 de 5570 dentre as cidades do Brasil (CARAVELA – Info, 2020 – Indaiatuba).

Em Indaiatuba/SP, o Sistema Metal Mecânico pode ser caracterizado como o complexo produtivo que congrega os seguintes segmentos produtivos: Equipamentos de transportes; Máquinas, equipamentos e ferramentas; Metalurgia; Peças e acessórios; Borracha, Plásticos e vidros.

Para efeito de análise, as subdivisões de cada segmento:

Máquinas, equipamentos e ferramentas.

Bombas de alta pressão

Equipamentos de ar condicionado

Equipamentos de dosagem

Equipamentos esportivos

Equipamentos hidráulicos

Equipamentos Industriais

Equipamentos Magnéticos

Equipamentos médicos e hospitalares





Esteiras e escavadores

Ferramentas em geral

Filtros industriais e sistemas de tratamentos

Máquina de costura

Tratores e implementos agrícolas

Metalurgia

Caixas e rodas expansivas

Calhas

Conexões

Corte a laser

Esquadrias de alumínio

Esquadrias de alumínio para a indústria automotiva

Estamparia, solda.

Extrusora de Perfil alumínio

Molas e artefatos de arame

Portões de aço

Reciclagem

Sistemas de Filtragem

Tratamentos térmicos

Tubos de aço e carbono

Peças e acessórios

Acessórios

Autopeças

Capacetes

Borracha, Plásticos e Vidros.

Artigos de plásticos de uso farmacêutico

Fabricação e desenvolvimento de peças e borrachas

Injeção plástica

Mangueiras

Sacos plásticos

Tubos e conectores

Vidros blindados

Vidros laminados

(CIESP, 2020 – Catálogo das Indústrias)





Em Indaiatuba o volume de emprego das atividades do Complexo Metal Mecânico, por razões da metodologia adotada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, é demonstrado a partir das condições da Indústria Mecânica e da Indústria de Material de Transporte.

A estrutura de oferta está composta por muitas empresas, desde empresas de grande porte até as pequenas e médias. Quando se compara a base econômica de Indaiatuba com outras cidades, vê-se que no primeiro caso o número de empresas em torno da Indústria de Máquinas, equipamentos e ferramentas é muito grande e elas se relacionam com as demais atividades locais, dando ao processo econômico uma capacidade dinâmica.

A seguinte tabela mostra as principais empresas deste setor que estão residentes na cidade de Indaiatuba/SP.

PRINCIPAIS EMPRESAS
A2 Ferramentaria Eireli ME
AD Tech ar comprimido ME
Anacom Eletrônica LTDA
Baruque Service Equipamentos de Saneamento Eirelli ME
BMA Brasil Equipamentos Industriais LTDA
BS Modelação Indústria e Comércio LTDA
Came do Brasil Ind. Com. Imp. Exp. De Automoção LTDA
Colsol Coletores Solares LTDA
Crescer Comércio de Equipamentos Industriais Eireli ME
CSM Comércio de Instrumentos de Medição LTDA
DCM Automoção Industrial LTDA
Del Hoyo & CIA LTDA
Ecoflow Ventilação Industrial Eireli
Embremaq Power Transmission Que Imp e Exp LTDA EPP
Especifer Indústria e Comércio de Equipamentos LTDA
Exccel Eletro Eletrônicos LTDA
Feic Ferramentaia Indústria e Comércio LTDA
Ferro & Ferro Indústria Mecânica LTDA ME
Fesamac Comercial e Representação LTDA
Gammafer Máquinas e Ferramentas Industriais e Comércio LTDA
Gammatec Ferramentaria Ind E Com LTDA
Gascat Indústria e Comércio LTDA
GC Tolls Ind e Com de Ferramentas LTDA ME
Hammelman Bombas e Sistemas Ind e Comércio LTDA





Hot Kild Ind e Com De Estufas LTDA
Inductotherm Group Brasil LTDA
Indústria Mecânica Visinox LTDA ME
Industrial Brasil Ind Com Imp Exp LTDA
Innomatec Brasil Comércio e Representação LTDA
Jag Tools e Calibrators LTDA
Jhonson Industrial do Brasil LTDA
Kennametal do Brasil LTDA
Kion South America Fabricação de Eq para Armazenagem LTDA
Lemasa Indústria e Comércio de Bombas de Alta Pressão LTDA
Liqui do Brasil Transportadores e Sistemas Industriais LTDA
Lubeka Indústria e Comércio LTDA
MAC Refrigeração Eireli EPP
Machmetals Comercial LTDA
Machsystem Indústria e Com de Máquinas LTDA
Marcio Tavella ME
Maximator South America LTDA
Metaltec Indústria Metalúrgica LTDA
Metalúrgica Ilma S.A
Metasil Sanding Machines & Abrasivos LTDA EPP
Mirusi Usinagem LTDA
Nacional Tecnologia Instrumentos Eq de Dosagem
Nessin Indústria e Comércio de Máquinas LTDA
Nordex Industrial LTDA
Orbinox Brasil Indústria e Comércio LTDA
Padrão Instrumentos de Medição LTDA
Percistron Máquinas e Equipamentos Eireli ME
Pfannenberg do Brasil Industrial e Comércio LTDA
Poli-Solda ME
PW Hidropneumática LTDA
Race Abrasivos Indústria e Comércio
Rafiterras Terraplenagem
Rezinho Usinagem e Ferramentaria LTDA EPP
Rotormax Compressores LTDA
Russer Brasil LTDA
S&S Indaiatuba Montagens e Instalações LTDA
Sathya Maquinarias Eireli
Schwantz Rebolos do Brasil LTDA
Stampmilltech Ferramentaria Ind e Com LTD





Tintomatic Equip Mec LTDA
Torwell Indústria Mecânica LTDA
Trautec Máquinas e Equipamentos ME
Tryanon Ind e Com de Mat e Equipamentos Esportivos LTDA EPP
Unexfort Equipamentos e Soluções Industriais LTDA
Unitcon Artefatos em Metal LTDA
Usinagem Casado LTDA
Varandra Automoção Industrial e Manutenção LTDA EPP
Ventec Ambiental Equipamentos e Instalações LTDA
VWB Ind e Com de Produtos Magnéticos LTDA
Weishaupt do Brasil Indústria e Comércio LTDA
Wolf Equipamentos de Perfuração LTDA
Yanmar South America Indústria de Máquinas LTDA
Zoomlion Brasil Ind e Com Imp Exp Máquinas de Concreto LTDA
Zupa Ferramentaria LTDA
PRODUTOS
Máquinas, equipamentos e ferramentas em geral
Redes de ar comprimido, inspeções em vasos de pressão norma Nr13
Soluções em prototipagem rápida com manutenção local
Fabricação de tanques para limpeza de fossa e bombas de vácuo
Industrialização, fabricação, vendas de software para produção de açúcar
Moldes para fundição em madeira
Equipamentos eletrônicos para controle de acesso
Aquecedor solar
Peças, manutenção e projetos para moldes e sistemas de injeção de plástico
Calibração e manutenção de instrumentos de medição
Fabricação de máquinas e equipamentos para fundição
Usinagem de peças, ferramentaria e fabricação de máquinas especiais
Equipamentos para sistema de ventilação industrial e controle ambiental
Indústria e comércio de máquinas-ferramentas, peças e acessórios, serviços de solda
Desenvolvimento e fabricação de ferramentas e equipamentos especiais
Máquinas, equipamentos e ferramentas automação industrial
Fabricação e ferramentas, dispositivos e máquinas especiais
Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial
Ferramentas e equipamentos para uso geral e automotivo
Fabricação de máquinas-ferramentas, peças e acessórios
Ferramentaria
Indústria, comércio e exportação de válvulas de pressão, filtros, aquecedores para gases
Indústria e comércio de ferramentas intercambiáveis





Fabricação, revenda e serviços relacionados a bomba de alta pressão e Maq Hidrojato
Fabricação de estufas para esterelização de metais
Fabricação de fornos de indução para aquecimento, tratamento térmico fusão e solda
Fabricação de equipamentos e acessórios em inox para indústrias químicas, cosméticas
Fabricante de equipamentos de elevação, pontes rolantes, pórticos rolantes, guindastes
Estanqueidade
Fabricação de ferramentas de estampagem, dispositivos, calibradores e peças seriadas
Venda de equipamentos fitness
Comércio, imp e exp de máquinas, ferramentas e acessórios para corte de precisão
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas
Bombas de alta pressão
Transportadores de cavaco, filtros, esteiras transportadoras
Produção, comercialização e locação de equipamentos de proteção individual (EPI)
Fabricação de geradores de gelo industrial, manutenção reforma de compressores
Fabricação e comércio de acessórios para empilhadeiras e paleteiras
Fabricação, comércio e utilização de máquinas CNC
Locação de máquinas, equipamento e ferramentas para uso doméstico e construção civil
Instalação de máquinas e bancadas de teste, manutenção de máquinas de alta pressão
Fabricação de máquinas para recauchutagem de pneus
Fabricante de equipamentos como vasos de pressão, trocadores de calor, colunas, reatores
Indústria de máquinas especiais, abrasivos e Epis
Serviços de usinagem em geral
Indústria de equipamentos de dosagem e diluidores de produtos para linha de lavanderia,
Produção de máquinas e acessórios profissionais e industriais para acabamentos de metais
Fabricação de máquina e equipamentos industriais, manutenção, reparação e montagem
Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios, manutenção
Fabricação de calibradores e dispositivos de fixação, medição ogivas mecânicas e
Fabricante de máquinas e equipamentos
Venda de itens de climatização de painel, sinalização industrial e manutenção
Caldeiraria, montagem industrial, serviço de calandra e serviços de solda em geral
Fabricação de máquinas e equipamentos e manutenção de eqtos de perfuração de solo
Indústria de abrasivos
Máquinas, equipamentos e ferramentas
Usinagem, manutenção e ferramentaria
Vendas, locações e manutenções em compressores de ar a parafuso
Industrial e médica





Montagens eletromecânica, caldeiraria e serralheria industrial
Fabricação e importação de implementos agrícolas
Ferramentas e máquinas especiais para beneficiamento do vidro
Ferramentaria
Fabricante de equipamentos tintométricos
Fabricante de redutores de velocidade para acionamento de válvulas industriais
Fabricação e comércio de máquinas e ferramentas para indústria metalúrgica
Fabricação e comércio de aparelhos de ginástica ao ar livre e mobiliário urbano
Indústria metalúrgica
Indústria de equipamentos e acessórios para climatização comercial e industrial
Confecção de peças, componentes industriais e manutenção mecânica
Projeto e fabricação de máquinas, dispositivos e equipamentos para automatização
Fornecedora de bens de capital
Fabricante de equipamentos magnéticos em geral
Fabricante de queimadores, painéis elétricos e acessórios
Fabricação de máquinas para perfuração de rocha
Máquinas de construção civil, motores marítimos, motores estacionários, grupos
Fabricação de autobetonadoras, bombas para lançamento de concreto, usinas dosadoras

(CIESP, 2020)

A tabela acima mostra os produtos das empresas residentes na Indústria de Máquinas e Equipamentos.

A estrutura de oferta municipal da Indústria de Máquinas e equipamentos está dividida em bens seriados e bens sob encomenda. O primeiro caso representa em torno de 80% do mercado, são produzidos em longa escala de forma padronizada. Eles são produzidos para os vários segmentos da base econômica, por exemplo, máquinas têxteis, máquinas agrícolas, entre outras. E os bens sob encomenda, que por sua vez representam em torno de 20% do mercado, assumem características muito particular, e são criados para alguns segmentos, por exemplo, caldeiraria, equipamentos ferroviários etc.

O mercado interno responde por maior parte do faturamento da Indústria de máquinas e equipamentos. Convém observar o crescimento muito grande das importações, no período mais recente.



Número de empregos em Indaiatuba (Jan/2020)

Setor	Nº Emp. Formais - até 1º Jan/2020
Construção Civil	5.781
Indústria Metalúrgica	6.340
Indústria Mecânica	5.213
Indústria de Material Elétrico e comunicações	1.371
Indústria de Material de transporte	2.995
Indústria de Alimentos e bebidas	1.889
Serviços de Instituições de crédito, seguros e capitalizações	1.935
Serviços de administrações de imóveis	8.180
Serviços de alojamentos alimentação, reparo e manutenção	11.329
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3.804
Setor Comércio e Varejista	17.151

Fonte: MTE – Ministério Trabalho e Emprego – (2020).: Principais Atividades Econômicas

**Números de Indústria e Serviços, número de estabelecimentos em funcionamento
(jan/2020):**

	2016	2017	2018	2019	2020
Comércio	4.647	4.812	4.902	5.180	5.649
Serviços	7.241	10.117	10.801	11.131	16.160
Indústria	870	862	856	852	932
Construção Civil	112	146	231	378	464

Fonte: (SEADE, 2020)

A atividade econômica mais fortalecida em Indaiatuba, de acordo com o quadro acima, é a atividade de Serviços, seguida pelo Comércio, a Construção Civil e, finalmente, pela Indústria.

Isso aponta para um otimismo nas áreas educacional e econômica, tendo em vista as perspectivas de mais investimentos em infraestrutura e instalações de Indústrias, Comércio e Empresas de Serviços na cidade.

A cidade de Indaiatuba apresenta, segundo o SEAD (2020), uma taxa anual de crescimento maior que a Região Metropolitana de Campinas e maior do que o Estado de



São Paulo. Isso aponta para um otimismo nas áreas educacional e econômica, tendo em vista as perspectivas de mais investimentos em infraestrutura e instalações de Indústrias, Comércios e Empresas de Serviços na cidade.

Indaiatuba possui aproximadamente 260.690 habitantes em 2022, conforme estimativa populacional divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) /Cidades. O estudo aponta um crescimento populacional aproximado de 1,74% em comparação a 2020, quando o município registrava 256.223 habitantes.

Pelo estudo do IBGE, o Brasil atingiu 213,3 milhões de habitantes em 2021 e São Paulo continua como o Estado mais populoso, com 46,6 milhões de habitantes, concentrando 21,9% da população total do país. O município de São Paulo também segue como o mais populoso, com aproximadamente 12,4 milhões de habitantes.

O IBGE informou que os efeitos da pandemia da Covid-19 no efetivo populacional não foram incorporados na projeção, devido à ausência de novos dados de migração, além da necessidade de consolidação dos dados de mortalidade e fecundidade, fundamentais para se compreender a dinâmica demográfica como um todo.

Diferente da projeção da população que é feita todo ano pelo IBGE, o Censo Demográfico é realizado a cada dez anos. Conforme divulgado pelo Instituto, o Censo previsto para ser realizado em 2023 trará uma atualização dos contingentes populacionais e subsidiará as futuras projeções populacionais, fundamentais para compreender as implicações da pandemia sobre a população em curto, médio e longo prazo.

Empreendimento regional

A Prefeitura de Indaiatuba em parceria com o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) lançou a 12ª edição do Catálogo das Indústrias. O objetivo do anuário, disponível em versão impressa e digital, é aproximar e divulgar as empresas com o intuito de promover novos negócios.

O prefeito Nilson Gaspar avaliou a iniciativa como uma excelente forma de estimular a economia local. “Planejamento e parcerias são fundamentais para que Indaiatuba continue prosperando. O catálogo facilita a comunicação entre as empresas e fomenta os negócios. Quem antes buscava insumos e serviços na redondeza pode encontrar recursos aqui. Isso possibilita a geração de emprego, renda e também movimenta a nossa economia de Indaiatuba”, enfatizou.

O Catálogo das Indústrias 2022 conta com 436 empresas cadastradas e parceiras, conveniadas e participantes e 11 parceiras. O anuário é gratuito e a versão impressa pode



ser encontrada no Paço Municipal, na Secretaria de Governo e na sede do Ciesp, na rua Francisco Lanzi Tancler, 361, Distrito Industrial. Para baixar a revista basta clicar no link <https://www.indaiatuba.sp.gov.br/governo/assuntos-industriais/catalogo-das-industrias/>. Ela também pode ser acessada por meio aplicativo “Indústrias Indaiatuba” disponível para Android e via cadastro no iOS.

O secretário de governo de Indaiatuba, Luiz Alberto Cebolinha Pereira, pontuou que Indaiatuba tem um índice muito bom de abertura de novas empresas. “Atualmente (2022) Indaiatuba conta com mais de 960 indústrias, 5.700 comércios e 17 mil estabelecimentos de serviços, atuando em diversos ramos. A cada ano aumentam os números de participantes do Catálogo das Indústrias. A facilidade da versão on-line é outro ponto fundamental para o crescimento da comunicação e de novos negócios entre as empresas locais”.

O anuário de 2022 tem como parceiros: Royal Palm Tower; Kion South America; S.EW. – Euro Drive; Chopp do Alemão; MF Marketing; Elo Forte Consultoria Imobiliária; Laboratórios Sabin; TK Logística; Green House; B. Tech; HI-TEC.

Empresas em Indaiatuba/SP por Porte Empresarial

Tipo	Quantidade	(%)
Microempresa*	29.031	77%
Médio	18.126	48%
Grande	5.702	15%
Pequeno	2.927	8%

*A quantidade referente ao MEI está embutida na quantidade de Microempresas

Fonte: empresaqui.com.br (2022)

Empresas em Indaiatuba/SP por Segmento (CNAE – Atividade Econômica)

Tipo	Cód. CNAE	Qtd	%
Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	8219999	1.877	5%
Promoção de vendas	7319002	1.290	3%
Cabeleireiros manicure e pedicure	9602501	1.288	3%
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	4781400	1.160	3%
Obras de alvenaria	4399103	950	3%
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	8599604	732	2%
Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	8211300	708	2%



Lanchonetes casas de chá de sucos e similares	5611203	640	2%
Instalação e manutenção elétrica	4321500	612	2%
Lojas de variedades exceto lojas de departamentos ou magazines	4713002	601	2%
Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	8599699	575	2%
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	9602502	571	2%
Incorporação de empreendimentos imobiliários	4110700	569	2%
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	5620104	558	1%
Cultivo de uva	0132600	505	1%
Serviços domésticos	9700500	485	1%
Restaurantes e similares	5611201	402	1%
Serviços de pintura de edifícios em geral	4330404	387	1%
Comércio varejista de bebidas	4723700	374	1%
Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal interestadual e internacional	4930202	350	1%
Atividades de consultoria em gestão empresarial exceto consultoria técnica específica	7020400	347	1%

Fonte: empresaqui.com.br (2022)

Ranking das 50 maiores empresas em Indaiatuba/SP

Empresa	Capital (R\$)
LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	R\$ 6.911.200.307,00
NIDEC DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	R\$ 1.272.243.121,00
BANCO JOHN DEERE S.A.	R\$ 886.500.000,00
SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA	R\$ 862.420.875,00
WRVM EMPRESARIAL	R\$ 797.495.000,00
JOHN DEERE BRASIL ESCAVADEIRAS LTDA.	R\$ 472.761.500,00
SINGER	R\$ 356.258.352,00
FERTILAQUA	R\$ 334.397.273,00
TOPAZ PARTICIPACOES S.A.	R\$ 324.786.596,00
KEMIN DO BRASIL LTDA	R\$ 231.023.390,00
BRASTEC TECHNOLOGIES SA	R\$ 205.199.573,00
RIP SERVICOS INDUSTRIAIS	R\$ 178.966.826,00
EMUSA DO BRASIL-INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	R\$ 168.539.983,00
SCHOTT FLAT GLASS DO BRASIL LTDA	R\$ 166.714.769,00
TMD FRICTION DO BRASIL S.A.	R\$ 159.199.977,00





P.T.M. AGRICOLA E PARTICIPACOES LTDA	R\$ 159.077.388,00
PLASTEK DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R\$ 149.224.580,00
PECVAL	R\$ 142.100.000,00
AGUA BOA PARTICIPACOES LTDA	R\$ 120.000.000,00
MIBA BRASIL	R\$ 97.714.900,00
KENAMETAL DO BRASIL LTDA	R\$ 87.222.301,00
TUBERFIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS LTDA	R\$ 85.621.000,00
AGRO AGRICOLA S/A	R\$ 80.606.984,00
ELDOR DO BRASIL COMPONENTES AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R\$ 79.319.182,00
ZOOMLION BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	R\$ 73.788.924,00
MANN+HUMMEL BRASIL LTDA.	R\$ 69.418.841,00
YANMAR	R\$ 68.416.170,00
IRRITEC DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA IRRIGACAO LTDA	R\$ 67.594.498,00
JOHNSON FITNESS	R\$ 63.689.218,00
BS HOLDING S.A.	R\$ 60.066.550,00
MARTINS & MACHADO ADM DE BENS E PARTICIPACOES LTDA	R\$ 59.686.546,00
CBI	R\$ 58.032.300,00
RESIDENCIAL SOLEIL DE BRAGANCA PAULISTA SPE LTDA	R\$ 58.000.000,00
TPZ INFORMATICA LTDA	R\$ 52.478.100,00
LEMASA	R\$ 51.777.052,00
RESERVA LUIZA TOMASELLI	R\$ 50.564.136,00
DEMATIC SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTACAO DE MATERIAIS LTDA	R\$ 50.128.423,00
PALACIOS BRASIL	R\$ 50.000.000,00
METALDYNE COMPONENTES AUTOMOTIVOS DO BRASIL LTDA.	R\$ 49.728.000,00
SONAVOX INDUSTRIA E COMERCIO DE ALTOS FALANTES LTDA.	R\$ 48.985.742,00
AGROFLOR PARTICIPACOES SA	R\$ 47.310.710,00
ULTRADENT DO BRASIL PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.	R\$ 44.948.162,00
SPE SAO MIGUEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$ 41.780.141,00
CANSON	R\$ 41.029.510,00
POLARIS DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE VEICULOS E MOTOCICLETAS LTDA.	R\$ 39.990.071,00
BIOACTIVE BIOMATERIAIS S.A	R\$ 39.372.053,00
FUPRESA S.A.	R\$ 39.028.200,00





PIRQUE SP ADMINISTRADORA LTDA.	R\$ 37.000.500,00
*C.E.L.I ADMINISTRACAO – INDAIATUBA LTDA	R\$ 36.885.429,00

Fonte: empresaqui.com.br (2022)

20 novas empresas abertas recentemente (2023) em Indaiatuba/SP

Empresa e Atividade CNAE	Data de Abertura
AMANDA RODRIGUES TREVIZANO Cursos preparatórios para concursos	11/02/2023
FLORESCER NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	11/02/2023
49.549.534 VANDERSON ARAUJO CORDEIRO Obras de alvenaria	10/02/2023
LIMATRANSESCOLAR Transporte escolar	10/02/2023
49.548.948 ANDREIA DOS PASSOS BEZERRA Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	10/02/2023
JLSANETO ENSINO E TREINAMENTO LTDA Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	10/02/2023
LP NEUROPSICOLOGIA Atividades de psicologia e psicanálise	10/02/2023
49.551.903 IAECO HAYASHI Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças municipal	10/02/2023
COSTA DA SILVA ADMINISTRACAO LTDA Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	10/02/2023
AISSATOU ROUPAS E ASSESSORIOS Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	10/02/2023
MARCELO MARCOS PIMENTA GASPARE E SILVA Confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	10/02/2023
MILENE APARECIDA FERREIRA DA SILVA Confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	10/02/2023
JUANEXPRESS Serviços de entrega rápida	10/02/2023





CONTROL PRINT INFORMATICA LTDA Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	10/02/2023
GRUPTRON PRESTADORA DE SERVICO TECNICO Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	10/02/2023
MARGO Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	10/02/2023
49.554.464 JEAN CARLOS DE SOUZA FERNANDES Cabeleireiros manicure e pedicure	10/02/2023
49.558.591 JULIANA MENDONCA DA MATTA DE LIMA Comércio varejista de bebidas	10/02/2023
SALGADOS DA TERRA Padaria e confeitaria com predominância de revenda	10/02/2023
LUBASI Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	10/02/2023

Fonte: empresaqui.com.br (2023)

► Ecosistema tecnológico

Entendendo Ecosistema Tecnológico como um conjunto de organizações e instituições que desenvolvem ou necessitam de outras para desenvolverem tecnologias aplicadas ao mundo do trabalho, a Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba pode ser considerada inserida neste ecossistema local e regional por manter relações acadêmicas com grandes empresas no sentido de oferecer não só mão de obra para o trabalho, mas também atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares para auxiliar essas empresas em seu cotidiano.

Relação dessas Empresas

LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA
NIDEC DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
JOHN DEERE S.A.
SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA
WRVM EMPRESARIAL
JOHN DEERE BRASIL ESCAVADEIRAS LTDA.
SINGER S/A





GENERAL MOTORS
TOPAZ PARTICIPACOES S.A.
KEMIN DO BRASIL LTDA
BRASTEC TECHNOLOGIES SA
KION
EMUSA DO BRASIL-INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
SCHOTT FLAT GLASS DO BRASIL LTDA
TMD FRICTION DO BRASIL S.A.

(Fonte: Cadastro interno de grandes empresas – FATEC Indaiatuba, 2022)

Além disso há organizações representativas do polo empresarial de Indaiatuba, para as quais a Fatec Indaiatuba também auxilia academicamente no desenvolvimento de projetos em tecnologias. São elas:

ASSOCIAÇÕES
CIESP
SUBSEDE SEBRAE INDAIATUBA;
AMPEI – Associação das Micro e Pequenas Empresas de Indaiatuba;
ACOI – ASSOCIAÇÃO DAS CONFECÇÕES DE INDAITUBA;
DIMPE: Distrito industrial de Micro e Pequenas Empresas.
ACIAI – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Indaiatuba

(Fonte: Cadastro interno de organizações parceiras – FATEC Indaiatuba, 2022)

Evolução da demanda por profissionais com formação tecnológica – necessidades setoriais

Índice Empregabilidade dos alunos em cursos da Fatec Dr. Archimedes Lammoglia:

Ano: 2019

Cursos Superiores de Tecnologia: % de Alunos empregados (2019)
Análise e Desenvolvimento de Sistemas – 86,7%
Comércio Exterior – 74,3%
Gestão Empresarial – 91,7%
Gestão de Serviços – 68,1%
Logística Aeroportuária – 57,6%
Redes de Computadores – 55,2%
Taxa Empregabilidade dos alunos da Instituição 72,2%

Fonte: Pesquisa realizada pela Instituição entre alunos em curso (2019)





Índice Empregabilidade dos alunos em cursos da Fatec Dr. Archimedes Lammoglia:

Ano: 2020

Cursos Superiores de Tecnologia: % de Alunos empregados (2020)
Análise e Desenvolvimento de Sistemas – 80,8%
Comércio Exterior – 70,3%
Gestão Empresarial e EaD – 90,7%
Gestão de Serviços – 65,8%
Logística Aeroportuária – 57,2%
Redes de Computadores – 52,4%
Taxa Empregabilidade dos alunos da Instituição – 69,5%

Fonte: Pesquisa realizada pela Instituição entre alunos em curso (2019)

Índice Empregabilidade dos alunos em cursos da Fatec Dr. Archimedes Lammoglia:

Ano: 2021

Cursos Superiores de Tecnologia: % de Alunos empregados (2021)
Análise e Desenvolvimento de Sistemas – 86,8%
Comércio Exterior – 74,3%
Gestão Empresarial e EaD – 89,7%
Gestão de Serviços – 68,1%
Logística Aeroportuária – 57,1%
Redes de Computadores – 55,2%
Taxa Empregabilidade dos alunos da Instituição 71,9%

Fonte: Pesquisa realizada pela Instituição entre alunos em curso (2021)

Índice Empregabilidade dos alunos em cursos da Fatec Dr. Archimedes Lammoglia:

Ano: 2022

Cursos Superiores de Tecnologia: % de Alunos empregados (2022)
Análise e Desenvolvimento de Sistemas – 82,1%
Comércio Exterior – 80,1%
Gestão Empresarial e EaD – 75%
Gestão de Serviços – 68,3%
Logística Aeroportuária – 59,3%
Redes de Computadores – 64,2%
Taxa Empregabilidade dos alunos da Instituição 71,5%

Fonte: Pesquisa realizada pela Instituição entre alunos em curso (2022)





O Eixo de Tecnologia da Informação:

Segundo uma pesquisa realizada pelo Código Fonte, os cargos de programação mais bem pagos são, em ordem de maior remuneração:

FUNÇÕES
DevOps
Mobile
Back-End
Full Stack
Front-End

Fugindo um pouco do nicho de desenvolvimento web, os microssetores mais bem remunerados da área de TI são:

FUNÇÕES
Consultor de Sistemas
DBAs
Processadores de Dados
Administrador de Redes
Segurança da Informação
Infraestrutura e Redes
Desenvolvimento web e
Qualidade de software

O Eixo de Administração e Negócios:

Segundo pesquisa realizada pelo Código Fonte, os cargos de gestão mais bem pagos são, em ordem de maior remuneração::

FUNÇÕES
Analista de Logística
Gerente de Compras
Coordenador de Comércio Exterior
Coordenador de Planejamento e Controle de Produção
Gerente de Planejamento e Serviços





Diretor de Supply Chain
Marketing: supervisão, planejamento e direção de estratégias
Financeiro: gestão de bens e cumprimento de metas
Especialista em e-commerce: gestão de vendas online
Recursos humanos: supervisão de relações
Gerente de talentos: captação especializada de funcionários
Auditoria
Consultoria
Planejamento estratégico
Assistente comercial
Analista contábil
Gerente de loja





19. Anexo B – Cronogramas de evolução (capítulo 6)

► Ensino, Extensão e Pesquisa (tabela 1)

Curso Superior de Tecnologia	Ano de implantação	Quantidade de alunos						Obs.
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2014	447	404	480	480	480	480	
Comércio Exterior	2010	457	423	480	480	480	480	
Gestão Empresarial (noite)	2006	426	441	480	480	480	480	
Gestão Empresarial (tarde)	2006	329	323	480	480	480	480	
Gestão Empresarial (EAD)	2017	149	225	80	80	80	80	
Gestão de Serviços	2013	289	272	480	480	480	480	
Logística Aeroportuária	2010	318	326	480	480	480	480	
Redes de Computadores	2010	283	313	480	480	480	480	

► Extensão (tabela 2)

Programa de Extensão	Ano de implantação	Quantidade de alunos						Obs.
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Núcleo de Estudos da Linguagem das FATECs (NELF)	2006	105	0	120	120	120	120	
Núcleo de Computação (NECOM)	2014	0	424	-	-	-	-	
Núcleo de Serviços em Agronegócio (NEAs)	2013	0	0	2	2	2	2	
Núcleo de Logística Empresarial e Aeroportuária (LOGISLAB)	2010	0	300	300	340	340	340	





▶ Pós-graduação (tabela 3)

Curso de Pós-graduação Lato Sensu	Ano de implantação	Quantidade de alunos						Obs.
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Gestão de Projetos e Processos Organizacionais	2023	-	-	30	33	36	40	O nome do curso poderá sofrer alteração

▶ Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica (tabela 4)

Projeto de IC/IT (Iniciação Científica/ Tecnológica)	Ano de implantação	Quantidade de alunos						Obs.
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (IDTI)	2010	9	9	9	9	12	12	De 2023 a 2026 são apenas projeções dos números de Bolsas

▶ Linhas e dos Projetos de Pesquisa (tabela 5)

Linha de Pesquisa / Projeto de Pesquisa Tecnológica	Ano de implantação	Quantidade de alunos						Obs.
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	





20. Anexo C – Organização didático-pedagógica (capítulo 7)

- Quadro organizacional de cursos, vagas e recursos, oferecidos pela Unidade de Ensino

Curso Superior de Tecnologia	Eixo	Turno*	Vagas por semestre	Mod**	Recursos Tecnológicos (Laboratórios)
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação	N	40	P	Laboratórios de informática
Comércio Exterior	Gestão e Negócios	N	40	P	Laboratórios de informática
Gestão Empresarial (noite)	Gestão e Negócios	N	40	P	Laboratórios de informática
Gestão Empresarial (tarde)	Gestão e Negócios	V	40	P	Laboratórios de informática
Gestão Empresarial (EAD)	Gestão e Negócios	escolher	40	D	Laboratórios de informática
Gestão de Serviços	Gestão e Negócios	M	40	P	Laboratórios de informática
Logística Aeroportuária	Gestão e Negócios	M	40	P	Laboratórios de informática e laboratório portuário
Redes de Computadores	Informação e Comunicação	M	40	P	Laboratórios de informática

*Turno: M (matutino), V (vespertino), N (noturno), MN (primeiros semestres matutinos e últimos semestres noturnos), VN (primeiros semestres vespertinos e últimos semestres noturnos) e I (integral)

** Mod = Modalidade: D (Ensino à Distância), H (Híbrido) ou P (Presencial).





21. Anexo D – Corpo docente (capítulo 9.1)

► Detalhamento do corpo docente da Unidade de Ensino.

	Nome	Matrícula	Cód. UE sede	Titulação*	Referência	Experiência Profissional		Currículo Lattes (URL)
						Docência (anos)	Não docência (anos)	
1	Ailton Bueno Scorsoline	72601	105	D	I	30	28	http://lattes.cnpq.br/8502462718111666
2	Aldo Nascimento Pontes	26451	105	D	III	23	-	http://lattes.cnpq.br/0353109973808848
3	Alex Rodrigo Moises Costa Wanderley	71567	105	M	I	18	13	http://lattes.cnpq.br/1982412705530096
4	Alexandre Serrano	47972	105	M	II	13	32	http://lattes.cnpq.br/9495870051931144
5	André Luiz Silva	43634	105	M	II	23	30	http://lattes.cnpq.br/2728453649498432
6	André Meschiatti Nogueira	51404	105	E	II	20	37	http://lattes.cnpq.br/1559953855335477
7	Barbara Regina Lopes Costa	72475	286	D	I	21	28	http://lattes.cnpq.br/6248798770533216
8	Benedito Carlos Florêncio Silva	55170	105	M	II	13	31	http://lattes.cnpq.br/9278354263884665
9	Bernardino de Jesus Sanches	71522	105	M	I	22	-	http://lattes.cnpq.br/5591123811201120
10	Carlos Alberto Bucheroni	55171	105	M	II	20	37	http://lattes.cnpq.br/1414034894963055
11	Carlos Antonio Fragoso	38468	105	M	II	34	8	http://lattes.cnpq.br/8785113731294263
12	Carlos Henrique Dias	44857	003	M	II	18	4	http://lattes.cnpq.br/4854451566215697
13	Claudinei Portilho Matheus	73165	105	M	I	10	35	http://lattes.cnpq.br/3557876359468174
14	Cláudio Roberto Leandro	12065	105	D	III	19	12	http://lattes.cnpq.br/5094539125171462
15	Danilo Sergio Sorroce	12002	286	D	III	30	20	http://lattes.cnpq.br/7505782332310345
16	Edson Luiz Pereira	51409	105	M	II	15	36	http://lattes.cnpq.br/5307960676356168
17	Elenir Almeida Silva	43639	105	M	II	33	-	http://lattes.cnpq.br/9980278059300482
18	Elisiane Sartori Menezes Garcia	34416	105	D	III	27	7	http://lattes.cnpq.br/2155077441693248
19	Eugênio Tadeu Bertagnoli	408	105	E	III	25	30	http://lattes.cnpq.br/0795191644164515
20	Felipe do Espirito Santo	65627	022	M	I	12	16	http://lattes.cnpq.br/4237600859185295
21	Francisco Carlos Benedetti	23659	105	M	III	32	3	http://lattes.cnpq.br/9692368646637744





	Nome	Matrícula	Cód. UE sede	Titulação*	Referência	Experiência Profissional		Currículo Lattes (URL)
						Docência (anos)	Não docência (anos)	
22	Helder Pestana	69935	105	E	I	15	25	http://lattes.cnpq.br/9776694660233664
23	Ivanete Bellucci Pires de Almeida	9324	105	D	III	20	7	http://lattes.cnpq.br/0943761899732026
24	João Cantarelli Junior	17274	105	E	II	16	25	http://lattes.cnpq.br/2813813370592606
25	João Manoel de Campos	276	105	M	III	28	-	http://lattes.cnpq.br/2011450332491227
26	Jones Artur Gonçalves	55191	105	M	I	13	23	http://lattes.cnpq.br/7748268033898403
27	Jorge Luiz Antonio	73167	105	D	I	25	29	http://lattes.cnpq.br/1207033707524065
28	José Augusto Dias Mome	73463	105	E	I	01	23	http://lattes.cnpq.br/4761157712155725
29	José Estanislau Sigrist	47979	105	E	I	11	8	http://lattes.cnpq.br/5174541193368311
30	José Luiz Marques	26444	105	M	III	30	10,5	http://lattes.cnpq.br/9664584402646646
31	José Renato de Siqueira Lopes	47975	105	E	I	33	38	http://lattes.cnpq.br/7496403483928106
32	José William Pinto Gomes	47975	105	E	I	20	35	http://lattes.cnpq.br/3826357191278505
33	Juliana Silva Watanabe	45675	105	M	II	11	5	http://lattes.cnpq.br/5471328392680006
34	Laerte Zotte Junior	55174	105	M	II	35	43	http://lattes.cnpq.br/1038144300770154
35	Lilian Simão Oliveira	46484	105	M	I	12	5	http://lattes.cnpq.br/6088092681106263
36	Lincon Moreira Peretto	45119	105	E	I	17	19	http://lattes.cnpq.br/0994111142280844
37	Luciana de Carvalho	45192	105	M	II	20	-	http://lattes.cnpq.br/2612456090240650
38	Luiz Fernando Fontana Rodrigues Moledo	71607	178	E	I	6	10	http://lattes.cnpq.br/5813012124046087
39	Magali Barçante	18880	105	D	III	45	-	http://lattes.cnpq.br/1338327810450472
40	Marcelo Carvalho Costa	51411	105	E	II	14	12	http://lattes.cnpq.br/8284804355296547
41	Marcio Rogerio Santos Ferraz	71569	105	E	II	19	-	http://lattes.cnpq.br/2826720564655938
42	Maria das Graças J. M. Tomazela	30066	003	D	II	34	-	http://lattes.cnpq.br/9809874053943708
43	Maria Eliana Gomes Cardim de Queiroz Guimarães	32475	178	M	II	23	15	http://lattes.cnpq.br/2514998032875708
44	Maria Janaina da Silva Ferreira	63855	276	M	I	9	12	http://lattes.cnpq.br/5089569392136404
45	Maria Margarida Massignan de Almeida	26589	178	M	II	26	-	http://lattes.cnpq.br/5413629524400438





	Nome	Matrícula	Cód. UE sede	Titulação*	Referência	Experiência Profissional		Currículo Lattes (URL)
						Docência (anos)	Não docência (anos)	
46	Mariana do Campo Souza Vieira	73890	105	E	I	12	11	http://lattes.cnpq.br/3405088428243652
47	Michel Moron Munhoz	45129	105	M	II	16	23	http://lattes.cnpq.br/6591405092105876
48	Osmar Alves Teixeira	55185	105	E	I	14	25	http://lattes.cnpq.br/0181374045026276
49	Paulo Roberto Nunes Fortaleza	45188	114	M	II	16	49	http://lattes.cnpq.br/2774418956290420
50	Rafaeli Cardozo Modolo Begalli	55190	105	E	I	13	2	http://lattes.cnpq.br/7050306328725873
51	Raquel Valentim da Cunha	72967	276	E	I	8	20	http://lattes.cnpq.br/0558861458982711
52	Reinaldo Toso Junior	11224	105	M	II	20	19	http://lattes.cnpq.br/7474365492502365
53	Renata Pierri Lucietto Rossetto	47977	105	E	I	12	26	http://lattes.cnpq.br/4920611458005320
54	Renato Labbate	71095	290	M	I	20	37	http://lattes.cnpq.br/8101743629148602
55	Ricardo Sérgio Neiva Nóbrega	23660	105	E	II	15	32	http://lattes.cnpq.br/8711017439643666
56	Rita Maria Cunha Leite Coentro	47974	105	M	I	12	36	http://lattes.cnpq.br/8375046566983934
57	Rogério Antonio Alves	57335	105	M	II	20	04	http://lattes.cnpq.br/8004145038974663
58	Rogério Rodolfo Baptista	70167	286	M	I	20	15	http://lattes.cnpq.br/8004742908409128
59	Rosana Helena Nunes	43597	105	D	III	21	35	http://lattes.cnpq.br/4301787941949295
60	Sandro Pinheiro de Assis Cosso	73472	276	M	I	1	15	http://lattes.cnpq.br/2170908513667906
61	Sandro Roberto da Silva Calabrezi	20790	105	M	II	17	15	http://lattes.cnpq.br/5189685645130186
62	Sandro Roberto da Silva Calabrezi	45668	105	M	II	17	15	http://lattes.cnpq.br/5189685645130186
63	Sérgio Donisete Clauss	21856	105	M	II	21	-	http://lattes.cnpq.br/5107172855411755
64	Sérgio Furgeri	18960	105	D	III	24	30	http://lattes.cnpq.br/1451560635433422
65	Sérgio Gustavo Medina Pereira	72247	004	D	I	23	26	http://lattes.cnpq.br/2227550014469250
66	Sérgio Scuotto	56433	113	M	II	19	38	http://lattes.cnpq.br/8235138487366729
67	Simone Mendes da Silva	71568	105	M	I	10	-	http://lattes.cnpq.br/8805678197318111
68	Simone Tiemi Taketa Bicalho	46487	105	D	III	23	1	http://lattes.cnpq.br/2853061653809684
69	Talita Annunziato Rodrigues	55182	105	D	II	11	-	http://lattes.cnpq.br/0331742856874776





	Nome	Matrícula	Cód. UE sede	Titulação*	Referência	Experiência Profissional		Currículo Lattes (URL)
						Docência (anos)	Não docência (anos)	
70	Tamires Freire Silva	70125	294	M	I	15	-	http://lattes.cnpq.br/9528442260206428
71	ValdINETTE Doria	71394	105	E	I	13	15	http://lattes.cnpq.br/8587045917577788
72	Valeria Scomparim	71393	105	D	I	35,5	0,5	http://lattes.cnpq.br/6477861638641856
73	Valter Castelhana de Oliveira	38608	105	D	III	37	37	http://lattes.cnpq.br/4937511848707240
74	Vera Márcia Gabaldi	34417	105	M	II	21	17	http://lattes.cnpq.br/0321050883988421
75	Vilma Maria de Lima	43636	105	M	II	33	11	http://lattes.cnpq.br/2292948801925944
76	Virgílio Itauti Panzetti	23661	105	M	II	19	25	http://lattes.cnpq.br/0649290143941534
77	Viviane Di Battisti	18962	105	M	II	23	-	http://lattes.cnpq.br/3156357915612736
78	Wellington Roque	51415	105	D	III	12	17	http://lattes.cnpq.br/9425129190346243
79	Wilson José de Oliveira	18192	105	M	II	20	17	http://lattes.cnpq.br/8599233581272497
80	Wilton Sturm	17684	178	M	II	23	1,5	http://lattes.cnpq.br/5115044229524172
81	Wyllys Carlos Giusti	55192	105	D	I	31	34	http://lattes.cnpq.br/7977109488535225
82	Yara Brito Brasileiro	19968	105	M	III	25	-	http://lattes.cnpq.br/5122784216417734
83	Zenaide Moschim	43348	290	M	II	15	9	http://lattes.cnpq.br/2189344499213658

* Titulação: D (Doutor), M (Mestre), E (Especialista)





22. Anexo E – Infraestrutura / Instalações acadêmicas (capítulo 13)

Infraestrutura

	Qde	Laboratórios ou Ambientes	Localização	Especificações (capacidade, etc)
1	10	Laboratório de Informática Básica	Na unidade	03 laboratórios com capacidade para 30 pessoas; 01 para 24; 02 para 20; 02 para 18; e 01 para 16.
2	01	Laboratório Portuário	Na unidade	Capacidade para 30 pessoas.
3	01	Laboratório de IOT	Na unidade	Capacidade para 06 pessoas.
4	01	Biblioteca	Na unidade	Capacidade para 45 pessoas.
5	02	Sala de Integração Criativa/ Espaço Maker	Na unidade	Capacidade para 40 pessoas (cada ambiente).
6	03	Auditório	Na unidade	02 auditórios com capacidade para 65 pessoas (cada) e 01 auditório com capacidade para 196 pessoas.

► **Espaços físicos e ambientes de ensino – Detalhamento dos Recursos Disponíveis e Operacionais**

Tipo do laboratório ou ambiente	CSTs que utilizam o ambiente	Localização
Laboratório de Informática Básica	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Na unidade
Detalhamento		
Laboratório 1		
Recurso	Quantidade	
Mesas para computadores	19	
Cadeiras	19	
Notebook	19	
Condicionadores de ar	02	
Camêra de segurança	01	
Televisor	01	
Conjunto caixa de som	01	
Rede de lógica	01	





Tipo do laboratório ou ambiente Laboratório Portuário	CSTs que utilizam o ambiente Logística Aeroportuária Gestão Empresarial Gestão de Serviços Comércio Exterior	Localização Na unidade
Detalhamento Laboratório 2		
Recurso		Quantidade
Conjunto de maquetes		01
Câmera de segurança		01
Condicionadores de ar		02
Rede de lógica		01

Tipo do laboratório ou ambiente Laboratório de Informática Básica	CSTs que utilizam o ambiente Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Localização Na unidade
Detalhamento Laboratório 3		
Recurso		Quantidade
Mesa para computador		19
Cadeiras		19
Computadores com monitores, desktop		19
Condicionadores de ar		02
Câmera de segurança		01
Televisor		01
Conjunto caixa de som		01
Rede de lógica		01
Quadro branco		01

Tipo do laboratório ou ambiente Laboratório de Informática Básica	CSTs que utilizam o ambiente Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Localização Na unidade
Detalhamento Laboratório 4		
Recurso		Quantidade
Mesa para computador		19
Cadeiras		19
Computadores com monitores, desktop		19
Condicionadores de ar		02
Câmera de segurança		01
Televisor		01
Conjunto caixa de som		01





Rede de lógica	01
Quadro branco	01

Tipo do laboratório ou ambiente	CSTs que utilizam o ambiente	Localização
Laboratório de Informática Básica	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Na unidade
Detalhamento Laboratório 5		
Recurso		Quantidade
Mesa para computador		19
Cadeiras		19
Notebook		19
Condicionadores de ar		02
Câmara de segurança		01
Televisor		01
Conjunto caixa de som		01
Rede de lógica		01
Quadro branco		01

Tipo do laboratório ou ambiente	CSTs que utilizam o ambiente	Localização
Laboratório de Informática Básica	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Na unidade
Detalhamento Laboratório 6		
Recurso		Quantidade
Mesa para computador com 02 lugares		12
Cadeiras		25
Notebook		20
Condicionadores de ar		02
Câmara de segurança		01
Televisor		01
Conjunto caixa de som		01
Rede de lógica		01
Quadro branco		01
Quadro de aviso		01
Estabilizador		01
Armário para escritório		01
Mesa para professor		01





Tipo do laboratório ou ambiente Laboratório de Informática Básica	CSTs que utilizam o ambiente Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Localização Na unidade
Detalhamento Laboratório 7		
Recurso		Quantidade
Mesa para computador		21
Cadeiras		21
Computadores com monitores, desktop		21
Condicionadores de ar		02
Câmera de segurança		01
Televisor		01
Conjunto caixa de som		01
Rede de lógica		01
Quadro branco		01

Tipo do laboratório ou ambiente Laboratório de Informática Básica	CSTs que utilizam o ambiente Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Localização Na unidade
Detalhamento Laboratório 8		
Recurso		Quantidade
Mesa para computador		17
Cadeiras		17
Computadores com monitores, desktop		17
Condicionadores de ar		02
Câmera de segurança		01
Televisor		01
Conjunto caixa de som		01
Rede de lógica		01
Quadro branco		01





Tipo do laboratório ou ambiente Biblioteca	CSTs que utilizam o ambiente Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Localização Na unidade
Detalhamento Biblioteca		
Recurso	Quantidade	
Computador com monitor, desktop	18	
Estabilizador de informática	09	
Mesa para computador	07	
Cadeiras	9	
Estantes para livros	27	
Carrinho para livros	01	
Condicionador de ar	02	
Mesa para escritório	01	
Conjunto mesas redondas com 04 cadeiras	04	
Armários guarda volume com 20 vãos	02	
Ventilador de parede	02	
Conjunto carteira e cadeira de estudante	12	
Câmera de segurança	01	
Armário torre	01	

Tipo do laboratório ou ambiente Sala de Integração Criativa/ Espaço Maker	CSTs que utilizam o ambiente Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Localização Na unidade
Detalhamento Sala Maker*		
Recurso*	Quantidade	
Cavalete flip chart	01	
Painéis para ferramenta	02	
Tapete	01	
Notebook	15	
Lousa de vidro	02	
Kit arduino	01	
Impressora 3D	01	
Televisor	02	
Cadeira fixa com rodízio – amarela	08	
Cadeira fixa empilhável – verde claro	04	
Cadeira fixa empilhável – verde escuro	04	
Cadeira fixa empilhável – laranja	08	
Armário para carregamento de notebooks	01	
Mesa trapezoidal	05	
Mesa de reunião	02	
Mesa redonda	04	
Mesa retangular	04	





Estante	01
Armário baixo	01
Mesa regulável	01
Caixa de som	01
Conjunto arquibancada	01
*O ambiente e os recursos listados passarão a ser utilizados quando os demais recursos, que compõem o espaço maker, forem destinados à Unidade de Ensino (em processo de aquisição).	

Tipo do laboratório ou ambiente	CSTs que utilizam o ambiente	Localização
Sala de Integração Criativa/ Espaço Maker	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	Na unidade
Detalhamento Global room (Laboratório 10)		
Recurso		Quantidade
Mesas redondas		09
Cadeiras		40
Quadro branco		01
Televisor		02
Notebook		20
Desktop		01
Tapete		01
Conjunto caixa de som		01
Condicionador de ar		01
Câmera de segurança		01
Rede de lógica		01
Mesa retangular		02
Estante		02

Tipo do laboratório ou ambiente	CSTs que utilizam o ambiente	Localização
Laboratório de IOT	Redes de Computadores	Na unidade
Detalhamento Laboratório 9		
Recurso		Quantidade
Kit arduino		01
Kit raspberry		01
Mesas de escritório em L		04
Mesas para computador		03
Gaveteiro		01
Cadeiras		08
Computadores com monitores, desktop		05
Armários gaveteiros		02
Impressora 3D		01
Notebook		04





Tipo do laboratório ou ambiente Auditório	CSTs que utilizam o ambiente	Localização Na unidade
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	
Detalhamento Principal		
Recurso		Quantidade
Computador com monitor, desktop		01
Caixa de som		01
Projektor multimídia		02
Câmera de segurança		01
Condicionador de ar		04
Mesa para tribuna com 04 cadeiras		01
Púlpito		01
Poltronas		196

Tipo do laboratório ou ambiente Auditório	CSTs que utilizam o ambiente	Localização Na unidade
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	
Detalhamento Miniauditório I		
Recurso		Quantidade
Tela de projeção		01
Projektor multimídia		01
Sistema de som		01
Condicionador de ar		02
Computador com monitor, desktop		01

Tipo do laboratório ou ambiente Auditório	CSTs que utilizam o ambiente	Localização Na unidade
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Comércio Exterior Gestão Empresarial Gestão de Serviços Logística Aeroportuária Redes de Computadores	
Detalhamento Miniauditório II		
Recurso		Quantidade
Computador com monitor, desktop		01
Sistemas de som		01
Condicionador de ar		02





▶ **Infraestrutura – Inovação Tecnológica / Parcerias com o Ecossistema Tecnológico**

A Fatec Indaiatuba não desenvolve parcerias com as empresas. O que desenvolve com elas são serviços acadêmicos como minicursos, oficinas, palestras, eventos, visitas técnicas, mesas–redondas, encontros, congressos. Esses eventos são abertos ao público em geral, ou seja, para todas as empresas e interessados.

A infraestrutura utilizada para o oferecimento/troca desses serviços são:

INFRAESTRUTURA	
1 SALA GLOBAL ROOM – Sala com 20 notebooks e 2 TVs 50° para desenvolvimento de projetos colaborativos internacionais e projetos interdisciplinares dos CST da Unidade	
10 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA – Sala com 20 ou 30 computadores com <i>softwares</i> específicos instalados	
2 MINIAUDITÓRIOS para realização de minicursos e oficinas	
1 SALA MAKER – pré–montada para atender aos CST da Unidade de Ensino	
2 MINIAUDITÓRIOS para realização de minicursos e oficinas	
1 AUDITORIO CENTRAL para eventos mais complexos.	

Biblioteca

▶ **I – Acervo bibliográfico**

Tipo	Quantidade
Livros *	3568
Periódicos acadêmicos e científicos *	130
Bases de dados *	01
Recursos multimídia *	130

* O detalhamento encontra–se no Anexo F – Informações Complementares

▶ **II – Formas de atualização e expansão**

O processo de atualização e de expansão do acervo bibliográfico da Fatec Indaiatuba é realizado pela Coordenadoria do Ensino Superior e de Graduação – CESU/CPS, considerando as atualizações do PPC de cada curso.

▶ **III – Espaço físico**





Ambiente	Área (m ²)	Quantidade deste tipo de ambiente	Capacidade ou número de postos	Projeção de melhoramento / ampliação
Acervo bibliográfico		01	5278	Não se aplica
Atendimento presencial		01	04	-
Estudo em equipe		04	04	-
Estudo individual		02	02	-
Salas para reuniões		-	-	-
Consulta online/digital		-	1	-

▶ IV – Funcionamento – Dias da semana e horários

Dia da semana	Manhã	Intervalo	Tarde	Intervalo	Noite
Segunda feira	07h30mim	-	-	-	21h45
Terça feira	07h30mim	-	-	-	21h45
Quarta feira	07h30mim	-	-	-	21h45
Quinta feira	07h30mim	-	-	-	21h45
Sexta feira	07h30mim	-	-	-	21h45
Sábado	07h30mim	-	-	-	21h45





23. Anexo F – Informações Complementares

Informações Complementares – Especificidades da Unidade de Ensino – Fatec Indaiatuba Dr. Archimedes Lammoglia.

O Modelo de Gestão Participativa: De maneira geral, o mercado tem apresentado, nos últimos anos, uma dinâmica de instabilidade muito grande no que diz respeito à empregabilidade, às condições de empregabilidade e ao desemprego estrutural. Embora a Região Metropolitana de Campinas tenha se destacado como uma das principais e mais desenvolvidas no Brasil, no que diz respeito ao crescimento e concentração de negócios (ABDI–2021), essa situação de instabilidade não é diferente. No atual momento histórico e diante dessas instabilidades que acabam por definir a (re) organização da área de negócios no que concerne às novas dinâmicas da Economia, às reestruturações do setor produtivo e, principalmente, às exigências de novas habilidades e competências para a formação do tecnólogo, a Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba, Dr. Archimedes Lammoglia, a partir deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2022–2026) deve compreender e colocar em prática as seguintes proposições:

a- Tecnologias da Informação e da Comunicação, por seus impactos na quebra de paradigmas educacionais e organizacionais têm uma grande importância para se (re)pensar sobre as habilidades e competências técnicas e transversais exigidas hoje do profissional tecnólogo no mercado, sobre o apagamento de diversas profissões e do surgimento de novas.

b- O tecnólogo não deve ser visto apenas como um executor de trabalhos operacionais, mas também como um profissional que deva conhecer, analisar e fazer parte da inteligência das empresas e do mercado, no sentido de atuar também em decisões e em operações tácitas que contribuam para o aumento da produtividade.

c- Não basta que esse profissional busque apenas pela qualificação para se inserir ou se manter no mercado de trabalho. É preciso que a Instituição ofereça condições acadêmicas e técnicas para que ele encontre no Empreendedorismo a proposição de modelos e formas de negócios viáveis e inovadores.

d- O ensino, pesquisa, a extensão e a internacionalização devem conduzir os processos educacionais tecnológicos no sentido de alavancarem estudos, discussões e





promoção de relações multidisciplinares tanto no interior da Instituição como também na relações com as empresas locais e regionais.

e– A Gestão da faculdade deve estimular, divulgar e concretizar a participação de seus agentes internos e externos no sentido de conscientizar para uma gestão de processos fluída e mutável, dada a instabilidade atual para o desenvolvimento econômico. Para Santos et al. (2001), para a continuidade da Gestão Participativa, é necessário harmonizar três aspectos:

Os Sistemas: (acadêmicos, administrativos, operacionais, recursos humanos, e finanças, entre outros). Se houver conflitos de estilos diferentes de gestão entre esses sistemas, é difícil implantar a gestão participativa.

As Condições Organizacionais: é preciso flexibilizar a estrutura organizacional, (com menor número de níveis hierárquicos e normas mais adaptáveis;).

Os Comportamentos Gerenciais: Os gerentes serão os principais mobilizadores das pessoas para o processo participativo, o bom relacionamento de chefia com subordinados é o principal ponto da relação participativa. Para que a Gestão Participativa se desenvolva por meio dessas três direções, a Instituição deve organizar, além de sua Congregação, sua Câmara de Ensino e/ou Colegiado de maneira que possa atender aos anseios e às necessidades dos sistemas envolvidos no interior dela e na relação desses sistemas com a sociedade da qual faz parte. Em consonância com o NDE – Núcleo Docente Estruturante– a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) ou o Colegiado ou Congregação poderão debater seus projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Internacionalização com esses demais sistemas e a eles atribuírem o direito à fala e à participação efetiva nesses rumos

A Fatec Indaiatuba mantém boas relações com o poder público municipal. As autoridades municipais são sempre muito solícitas à Unidade e procuram participar dos eventos oficiais e extraoficiais oferecidos para os públicos interno e externo.

Além disso mantém também relações ativas com as instituições e órgãos de classe existentes na cidade.

Atualmente a Unidade de Ensino não apresenta mais condições de crescimento geográfico, segundo análise do Engenheiro responsável pela Regional 3 das Fatecs do CEETEPS.

Assim, recebeu em doação da Prefeitura Municipal de Indaiatuba **um terreno de 13.958m² no Distrito Industrial para a construção do Campus II**. O processo sob o número 7711/2020 foi encaminhado diretamente ao Gabinete da Superintendência do Centro Paula Souza para análise. O processo continua em análise e aguardando decisões superiores.





Referências bibliográficas e construtivas (específicas das informações da UE)

- 1– ABRAFI – A internacionalização do ensino superior explicada em 6 tópicos. In Revista Ensino Superior, Dez/2020, disponível em:
- 2– ARAUJO. A.M; DEMAI. F.M. Currículo Escolar em Laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica. SP: Centro Paula Souza, 2019.
- 3– CESU – Coordenadoria do Ensino Superior – CEETEPS. Plano de Metas, 2022.
- 4– CHIAVENATTO, I. Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- 5– FAZENDA. I. (org.) Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e intervir. SP: Cortez., 2014.
- 6– FRANCO MARTINS. V. L. Assertividade na Comunicação da Empresa com o Mercado. SP: Contexto. 2004.
- 7– GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Conselho Deliberativo, Deliberação CEETEPS 31, de 27-09-2016, republicada em 17/01/2017, que aprova o Regimento das Faculdades de Tecnologia– FATECs – do CEETEPS.
- 8– LUKE. H. Gestão Participativa na Escola. SP: Contexto, 2010.
- 9– MARQUES J.L & POMPEU. S.C. – Avaliação da Educação Superior: uma experiência com o modelo emancipatório na Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba. In. Da Educação Básica à Educação Superior: Desafios para o século XXI. UNIEDUSUL. 2019, p.p. 31–42.
- 10– MAXIMIANO, A. Além da Hierarquia – Como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta. São Paulo: Atlas, 1995.
- 11– MORIN. E. Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. SP: Cortez, 2014.
- 12– PERRENOUD, P. Desenvolver competências ou ensinar saberes? In. A escola Que Prepara Para a Vida. São Paulo: Editora Penso, 2013, p.p. 38–56.
- 13– PIMENTA, S. Docência no Ensino Superior. Coleção Docência em Formação. Vol 1. São Paulo: Cortez, 2002.
- 14– RODRIGUES Jr. José F. A Taxionomia e os Objetivos Educacionais. 2ª Ed. Editora UNB. 2016
- 15– SANTOMÉ, J. T. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado, trad. Claudia Schilling, Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul LTDA, 1998.
- 16– SANTOS. A. R. [et.al] Gestão do Conhecimento: uma experiência para o sucesso das empresas. Curitiba: Champagnat, 2001.





17– SAKAI, M. H.; LIMA, G.Z. PBL: uma visão geral do método. Olho Mágico. Londrina, 1996.

18– SAVIANI. D. Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas. SP: Autores Associados, 2008.

Sites:

1– www.empresaqui.org.br/indaiatuba acessado em 22/01/2023, às 14h39min.

2– www.ministeriodotrabalhoemprego.org.br/indaiatuba – acessado em 23/01/2023, às 18h42min.

3– www.caged.com.br/indaiatuba – acessado em 30/01/2023, às 7h32min.

4– www.seade.com.br/indaiatuba – acessado em 04/02/2023 – às 12h11min.

5– www.abdi.com.br/indaiatuba – acessado em 04/02/2023, às 14h12min.

6– www.abrafi.org.br/index.php/site/noticias/ver/2895 – acessado em 04/12/2022, às 9h.

7– www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/28832/, acessado em 26/02/22, às 10h.

8– www.pucsp.br/webcurriculo/downloads/Anais_VWebC_V60.pdf. acessado em: 03/11/2022, às 16h.

